Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 58 – Série VII – N.º 756
23 de Junho de 1988
Preço: 50$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

REFORMA AGRÁRIA MARCHA PARA LISBOA

A Reforma Agrária vai marchar para Lisboa nos próximos dias 26 a 28 de Junho, para protestar junto da Assembleia da República contra a pretensão do Governo de Cavaco Silva em fazer aprovar a «lei do latifúndio», que pretende liquidar, pura e simplesmente, esta grande conquista de Abril e restaurar o sistema do latifúndio nas terras do Alentejo e Ribatejo.

Pág. 1 / **Semana**

BANCÁRIOS CONFIRMAM GREVE

Pág. 13/**Semana**

O programa desportivo já começou... ... e o trabalho continua!

Pág. 12/**Semana**

O Encontro do PCP sobre Portugal e a CEE decorreu no sábado em Lisboa

«Aprofundar o conhecimento e intensificar o debate sobre a situação da CEE e de Portugal no quadro da CEE»

Reportagem e documentos do Encontro do PCP «Portugal e a CEE hoje» realizado no passado sábado no caderno **Em Foco**

Encontro sobre o Desenvolvimento Cultural

Entretanto, a ORL do PCP realiza no próximo sábado um Encontro sobre o Desenvolvimento Cultural, no Fórum Picoas, a partir das 10 horas, sob o lema «Mais Cultura, Mais Democracia»

Delegação da DORAA e da DORAM recebidas pelo Presidente da República

Sobre as eleições regionais do próximo Outono e a situação nas Regiões Autónomas, pronunciam-se as direcções respectivas: DORAA (Açores) e DORAM (Madeira), que enviaram delegações a Lisboa onde foram recebidas pelo Presidente da República.

Pág. 8 e 9/**Semana**

Ultimam-se os preparativos para a Festa do Amizade e Festa da Alegria

Em Almada e no Norte do País preparam-se com entusiasmo as Festas da Amizade (1, 2 e 3 de Julho) e da Alegria (Braga, 8, 9 e 10 de Julho).

Pág. 10/**Semana**

Editorial /

Avante!
Ano 58 – Série VII
N.º 756
23 de Junho de 1988
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Trabalhando

Àcerca da questão da integração de Portugal na CEE parece existir um único ponto absolutamente consensual na sociedade portuguesa: a importância que o problema representa para o País e para o seu futuro! A partir daqui, começam as diferenças de opinião e pontos de vista.

Merece ser sublinhado que a questão da adesão e das suas consequências — e muito especialmente o impacte que venha a ter a criação do mercado único em 1992 — é, para a maioria das forças políticas portuguesas, seguramente aquela sobre a qual mais se fala e menos se diz. Quotidianamente os jornais enchem-se de discursos, intervenções, artigos e análises das mais variadas origens, multiplicam-se publicações mais ou menos «especializados» ou de «divulgação», mas a verdade é que se tudo isto contribui para criar um falso ambiente de aprofundado conhecimento e favorável postura da opinião pública, a mais não corresponde que aos resultados de uma gigantesca operação de propaganda cobrindo uma determinante operação política.

A análise de sondagens de opinião da mais variada origem tem constituído em Portugal um factor importante de intervenção política, aqui, como em todo o mundo capitalista, de discutível lisura e rigor.

O problema não reside, é claro, nas sondagens de opinião em si próprias como factor de conhecimento tendencial ou circunstancial do estado de opinião, mas nas metodologias utilizadas no inquérito ou no apuramento de conclusões e que frequentemente relevam bastante mais dos interesses políticos e propagandísticos da entidade compradora da sondagem do que do rigor técnico e científico.

Não deixam contudo de ser significativos alguns aspectos das sondagens conhecidas por «Eurobarómetro» e promovidas internacionalmente pela própria CEE e a que diversas entidades, nomeadamente ligadas ao Governo Cavaco Silva, fizeram profusas referências nos últimos tempos.

Tais referências valorizam essencialmente a modificação apontada pela sondagem no estado de espírito dos portugueses quanto ao Mercado Comum e à integração e que, de 1986 para 1987, teria evoluído em sentido favorável (de 57% para 60% dos inquiridos). É claro que até este ponto da sondagem contém outros dados que negariam a legitimidade de tomar como de inteiro apoio aqueles 60% (o número de inquiridos que não responde ou não tem opinião subiu de 12 para 26% no mesmo período...), mas mais importante parece revelar-se aquela em que se explicitam quais os factores considerados pelos inquiridos portugueses como os mais favoráveis da adesão.

São oito os pontos da sondagem propostos para que, em todos os países, os inquiridos indiquem quais os que, em seu entender, constituem as vantagens do mercado europeu, sendo a seguinte a hierarquia obtida no nosso País:

1.º – trabalhar em qualquer país da CEE
2.º – residir em qualquer país da CEE
3.º – abolição dos controlos alfandegários
4.º – comprar produtos de outros países da CEE
5.º – abrir conta bancária em qualquer país da CEE
6.º – levar dinheiro em viagem
7.º – comprar propriedades em qualquer país da CEE
8.º – fazer pagamentos em qualquer país da CEE.

Olhando estes dados, o Governo Cavaco Silva deveria evidentemente conter os seus discursos sobre a positiva evolução do País, bem como o da generalizada consciência das benesses do Mercado Comum que igualmente diz ser hoje consensual entre os portugueses...

O que afinal, a crer nas sondagens da própria CEE, se verifica é que — à semelhança do que sucede com outros países menos ricos da Comunidade — a grande vantagem que a população portuguesa descortina com a adesão é a de poder continuar a buscar no estrangeiro a subsistência que não encontra em Portugal!

Apesar de todas as farândolas propagandísticas e promessas mirabolantes, a população portuguesa acaba a manifestar uma invejável clarividência ao expressar o que acaba por ser uma das mais contudentes e acertadas críticas à política da adesão: a maior «vantagem» do mercado europeu poderá ser afinal o de se continuar a ir labutar para França ou Alemanha — que não no Portugal de Cavaco Silva, Cadilhe e Beleza...

Repetidamente tem sido afirmado que o PCP foi o partido português que mais profundamente e em tempo se debruçou sobre as consequências da integração de Portugal no Mercado Comum.

O estudo realizado ditou uma posição política de condenação do processo conduzido pelos governos responsáveis pela política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista da última dezena de anos.

Repetidamente o PCP apontou não apenas as consequências nefastas para diversos e importantes sectores da vida económica nacional, da integração, como igualmente frisou a concordância entre aquela integração e a grande operação política de novamente submeter o nosso País aos interesses do imperialismo e dos monopólios, alterando também o quadro político e institucional do Portugal democrático criado com a revolução de Abril.

Mas, o facto de a evolução entretanto verificada ter vindo a comprovar no essencial as previsões do PCP, não significa que não se tenham verificado modificações e evoluções que tornam indispensável de novo aprofundar o estudo do problema e definir orientações concretas.

Com o rigor e o empenhamento que constituem seu timbre, foi isso que o PCP fez no passado sábado, no Encontro dedicado à Adesão à CEE, e de que se dá extensa nota noutras páginas deste «Avante!».

Sintetizando um vasto trabalho prévio de que as numerosas intervenções deram conta, o Encontro permitiu computar um conjunto vasto de realidades e sistematizar com clareza problemas, constituindo um muito útil contributo para o debate e estudo que todo o Partido está a realizar no quadro da preparação do XII Congresso.

Ao mesmo tempo que este Encontro se realizava, o partido do Governo realizava também em Lisboa o seu XIV Congresso.

Tratando-se de iniciativas de características diferentes (como é óbvio!), há uma que convirá realçar: é que enquanto no Encontro do PCP se falou do País que realmente existe e dos problemas que efectivamente o afectam, o Congresso do PSD dá uma sensação quase de irrealidade, a imagem de um cenáculo que paira sobre a realidade sem dela jamais se aproximar...

Oradores de vários escalões da hierarquia partidária sucederam-se a enumerar elogios à acção política do Executivo de Cavaco Silva, iludindo um único aspecto: a discordância que existe!

A dra. Leonor Beleza é excelente, a política de saúde é óptima — greve dos médicos não existe... O eng. Álvaro Barreto é excelente, a política agrária é óptima — a luta dos compartes dos baldios e a marcha da Reforma Agrária não existem... O ministro Cadilhe é excelente, a política económica e financeira é óptima — a crise da Bolsa, as escandaleiras do mercado de capitais, o desemprego não existem... Em suma, o prof. Cavaco Silva é excelente, o seu Governo é óptimo — as quedas de popularidade e a maior greve geral de sempre não existem...

De forma indirecta porém, a confissão de fracassos e dificuldades acabou por aparecer na reunião máxima do PSD: o reconhecimento de que os projectos de inteira subversão do Portugal de Abril têm defrontado uma resistência inesperada e que os objectivos definidos pela política de direita requerem a inteira subversão das instituições.

No Congresso do passado fim-de-semana, a direita portuguesa e em especial o PSD de Cavaco Silva confirmaram de facto o que de há muito é uma evidência: não é o Portugal democrático, não é o Portugal de Abril aquele em que pretendem viver e fazer política. Não é o Portugal das liberdades democráticas, dos direitos dos trabalhadores, dos pequenos agricultores e dos rendeiros, o Portugal do desenvolvimento equilibrado e do progresso social.

Com todas as letras, uma vez mais foi confirmado que esta direita não se conforma com a ordem institucional vigente, é, por definição, subversiva e desestabilizadora.

Lado a lado com as exigências quanto à revisão da Constituição e os apelos à chantagem junto do PS, desenham-se no discurso do PSD os afrontamentos institucionais. Cavaco Silva

dera já o tom com a sua provocatória alocução contra o Tribunal Constitucional — que foi retomada no Coliseu —, mas o afrontamento a outros órgãos de soberania igualmente ganha forma: o ataque à Assembleia da República mediante os insultos aos partidos da Oposição, as insinuações dirigidas a Belém.

A velha máxima de que a verdade acaba por vir sempre à tona de água uma vez mais se revelou exacta: os fracassos que os oradores do Congresso do PSD ocultam nos discursos de elogios acabam a confessá-los nos discuros de programa...

No curto espaço de seis meses, o PCP realizou já um importante e significativo conjunto de iniciativas no quadro da preparação do XII Congresso: Encontros sobre o Sector Empresarial do Estado, Ensino, Saúde, Poder Local, a Comunidade Económica Europeia, etc.

Seria, em qualquer dos casos e só por si, já um índice de dinamismo e actividade, mas há alguns aspectos que interessará referir. Por um lado, cada uma destas iniciativas constitui o final de um ciclo de trabalho e o início de um outro. Não se trata de reuniões que comecem e acabem em si mesmas, antes correspondem a uma preparação prévia e permitem o prosseguimento do trabalho a partir de novos dados e conclusões. São assim demonstração de uma frutuosa actividade para a qual constituem por sua vez importantes factores dinamizadores.

Por outro lado, verifica-se que esta multiplicidade de Encontros coexiste com o prosseguimento da actividade partidária noutras frentes de grande diversidade.

A realização ao longo deste mesmo período de numerosas assembleias de organizações indicia que, simultaneamente com aquele apuramento mais especializado da realidade, ao nível do trabalho orgânico do Partido e da sua mais directa ligação com as massas igualmente a actividade prossegue. Mas igualmente se não pode esquecer o trabalho determinante dos comunistas noutras frentes como os sindicatos, as autarquias, o movimento camponês, a Reforma Agrária e do qual a greve geral e o papel nela desempenhado pelos comunistas representa apenas um exemplo significativo.

E não se pode igualmente ignorar que é também neste período que as organizações se lançam na preparação de grandes iniciativas de massas já tradicionais da actividade de Verão do Partido como o são as numerosas Festas regionais e, acima de tudo, a Festa do «Avante!».

Resumindo, o PCP está decididamente ao trabalho. É importante e significativo que assim seja, embora não constitua propriamente uma novidade. É que o trabalho, para nós, não é um acidente ou um precalço — é uma condição. Porque somos o partido dos trabalhadores, nós sabemos que é acima de tudo o trabalho que transforma a vida.

Resumo

15
Quarta-feira

A JCP divulga à imprensa o programa do seu III Encontro Distrital de Lisboa, marcado para domingo, e que será aberto a jovens não filiados na organização dos jovens comunistas portugueses ■ Joaquim Miranda, deputado comunista ao Parlamento Europeu, denuncia naquele órgão comunitário a discriminação que Portugal vem sofrendo no acordo CEE-Marrocos ■ Os ocupantes israelitas encerram as escolas na Cisjordânia, sob a alegação de recear levantamentos estudantis em consequência do assassinato de mais um jovem palestiniano ■ Por unanimidade, o Soviete Supremo da Arménia aprova a resolução que defende a ligação àquela República do território de Nagorni-Karabakh, até agora sob administração do Azerbaijão ■ Dukakis, candidato democrático à presidência dos EUA, defende em Washington a substituição do projecto da «guerra das estrelas» por um de «defesa convencional» ■ O porta-voz do Ministério soviético dos Negócios Estrangeiros acusa em Moscovo o regime de Pretória de tentar atrasar as conversações sobre Angola.

16
Quinta-feira

Morre em Lisboa o pintor João Hogan ■ A censura feita ao programa de Herman José é apoiada na Assembleia da República pelo grupo parlamentar do PSD, apesar de se terem verificado oito abstenções na bancada daquele partido ■ Um avião da Força Aérea Portuguesa despenha-se sobre

zona habitada do Montijo, matando duas pessoas. O piloto escapa ileso ■ Professores desfilam em Lisboa até ao Ministério da Educação onde uma delegação da FENPROF é recebida e entrega abaixo-assinado com 50 mil assinaturas exigindo a negociação do Estatuto da carreira docente ■ Cavaco Silva anuncia a substituição de dois secretários de Estado, o do Tesouro e o da Ciência e Tecnologia ■ A Rodoviária Nacional pára a 95 por cento em consequência da greve desencadeada pelos trabalhadores em luta por aumento salarial ■ A população negra sul-africana assinala o 12.º aniversário do massacre do Soweto com um dia de greve geral, enquanto o ANC pede a convocação urgente do Conselho de Segurança da ONU para impedir a condenação à morte dos «seis de Sharpeville» ■ Sam Nujoma, dirigente da Swapo, acusa companhias europeias, norte-americanas e japonesas de explorarem os recuros humanos e naturais da Namíbia ajudando à ocupação ilegal do território pela África do Sul ■ O Papa adverte o arcebispo francês Lefebvre de que será considerado cismático se persistir na ideia de sagrar bispos.

17
Sexa-feira

Reúne em Lisboa o Congresso do PSD, marcado pela intervenção auto-elogiosa de Cavaco Silva ■ O Presidente da República exonera o secretário adjunto para a Administração e Justiça do governador de Macau ■ Inicia-se em Lisboa o terceiro Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações ■ Trabalhadores da Função Pública, vindos de todo o país, desfilam na capital até ao Terreiro do Paço, culminando jornada de luta de dois dias, protestando contra a recusa de diálo-

go por parte do Governo ■ O Conselho de Segurança da ONU inicia consultas para a convocação de uma reunião urgente a fim de debater o caso dos «seis de Sharpeville», condenados à morte na África do Sul ■ O Soviete Supremo do Azerbaijão rejeita a pretensão expressa pelo órgão homólogo da Arménia quanto à região de Nagorni-Karabakh.

18
Sábado

Os três sindicatos dos médicos, do Norte, Centro e Sul, constituem-se em Federação Nacional dos Médicos, culminando o desenvolvimento da luta destes profissionais em defesa dos seus interesses ameaçados pelo Governo ■ Realiza-se em Lisboa, organizado pelo PCP, o Encontro sobre «Portugal e a CEE Hoje» ■ A presidente das Filipinas é recebida pelo Papa, no Vaticano ■ O primeiro-ministro turco, Ozal, sofre um atentado, sendo atingido na mão por um tiro disparado por um criminoso evadido ■ Duas centenas de soviéticos, a que se junta uma centena de norte-americanos, iniciam marcha da paz nos EUA, partindo de Washington em direcção à Costa Ocidental.

19
Domingo

Termina o 14.º Congresso do PSD, com o apoio a Cavaco Silva e à sua estratégia partidária e govenamental, e com a aprovação de uma moção sobre Macau recomendando ao grupo parlamentar que a Assembleia da República promova um inquérito sobre a situação naquele território ■ É sagrado em Évora o novo bispo do Algarve, D. Manuel Madureira Dias ■ Explode na Amadora mais uma caixa da EDP, não tendo causado danos nem vítimas ■ O Partido Socialista decide concorrer às próximas eleições autárquicas apresentando listas próprias em todos os municípios ■ Com a participação de duas centenas de jovens, decorre em Montachique, Loures, o 3.º Encontro da JCP do Distrito de Lisboa ■ Os eleitores polacos vão às urnas a fim de elegerem 108 846 membros dos órgãos autárquicos, escolhendo entre os 254 mil candidatos apresentados a sufrágio ■ Inicia-se em Toronto, Canadá, a cimeira dos chefes de Estado dos sete países mais desenvolvidos do mundo capitalista.

20
Segunda-feira

Delegações do Partido Comunista Português e do Partido Socialista, dirigidas pelos respectivos secretários-gerais, encontram-se na Assembleia da República, por iniciativa do PS, e abordam questões no âmbito da revisão constitucional ■ O general Namphy proclama-se presidente do Haiti, na sequência de golpe militar que derruba o seu antecessor, Manigat, que o demitira das funções de chefe do Estado-Maior das Forças Armadas ■ Os sete países capitalistas «mais industrializados» discutem adopção de medidas para reduzir dívidas dos países mais pobres ■ O Presidente do Conselho de Estado da RDA abre em Berlim os trabalhos do Encontro em prol das zonas livres de armas nucleares e reitera a proposta da criação do corredor desnuclearizado na Europa Central, avançando a ideia da criação de uma linha telefónica de emergência entre Praga, Berlim e Bona.

21
Terça-feira

Representantes das Cooperativas e UCPs anunciam em Conferência de imprensa que nos próximos dias 26 e 28, trabalhadores da Reforma Agrária vão fazer uma marcha para Lisboa, até à Assembleia da República, como forma de protesto contra a «Lei do Latifúndio» e o «Pacote Agrícola». ■ Federação dos Sindicatos de Química e Farmacêutica denuncia em comunicado, que, sociedades transnacionais estão a penetrar de «forma selvagem, leonina e irresponsável» no mercado petrolífero nacional ■ União dos Sindicatos de Setúbal revela que o desemprego aumentou de 34,5% entre Fevereiro de 1985 e o mesmo mês de 88 no distrito de Setúbal ■ Partido Comunista Italiano elege novo secretário-geral, Achille Occhetto, que sucede a Alessandro Nata, que se demitiu no passado dia 13 por razões de saúde ■ No Haiti, o general Henry Namphy, que se autoproclamou presidente, dissolve o Parlamento ■ A população da Namíbia paralisa totalmente, em apoio ao boicote estudantil contra a instalação de bases militares sul-africanas junto às escolas.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média do mês de Maio: 27 120 exemplares

Semana

Avante!
Ano 58 – Série VII
N.º 756
23 de Junho de 1988
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Bancários recorrem à greve

Uma concentração marcada para hoje às 17 horas antecede a greve nacional dos bancários anunciada para a próxima segunda-feira, 27. Embora aprovada pelo Conselho Nacional do SBSI e apoiada pela Coordenadora das CTs da Banca, prevê-se a adesão dos restantes sindicatos do sector, conforme comunicado conjunto emitido nesse sentido e visto estarem em causa reivindicações de âmbito nacional, especialmente a revisão dos salários. Além do dia 27 de Junho, o pré-aviso de greve inclui os dias 5 e 6 do próximo mês de Julho.

Num comunicado à população, a distribuir hoje na Rua Augusta, em Lisboa, o Governo é acusado de promover «a instabilidade no sector bancário».

Depois de afirmar que a «banca nacionalizada é cada vez mais utilizada como suporte da política governamental», a Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Banca legitima o que diz, sublinhando:

- a utilização das reservas obrigatórias de caixa, que os bancos nacionalizados têm no Banco de Portugal, por ordem do Governo;
- o aproveitamento dos lucros da banca nacionalizada para tapar os buracos do OGE (Orçamento Geral do Estado);
- a exigência de intervenção da banca nacionalizada, por ocasião da «recente derrocada da Bolsa e dos seus especuladores».

Inaceitáveis aumentos de 5%

Os sindicatos da banca recusam uma revisão salarial que se cifre em aumentos de apenas 5 por cento, como quer a comissão negociadora nomeada pelas instituições de crédito e pelo Governo.

Na moção em que foi aprovada a possibilidade de recorrer à greve repudia-se «a posição intransigente e a falta de capacidade de diálogo dos representantes das instituições de crédito».

Conforme referimos na semana passada, os representantes dos gestores e do Governo encarregados de negociar a revisão do ACTV (acordo colectivo de trabalho vertical) não respeitam «o inalienável direito dos sindicatos», no que respeita à negociação das convenções colectivas.

Os sindicalistas protestam firmemente contra essa atitude e rejeitam, por outro lado, «o ostracismo a que o Governo votou os sindicatos».

Segundo a mesma moção, votada sob proposta da direcção pelo conselho geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI), na reunião de 26 e 27 de Maio findo, afirma-se que «os sindicatos têm pautado a sua actuação por uma clara vontade negocial».

O mesmo não sucede com a outra parte. Lê-se na mesma moção distribuída à imprensa que os sindicatos solicitaram uma entrevista ao ministro das Finanças, em 16 de Maio. O pedido foi reiterado, sem êxito, sete dias depois. O ministro Cadilhe remeteu o assunto para o secretário de Estado do Tesouro. Este limitou-se a responder que o Ministério das Finanças não era parte negociadora no acordo.

A moção referida é do conhecimento do Presidente da República, do Primeiro-Ministro, ministro das Finanças, secretário de Estado do Tesouro e grupos parlamentares.

Entretanto, em 3 de Junho, os Sindicatos dos Bancários do Norte e do Centro, com sede no Porto e Coimbra, respectivamente, assinavam um comunicado conjunto com o SBSI, no qual consideravam a greve «inevitável» perante o «impasse» em que se encontrava a revisão do ACTV.

Nesse documento de 3 de Junho, que reflecte a unidade dos bancários, é também recusada expressamente a proposta de aumentos salariais de 5 por cento.

Além de aumentos superiores, constantes da proposta sindical justificada, é referido no comunicado conjunto «o núcleo central dos interesses fundamentais dos bancários», descritos como segue:

- Carreira profissional dos diversos grupos;
- Promoções por mérito;
- Carreira profissional dos trabalhadores com funções específicas ou de enquadramento;
- Benefícios sociais.

Um preço elevado

Lê-se no comunicado conjunto, assinado no passado dia 3 pelos Sindicatos dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas:

Como sucedeu com os trabalhadores dos restantes sectores de actividade, também os bancários pagaram um preço elevado no chamado processo de estabilização da economia portuguesa. O seu salário real encontra-se, hoje, 8 por cento abaixo do nível atingido em 1980, quando os aumentos de produtividade do sector, de então para cá, justificariam, só por si, um acréscimo considerável dos salários reais.

Não está em causa o contributo dos trabalhadores do sector bancário para o equilíbrio da economia portuguesa. O que já não parece justo é que o seu sacrifício continue, agora que as dificuldades se encontram vencidas. Tal corresponderia a aceitar que, depois de os trabalhadores terem suportado esses sacrifícios, viessem os lucros das empresas a ser os beneficiários exclusivos da alteração da conjuntura.

A melhoria da situação do sector bancário é, hoje, generalizadamente reconhecida — só entre 1986 e 1987, a rendibilidade dos capitais próprios das instituições conheceu um acréscimo de mais de 100 por cento. Por outro lado, é também, hoje, generalizadamente aceite que a inflação esperada se situará acima dos valores definidos pelo Governo e admitidos em sede de Concertação Social.

Como pode, então, pretender-se que os bancários aceitem uma revisão salarial de apenas 5 por cento? — perguntam os Sindicatos.

Para valorizar e dignificar o Ensino

Luta pelo estatuto docente

Quinta-feira passada, os professores desfilaram em Lisboa. No seguimento de intensas negociações e forte participação, os docentes de todos os graus de ensino entregaram ao ministro da Educação um documento com 50 mil assinaturas. No centro das reivindicações continua a exigência de «um estatuto de carreira docente valorizado e dignificador da profissão», afirma a Fenprof, Federação sindical do sector.

Mantinha-se, entretanto, marcada para o próximo dia 28, terça-feira, uma reunião de negociações com o Ministério. De acordo com o SPGL (sindicato da Grande Lisboa) constam da agenda dois «capítulos importantes», relacionados com a formação de professores e com o recrutamento do pessoal docente.

A concentração e desfile de quinta-feira constituíram um apoio indispensável ao bom curso das negociações com o Ministério.

Perto do Metro Picoas reuniram-se delegações de professores de todos os distritos do Continente e das Regiões Autónomas.

Os docentes desfilaram até à sede do Ministério na Avenida 5 de Outubro, onde entregaram o documento com as 50 mil assinaturas.

A forma de luta decorreu sob o lema «Não pedimos nada. Exigimos o que nos é devido».

De uma pormenorizada e extensa informação sobre a luta dos professores destaquemos o seguinte:

«A Fenprof não aceita que a estrutura da carreira seja utilizada para acicatar individualismos e desestabilizar o Ensino, transformando a profissão docente numa desmesurada corrida de obstáculos, que a grande maioria dos professores ficaria, desde o início, impedida de vencer. Para a Fenprof, a estrutura e a progressão na carreira docente devem ser factores de estímulo à valorização profissional de todos os professores, devem propiciar o desenvolvimento de estruturas e acções de apoio e formação permanente dos docentes, devem contribuir para elevar os laços de solidariedade e de cooperação profissional entre todos os professores a bem da melhoria da qualidade do ensino».

Segundo a FENPROF, o Ministério da Educação, entre outras intenções inaceitáveis, propõe-se «espartilhar a situação profissional dos docentes em quatro carreiras, consoante os vários sectores e ciclos de ensino. Os professores não aceitam tal pretensão ministerial, que é violadora da lei de bases do sistema educativo, e têm repetidas vezes afirmado a sua disposição de lutar por uma carreira única, onde existam progressões adequadas às condições de ingresso e à especificidade da função docente».

Além da questão fundamental do estatuto da carreira, os sindicatos dos professores e os seus filiados batem-se em muitas outras frentes. Protestam contra «as graves injustiças no concurso para os quadros distritais de vinculação dos jardins de infância e de educação pré-escolar»; defendem uma «ampla convergência na elaboração da lei da autonomia universitária» (ver pág. 3); mantêm a opinião pública informada do que se passa no sector; prosseguem as negociações com o Ministério; defendem reivindicações indispensáveis dos professores primários, no âmbito da Coordenadora Nacional; e criaram recentemente o **Instituto Irene Lisboa** para o qual já foram eleitos os corpos gerentes.

Boa adesão na Função Pública

Os trabalhadores da Função Pública, em particular os administrativos, têm participado, com bom nível de adesão, nas acções e lutas sindicais dos últimos meses. Sexta-feira passada concentraram-se em Lisboa, desfilando depois a pé até à Secretaria de Estado do Orçamento, na Praça do Comércio, milhares de TFP's que vieram a Lisboa integrados numa marcha-automóvel, organizada pelos sindicatos e pela Federação do sector. O desfile automóvel juntou-se ao «cordão humano» em Lisboa, entre o Rossio e o Terreiro do Paço. As viaturas foram identificadas com cartazes, bandeiras e aparelhagem sonora. A anteceder o desfile de Lisboa, houve concentrações em todos os distritos.

A jornada de luta dos dias 16 e 17 destinou-se a divulgar junto da opinião pública os principais problemas dos trabalhadores administrativos, onde avulta a questão das carreiras, e a protestar contra a recusa de diálogo por parte do Governo, que não tem em conta as propostas dos «cerca de oitenta mil trabalhadores administrativos da Função Pública, a maior classe profissional neste sector de actividade».

Entre diversas reivindicações específicas, os administrativos reclamam a abertura imediata de negociações; a revalorização da carreira administrativa, com mais níveis profissionais; actualização e adaptação dos quadros de pessoal; aplicação do Decreto-Lei 248/85; revisão da regulamentação dos concursos; e formação profissional adequada.

Evolução da conjuntura económica em 1987
Perspectivas para 1988

Um artigo no n.º 157 de

O Militante

A VENDA

Preço 50$00

a Talhe de FOICE

Oposições

«Portugal, como todas as democracias, tem necessidade de uma oposição estimulante, crítica, portadora de projectos diferentes e ideias alternativas. Infelizmente, é esta oposição que não temos. E era essa a oposição que o PSD desejaria e os interessados no país reclamam. Não serve a democracia, nem o desenvolvimento do país, uma oposição cega na crítica, obstrucionista por sistema, radical e maledicente.»

Como se percebe, o que ficou dito é da responsabilidade de Cavaco Silva, que no último fim-de-semana teve no Coliseu dos Recreios a esperada consagração partidária dos fiéis utentes do exercício do poder, no evento que deu pelo nome de Congresso do PSD.

Na espinhosa destrinça entre o que de partidário teve tal Congresso e o que de âmbito governativo nele se passou — se alguma linha separa Cavaco Silva/líder do PSD de Cavaco Silva/primeiro-ministro ela é cada vez mais difusa — repescámos a citação inicial, no mínimo emblemática das linhas com que se cose o actual Governo.

Parece elementar, para o homem que nunca se engana e raramente tem dúvidas, como Cavaco Silva se apresenta, que nisto de oposições o melhor é não tê-las.

Ou fazer de conta que não se têm — as oposições — o que para o caso vem a dar no mesmo.

Ou ainda, à velha maneira professoral, dar receitas daquilo que os outros devem ser, o que seria bem melhor.

Quem não gosta de ter uma oposiçãozinha bem comportada, moderada no parlamento, conciliatória na concertação, razoável nos sindicatos, colaborante nas autarquias?

Seria o paraíso da política, Portugal, com uma tal oposição, sempre pronta a sugerir uma vírgula aqui, uma exclamação acolá, um ponto mais adiante, que os governantes solicitamente acolheriam como um maná de contribuição construtiva.

Podia — e certamente devia — tal oposição ter ideias novas, diferentes até, da governativa equipa. Quando, embrulhadas em papel de seda e laçarote cor-de-laranja as apresentasse ao Governo, este decerto as aceitaria como sinal de apreço, reservando-lhes um local de destaque em vitrina expressamente criada para o efeito. Os estrangeiros que nos visitassem seriam levados a admirar essas relíquias, testemunho dos testemunhos do pluralismo político e da paz social.

Era essa a oposição que o PSD desejaria, como confessou Cavaco por outras palavras, sem se esquecer de acrescentar que a mesma — oposição — é reclamada pelos «interessados no país».

É claro. Que mais poderiam desejar os capitalistas alemães, italianos, americanos, asiáticos, tal como uns quantos nacionais, do que a tal dita cuja oposição, estimulante como um desses produtos com que a publicidade nos transforma em verdadeiros atletas e campeões?

O pior é que a oposição portuguesa não toma o tal produto do anúncio, ainda que o PS talvez tome, pelo menos de vez em quando, que é preciso não esquecer a revisão constitucional e o pormenorzinho dos dois terços.

Por isso, diz o PSD, ela é cega, obstrucionista, radical e maledicente.

É assim que os governantes do PSD são obrigados a perder o seu tempo a fugir das cacetadas das lutas sociais, a esforçar-se nas provas de obstáculos das greves, a derramar solutos dialogantes contra os radicalismos, a desdobrar-se em esclarecimentos contra as más línguas que lhes apontam os defeitos. Um desperdício.

Está-se mesmo a ver porque é que a revisão da Constituição faz tanta falta. Algures, nuns dos seus novos articulados sonhados pelo PSD, lá há-de estar a definição das oposições, muito civilizadas, muito europeias, muito bem arregimentadas, de forma a acabar com uma vez por todas com os sobressaltos governativos.

Enfim, espectáculos de Coliseu.

■ AF

Trabalhadores

GOVERNO CAVACO SILVA AO ATAQUE

23 DE JUNHO DE 88 OFENSIVA CONTRA OS CTT EM DISCUSSÃO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

CTT
fcde
FRENTE COMUM DE DEFESA DA EMPRESA

Sumário sindical

SMZS — A direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul protesta contra o saneamento do director do Centro de Saúde de Loulé. Recorde-se que a decisão da ARS (Administração Regional de Saúde) de Faro foi tomada «na sequência de declarações públicas daquele médico». Ao repudiar publicamente a atitude da ARS, o SMZS afirma que o director saneado se limitara a denunciar «a degradação das condições de atendimento dos doentes». Para a direcção do SMZS esta é mais uma das «múltiplas tentativas» para intimidar os profissionais de saúde: uma «lei da rolha» destinada a punir quem vier a público advertir contra a «forma desastrosa como os serviços de saúde estão a ser geridos pelo Ministério e os seus comissários políticos». A direcção do Sindicato afirma que existe um «clima de perseguição» nos serviços de saúde, destinado a ocultar a «política de destruição do direito à saúde dos cidadãos».

CGTP-IN — Depois de referir que «é a segunda vez que a RTP proíbe, de forma visível e indesmentível, a emissão de um programa», o departamento de informação da CGTP torna pública a opinião daquela Central sobre a interrupção do programa de Herman José, «Humor de Perdição», considerado um acto de censura da RTP. A propósito desta última proibição, a CGTP recorda que a gerência da Televisão levantou 15 processos disciplinares a trabalhadores por motivo da greve geral, que incentiva o trabalho precário, que continua a permitir «graves irregularidades» nos noticiários e que, ainda recentemente, tendo solicitado um depoimento do coordenador da CGTP, por ocasião do Congresso dos têxteis, «não transmitiu nem uma palavra». A CGTP manifesta o seu repúdio por estes procedimentos da RTP.

STIC — O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas acusa a Inspecção do Trabalho de não intervir num caso manifesto de «lock-out». Este organismo dependente do Ministério do Emprego e Segurança Social alegou para não actuar, através de um seu agente, o facto de a Rotográfica Color, Lda. não ter emitido «aviso prévio» de que ia recorrer, como fez, ao «lock-out», nos dias 7 e 8 de Junho. Conforme se sabe, o «lock-out» é proibido por lei.

STCCMA — O Sindicato dos Trabalhadores da Cerâmica, Construção e Madeiras de Aveiro, ao protestar contra a degradação das condições de trabalho na empresa Vista Alegre, refere dois acidentes, um deles com uma menor de 16 anos, que sofreu «sofrimentos de certa gravidade numa das mãos», necessitando de tratamento hospitalar. Este e um outro caso, grave também, resultaram do facto de as vítimas, recentemente admitidas a prazo, só para trabalharem durante o Verão, terem sido colocadas «junto a máquinas para o manuseamento das quais não possuíam a necessária habilitação».

CES-SUL — O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul afirma que os onze trabalhadores da Cedilab, empresa de análises clínicas da Cova da Piedade, em Almada, recorrerão a «formas de luta superiores», se não derem resultado as suas diligências para receber os salários a tempo, assim como os subsídios de Natal do ano passado e de férias deste ano ainda por pagar. Quanto a uma outra empresa, a Unicervi, o CES-SUL admite também o recurso a formas de luta por aumentos salariais dignos. Os trabalhadores recusam os 7,5 por cento da proposta patronal.

STADE — O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora, que recomendou a leitura «junto dos trabalhadores dos ranchos» de um comunicado que emitiu recentemente sobre a luta contra o pacote laboral e a posterior declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal Constitucional, alerta para o aumento do desemprego na agricultura no distrito de Évora e responsabiliza de facto «a política do Governo Cavaco Silva, como a dos anteriores governos contrários ao desenvolvimento e bem-estar social». O STADE destaca a circunstância de, entre Outubro de 1987 e Abril de 1988, o desemprego ter aumentado 19,5 por cento no distrito. Nos homens, o total de 1046 em Outubro do ano passado aumentou para 1320 em Abril do ano corrente. Nas mulheres, as 6097 desempregadas em Outubro de 1987 passaram para 7549 em Abril findo — mais 26,19 por cento no caso dos homens; mais 23,81 por cento no caso das mulheres. Na totalidade, durante o mesmo período, o desemprego distrital em Évora aumentou 24,16 por cento. Só 43 por cento dos desempregados agrícolas no distrito recebem subsídio de desemprego. O STADE publica o seguinte quadro:

	OUTUBRO/87 AGRÍCOLAS DESEMPREGADOS			ABRIL/88 AGRÍCOLAS DESEMPREGADOS		
CONCELHO	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
ALANDROAL	82	826	908	68	790	858
ARRAIOLOS	51	183	234	87	287	374
BORBA	5	412	417	19	352	371
ESTREMOZ	146	992	1138	148	982	1130
ÉVORA	84	448	532	178	1308	1486
MONTEMOR	75	568	643	128	922	1050
MORA	46	468	514	43	313	356
MOURÃO	38	137	175	95	224	319
PORTEL	271	485	756	184	566	750
REDONDO	63	286	349	122	362	484
REGUENGOS	116	487	603	156	338	494
VENDAS NOVAS	13	167	180	31	318	349
VIANA DO ALENTEJO	48	193	241	52	392	444
VILA VIÇOSA	8	445	452	9	395	404
TOTAL	1046	6097	7143	1320	7549	8869

STML — O Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, através de um comunicado emitido pela USL (União dos Sindicatos), acusa o vereador, Lívio Borges, de «não proceder ao desconto de 1 por cento sobre os vencimentos» para pagamento das quotas ao STML. O valor das quotizações passou recentemente de 0,5 por cento para 1 por cento, de acordo com decisão da Assembleia Geral de Sócios. A atitude daquele vereador, encarregado do pelouro do pessoal, não é admissível para o Sindicato, pois interfere com a actividade sindical, violando princípios consagrados na lei. O STML já recorreu para o plenário da CML.

SEZSRA — O Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul e Região Autónoma dos Açores atribui anualmente um prémio de cem mil escudos ao melhor trabalho português de investigação em enfermagem apresentado a concurso. O «Prémio de Investigação em Enfermagem» baseia-se em originais que devem ser entregues na sede do Sindicato (Praça Marquês de Pombal, 6, 3.º, dt.º, 1200 Lisboa) até 31 de Dezembro. Os seus serviços prestarão as informações requeridas. O mesmo Sindicato distanciou-se recentemente, quanto à greve dos médicos, de afirmações de um dirigente sindical dos Enfermeiros do Norte, segundo o qual, durante a greve dos clínicos «... medicamos os doentes...». Num telex do passado dia 16, enviado aos jornais, a direcção do SEZSRA destaca, entre outros pontos, o seguinte: «Lamentamos que responsáveis sindicais desconheçam a responsabilidade que recai sobre os enfermeiros, sempre que estes exerçam funções que são as suas e que venham afirmar que "... os enfermeiros medicam os doentes...", em vez de, como dirigentes sindicais, exijam condições que garantam o correcto exercício da profissão, em função dos utentes e da saúde das populações». Noutra passagem do seu comunicado de quinta-feira passada, o SEZSRA destaca: «Não temos conhecimento de problemas insuperáveis na Zona Sul, por falta de assistência médica de urgência, durante a greve dos médicos».

Trabalhadores

Em defesa do sector público
Concentração hoje em Lisboa

Das diversas acções sindicais decididas em defesa do sector empresarial do Estado (SEE) destaca-se hoje em Lisboa uma concentração de representantes dos trabalhadores (ORTs) em frente à Assembleia da República, às 17 horas.

Os objectivos anunciados pelos organizadores desta e de outras formas de protesto contra as privatizações do Governo Cavaco, além da defesa das unidades produtivas atingidas e dos direitos dos trabalhadores, são «a sensibilização da opinião pública» e a «responsabilização dos órgãos de soberania» perante a ofensiva do Governo.

Entre esses órgãos de soberania é particularmente referida a Assembleia da República, que tinha agendado para ontem, 22, um novo debate da proposta de lei das privatizações, conhecida também por lei dos 49 por cento, bem como a discussão, hoje, dia 23, quinta-feira, da proposta de lei de delimitação dos sectores.

Conforme estão definidos na Constituição, esses sectores designam-se por privado, público e cooperativo.

As jornadas em defesa do SEE são organizadas pela CGTP, federações e uniões sindicais, juntamente com as coordenadoras regionais e sectoriais das comissões de trabalhadores.

Reunidas no passado dia 15 em Lisboa, essas organizações reafirmaram, como já o tinham feito no passado dia 1, a necessidade indispensável de «todos os trabalhadores e estruturas representativas» se empenharem decididamente nas «mais diversificadas formas de luta, em cada empresa, pela resolução dos seus problemas específicos e pela defesa do sector empresarial do Estado».

Ao analisarem a ofensiva contra o SEE no passado dia 1, as mesmas organizações promotoras das iniciativas de protesto verificaram que «os trabalhadores de muitas empresas estão já em luta». Num comunicado desse dia, eram citados os casos da **Setenave, EDP** e **RN** (Rodoviária Nacional).

Reunidas novamente no passado dia 15, a CGTP, federações, uniões sindicais e coordenadoras marcaram para ontem, 22, um **Encontro sobre o Sector Público no Porto**.

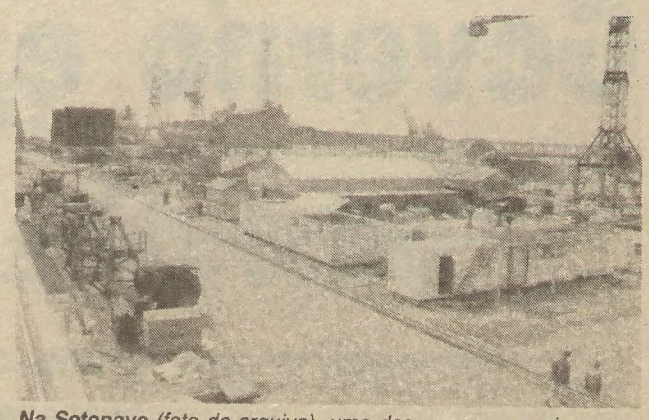
Para hoje, além da concentração junto à AR, está anunciado um plenário das ORTs dos transportes, um outro do sector alimentar, bem como «acções de esclarecimento da opinião pública, na baixa de Lisboa».

Além daqueles plenários em Lisboa e da acção na via pública, estão previstas mais acções de esclarecimento em locais de implantação de unidades pertencentes ao sector empresarial do Estado.

Por seu turno, as ORTs da **Siderurgia Nacional** marcaram para anteontem «uma acção de denúncia e esclarecimento da opinião pública», no Porto, e em Lisboa, para ontem, 22, junto à sede daquela empresa nacionalizada.

Num comunicado emitido depois da reunião do passado dia 15, a CGTP concluia que, «com as propostas e demais medidas dirigidas às diversas empresas, pretende o Governo destruir o sector público da economia, entregando tudo o que dê lucro aos grupos económicos nacionais e estrangeiros».

Referia ainda, a terminar, a CGTP que «o carácter profundamente lesivo da economia nacional, lesivo do regime democrático e violador da Constituição da República Portuguesa, leva os trabalhadores a mais esta jornada de luta, na qual reclamam dos deputados que inviabilizem mais estas duas propostas do Governo.



***Na Setenave** (foto de arquivo), uma das empresas mais ameaçadas pelas privatizações, os trabalhadores voltam hoje à greve, das 14 às 20 horas, prolongando-se esta e outras formas de luta até à próxima segunda-feira, quando as ORT's reunirão para analisarem o decorrer das lutas. Em causa continua a ameaça de despedimentos maciços, salários por rever há três anos (31 meses) e a actualização das tabelas salariais*

Reforçada a unidade dos médicos com a Federação sindical

Cem delegados representativos da classe, reunidos no último sábado em Lisboa, criaram a Federação Nacional dos Sindicatos Médicos. O reforço da unidade sindical é um dos aspectos mais salientes desta iniciativa. Durante os trabalhos, foram eleitos os corpos gerentes, e aprovou-se um programa de acção.

Este programa, aprovado por unanimidade para um período de três anos, divide-se em seis temas principais. O primeiro é a defesa e consolidação dos direitos dos médicos. Os restantes incluem a defesa do emprego e reenquadramento salarial, carreiras médicas, gestão democrática, negociação e reforço do sindicalismo médico.

Segundo o documento mais importante, aprovado no sábado – o programa de acção – o relacionamento com a Ordem dos Médicos deve ser ampliado.

Para uma intervenção mais eficaz na «defesa dos interesses e aspirações socioprofissionais da classe», esse relacionamento deve ser reforçado não só com a Ordem dos Médicos, mas com «outras associações médicas», refere ainda o programa de acção.

Além dos já citados, a Federação Nacional dos Sindicatos Médicos terá ainda como objectivos principais a «participação dos médicos nos órgãos de gestão e decisão» dos serviços de saúde, o «reforço do sindicalismo médico» e a luta pela melhoria da prestação de cuidados de saúde às populações».

A Federação integra os Sindicatos Médicos do Norte, Centro e Sul.

Nos trabalhos intervieram os principais dirigentes daquelas associações sindicais, que têm encabeçado a luta nacional dos clínicos «contra um poder arrogante e autocrático» – expressão utilizada pelo dr. Fernando Gomes, presidente do Sindicato do Centro, na sua intervenção.

Além deste dirigente, intervieram Mário Jorge (Sul) e Maria Merlinde Madureira (Norte). Na mesa que presidiu aos trabalhos, estiveram ainda Ana Neves da Sil (Centro) e Aguinaldo Cabral (Sul).

Juntamente com o programa de acção, foram aprovados os estatutos e o regulamento eleitoral.

Foram eleitos o Conselho Nacional da Federação e o Conselho Fiscalizador.

A Comissão Executiva será eleita na primeira reunião do Conselho Nacional. Serão eleitos também nessa altura o presidente e os dois vice-presidentes da Federação.

Saudaram a nova organização sindical, entre outras entidades, a Fenprof (Federação dos Professores), a Confederação dos Quadros, a CGTP e o Sindicato Independente dos Médicos. Em nome pessoal, foi recebido um telegrama de felicitações de Costa e Sousa, presidente da secção regional do Sul da Ordem dos Médicos.

Em representação dos respectivos grupos parlamentares, assistiram aos trabalhos os deputados José Castelo Branco, do PS, e João Camilo, do PCP.

Prevista luta na PGP

Os sindicatos representativos dos trabalhadores da PGP – Petroquímica e Gás de Portugal – foram mandatados, quinta-feira passada, para «decretar formas de luta», que podem «ir até à greve». Em comunicado do mesmo dia, a comissão executiva da Federação da Química e Farmacêutica (FSTIQF) acrescentava que a decisão foi tomada em plenário de trabalhadores. Em causa estão as negociações do **AE** (acordo de empresa).

A atitude antinegocial da gerência daquela empresa pública mantém-se depois de um mês de negociações: dez sessões no total, refere a Federação. Esta atitude dos gestores, vivamente repudiada, cifra-se em aumentos de 5,5 por cento. A exemplo do que sucede noutras empresas, e grandes empresas como é o caso da RN, os trabalhadores têm recorrido a formas de luta – greve, inclusive – contra «aumentos» dessa ordem, que consideram totalmente inaceitáveis, o mesmo sucedendo com os sindicatos.

RN – greve ultrapassa os 95%

Forçados à greve por uma proposta de revisão salarial iníqua os trabalhadores da Rodoviária Nacional (RN) manifestaram a sua rejeição total do «aumento» da gerência ao ultrapassaram os 95 por cento de adesão à greve da passada quinta-feira.

Segundo a Festru (Federação sindical do sector), em diversos locai de trabalho, a participação na greve atingiu os 100 por cento.

Num telex emitido no próprio dia das paralisações, a Festru adiantava, a título de exemplo, que «a adesão em Braga foi de 96 por cento; em Coimbra de 95 por cento; em Santarém de 98 por cento; Lisboa, 93 por cento; Setúbal, 98 por cento; Faro, 80 por cento; e, em Viseu, circulou apenas um autocarro».

Os «valores baixíssimos» que o conselho de gerência mantém à mesa das negociações de revisão salarial mereceram, segundo a Festru, esta «resposta clara» às posições do CG. E isto apesar de a gestão da RN ter deitado a mão a «todos os meios para evitar o êxito da greve».

A Festru recorda designadamente os «ditos transportes alternativos, que nada resolvem».

Pressões sobre os contratados

Citamos a Federação:

A Festru lamenta que o conselho de gerência e as chefias da empresa tenham exercido pressões sobre os trabalhadores contratados a prazo, designadamente através de ameaças de despedimento, se aderissem à greve. Refira-se que a empresa tem recorrido a este tipo de contratação dos trabalhadores, violando o acordo de trabalho (AE) em vigor.

A Festru espera que a unidade hoje demonstrada pelos trabalhadores da RN sirva de lição ao conselho de gerência e que este na mesa de negociações apresente propostas razoáveis de forma a evitar a penalização dos utentes, pela qual o conselho de gerência e o Governo que o tutela, são os únicos responsáveis.

Enfermeiros portugueses

Numa nota da passada sexta-feira, a direcção do Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul e Região Autónoma dos Açores anunciou a realização nesse dia de uma assembleia geral descentralizada para «votar alterações aos estatutos do Sindicato». No fundamental, trata-se de transformar aquela associação de âmbito regional no «Sindicato dos Enfermeiros Portugueses». A nova associação abrangerá, como o nome indica, «todo o território nacional». Segundo a direcção do Sul e RAA, a alteração «irá criar condições para a discussão, com todos os enfermeiros, das questões que vão determinar o futuro da profissão». Segundo a mesma nota do dia 17, essas questões determinantes são a «integração do ensino da enfermagem no sistema educativo nacional» e o estatuto profissional.

Debate na Universidade

Para 29 deste mês – próxima quarta-feira – com início às 15 horas, está marcado um debate sobre autonomia universitária. A iniciativa, que decorrerá no salão nobre da Universidade de Lisboa, pertence à direcção do SPGL. O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, ao anunciar o debate acrescenta que o mesmo se efectua «na sequência da aprovação, na generalidade, na Assembleia da República, da proposta de lei do Governo e dos projectos de lei do PS, PCP, PRD e CDS, relativos ao enquadramento jurídico da autonomia universitária». Esta documentação baixou, para ser apreciada na especialidade, à Comissão de Educação, Ciência e Cultura – organismo parlamentar. Intervirão no debate vários deputados.

Trabalhadores

Dinamizar e desenvolver a Petrogal EP

Trabalhadores: Vamos a isso! Governo e CG: Deixa andar...

A Petrogal está a perder para empresas estrangeiras importantes quotas do mercado petrolífero nacional. No Encontro Nacional de trabalhadores daquela empresa pública foi denunciada essa situação, que se torna mais grave ainda se tivermos em conta a liberalização total do mercado prevista para 1983, no âmbito dos acordos com a CEE.

Os trabalhadores e as suas organizações defendem vigorosa e insistentemente a dinamização e o desenvolvimento da Petrogal e responsabilizam pela situação actual o Governo e os gestores por ele nomeados para a empresa.

«É com preocupação que se assiste à diminuição da actividade comercial da Petrogal e à entrada crescente de sociedades transnacionais no mercado petrolífero nacional» — afirma-se nas conclusões do encontro, realizado no passado dia 7 por iniciativa da comissão central de trabalhadores da Petrogal e em conjunto com as federações sindicais da Química e Farmacêutica (FSTIQFP) e dos Escritórios, Comércio e Serviços (FEPCES).

Naquele documento considera-se «particularmente alarmante» o modo como estão a abrir-se a empresas espanholas possibilidades de penetração no mercado português, sem iguais condições de acesso da Petrogal ao mercado espanhol.

Por exemplo, em 1988 a Espanha autoriza que Portugal exporte **11 538** toneladas de gasolinas, enquanto o Governo português aceita a colocação no nosso mercado de **26 750** toneladas de gasolinas vindas do país vizinho; é ainda mais flagrante a diferença em relação ao gasóleo: **10 391** toneladas de Portugal para Espanha, **35 699** no sentido inverso.

Mas, além disso, o Governo português aceitou que as empresas espanholas tivessem desde 1987 acesso a quotas do mercado petrolífero português (mesmo sem terem condições objectivas para usufruir dessa possibilidade), enquanto o governo espanhol só permite que a Petrogal venda em Espanha a partir de 1 de Junho de 1988.

A apregoada igualdade concorrencial está muito distante da realidade do mercado petrolífero em Portugal. Enquanto a Petrogal está obrigada a possuir *stocks* mínimos e a cobrir de forma equilibrada zonas com diferentes níveis de desenvolvimento, para as sociedades transnacionais não estão a ser respeitados o Decreto-Lei 525/85 e a Portaria 969/85 e não há nenhuma outra legislação que defina idênticas obrigações.

Há até o «espectáculo grotesco e escandaloso» da empresa privada ANKA que, capitalizando a seu favor cerca de 300 mil contos de dívidas à Petrogal, usa esses fundos para se apropriar de uma parte do mercado (com o aval do Governo).

Se isto tem que ver, sobretudo, com a política, o certo é que a gestão da actividade comercial da Petrogal

«não apresenta o dinamismo necessário» para enfrentar «com um mínimo de segurança», a progressiva liberalização do mercado petrolífero. A diminuição das quotas na maioria dos produtos, com uma redução de 6,5% nas vendas totais da Petrogal de 1986 para 1987, e a perda de alguns revendedores são exemplos apontados nas conclusões do encontro que mostram os efeitos negativos que uma gestão diferente poderia evitar.

Na gerência acentuam-se as componentes autoritárias e de centralização dos poderes de decisão, acompanhando a degradação das condições de vida e de trabalho com a entrega de serviços da Petrogal a entidades privadas — o que, para os representantes dos trabalhadores, «ocasiona diminuição dos postos de trabalho efectivos e alimenta a proliferação de empresas parasitárias que degradam serviços, fazem alastrar a corrupção, põem em causa a imagem da empresa e praticam a super-exploração de mão-de-obra».

Hugo Basto, Maria de Jesus Dinis e Zulmira Ramos, da comissão dinamizadora do Encontro Nacional de Trabalhadores da Petrogal, estiveram na redacção do «Avante!» e com eles conversámos sobre alguns aspectos da situação na empresa. Além do que já se refere com base nas conclusões do Encontro, ficam aqui as suas palavras, precisando o que ali se afirma ou contemplando outras questões de interesse.

Pesquisa de petróleo

«A Petrogal é a única entidade que fez um levantamento exaustivo do solo nacional com vista a detectar petróleo. Para nós surge como muito estranho que, depois de desmantelada a secção que na empresa tinha esses estudos, surjam firmas multinacionais interessadas em pegar no negócio. Essas entidades não têm os estudos do solo português. O que se pergunta é onde estão os estudos feitos pela Petrogal e quem é que está a aproveitá-los.»

Não há trabalhadores a mais...

«É um argumento falso dizer que a Petrogal tem gente a mais e que isso vem da fusão, em 1976, da Cidla, da Sacor, da Sonap e da Petrosul. Nota-se, pelo quadro que divulgámos e que o «Avante!» já publicou na semana passada, que o número de trabalhadores da Petrogal aumentou mesmo depois dessa fusão.

Do nosso ponto de vista há trabalho suficiente na Petrogal para os trabalhadores que a empresa tem. Não quer dizer que num ou outro sector não haja excesso, mas o que se vê, nos contactos que tivemos, é que em quase todos os sectores há necessidade de mais mão-de-obra, há muitos postos de trabalho que são providos por gente que vem de fora da empresa, trabalhadores contratados — pela própria empresa ou por empreiteiros — à hora, ao dia, à tarefa, em condições de trabalho horrorosas, sem regalias. Isso vê-se, inclusivamente, em áreas tão importantes como a informática.»

... nem é por aí que se vai poupar

«Argumentam que isso, em termos meramente económicos, é mais rentável. Nós não podemos é aceitar esse argumento. E pode mesmo ter outros custos, provavelmente maiores. É o caso da manutenção, onde há trabalhos que são feitos por empreiteiros e que têm que ser novamente feitos por trabalhadores da Petrogal. Em sectores muito especializados o pessoal permanente da empresa tem um melhor conhecimento das tarefas e de como executá-las. Não é claro que esse argumento da mera rentabilidade económica seja verdadeiro.

A empresa não poupa nada em termos de vencimentos. No total dos custos da empresa o que se paga em salários não chega a quatro por cento. E aqui inclui-se o pagamento aos trabalhadores da Petrogal, os pagamentos aos reformados, as regalias sociais, a segurança social, os chamados encargos patronais... Não é para aqui que a empresa deve virar a poupança.»

Liquidação de postos de trabalho

«Além daquilo a que nós chamamos a chantagem psicológica para a aceitação de reformas antecipadas e de rescisões de contratos, a liquidação de postos de trabalho está a ser feita também pela via das reestruturações que a administração está a querer implementar. No momento actual aproveita os trabalhadores que tem, mas define já para o curto e médio prazo uma redução substancial dos efectivos. Há sectores em que chega a reduzir mais de 70 por cento. Por outro lado, as pessoas ficam colocadas num grande sector, mas sem uma definição concreta das tarefas, na linha da flexibilização e da polivalência que o Governo e o patronato pretendem implantar, nomeadamente com o pacote laboral chumbado.»

Reforçar a unidade na acção

«O trabalho no sentido do reforço da unidade dos trabalhadores da Petrogal está a ser feito a nível dos locais de trabalho e o Encontro Nacional insere-se neste quadro. Neste momento estão marcados plenários e visitas nas várias instalações da empresa, para informar os trabalhadores, ver os problemas locais e as condições concretas e avançar para as formas de luta que forem necessárias.

Um aspecto importante, quanto a nós, foi a adesão das forças democráticas e o seu apoio ao Encontro Nacional de Trabalhadores da Petrogal, designadamente o PCP, o PS e o PRD.»

O novo CG

«A prática é que irá mostrar as diferenças de actuação que poderão verificar-se com a entrada em funções, a breve prazo, do novo conselho de gerência. Nós temos ideia que as pessoas que o Governo vai nomear para a gerência da Petrogal vêm com indicação para levar a cabo determinada política. As pessoas podem é ter formas diferentes de actuar.

O que nós exigimos é que o CG que vai entrar em funções dentro de dias tenha uma política diferente daquela que era assumida pelos anteriores elementos, com uma subordinação total às orientações de Pires Miranda. Não sabemos por que foram demitidos, mas achamos perfeitamente justa a sua destituição, quer de Pires Miranda — reclamámos que não regressasse ao conselho de gerência —, quer do responsável da área comercial, cuja demissão também pedimos.

Esperemos que agora haja uma gestão diferente, com um diálogo construtivo com os trabalhadores e um clima democrático, em que a informação seja uma coisa real, em que não haja decisões autoritárias, em que os trabalhadores possam exercer as funções que lhes são atribuídas por lei.

O que condenamos é que o Governo tenha agora procedido à recomposição global do conselho de gerência sem ter permitido a entrada em funções do gestor eleito pelos trabalhadores.»

Nacional

Afirmado no Encontro CDU

Felgueiras farta de promessas

Realizado no passado sábado durante a tarde, na Escola Secundária, o Encontro da CDU de Felgueiras, «pelo conjunto de intervenções muito vivas sobre os mais variados problemas com que se debate a população, pelas sugestões apresentadas visando a sua resolução, pelas perspectivas que abriu para a dinamização do trabalho da coligação naquele concelho do distrito do Porto, mostrou-se muito positivo», considerou um comunicado da CDU.

O trabalho dos eleitos da CDU em várias Juntas e na Assembleia Municipal, bem como o comportamento das outras forças políticas, em particular o PS, que detém a maioria na Câmara Municipal, foram debatidos em profundidade.

Da gestão municipal ficou clara, através dos testemunhos ali transmitidos, «a grande insatisfação que a população do concelho patenteia, nomeadamente pela ausência de investimento para gerar novos projectos e o adiamento de melhoramentos há muito prometidos e nunca concretizados. Dois casos são particularmente gravosos – os atrasos na modernização da rede de saneamento (nem a própria vila de Felgueiras tem a sua rede de saneamento), e o não cumprimento de uma promessa que tem já dez anos: a construção de um aterro sanitário».

Mas outros foram igualmente salientados, designadamente a construção de uma piscina municipal, do pavilhão gimnodesportivo e da pista de atletismo, no plano do desporto e tempos livres, e do centro coordenador de transportes, cuja construção foi para 1990, tudo promessas que se incluem há anos nos planos de actividade e não se concretizam nunca.

Muito se discutiu também no Encontro quanto ao trabalho da CDU, o que se realizou e o que é necessário promover. Foram tomadas medidas, designadamente, para melhorar o trabalho de informação e de acompanhamento dos eleitos nos diferentes órgãos, para dinamizar o conhecimento concreto das necessidades das populações, com a recolha desde já de inquéritos e a realização de iniciativas, para concretizar o objectivo de concorrer com listas da CDU nas 33 freguesias do concelho, nas próximas eleições autárquicas, para eleger o primeiro vereador da CDU na Câmara Municipal de Felgueiras.

Foi reafirmada no encontro a congratulação pela iniciativa do PCP de propor na Assembleia da República a elevação da vila de Felgueiras à categoria de cidade, um voto que a própria Assembleia Municipal de Felgueiras aprovou por unanimidade, recentemente.

Valongo

Encarando a sensibilização da população para a questão da limpeza como «o segundo vector que, em conjunto com o destacamento de meios humanos e estruturas, vai resolver este grande problema, dia-a-dia mais sentido», o pelouro da Higiene e Limpeza da Câmara Municipal de Valongo, da responsabilidade da vereadora da CDU, Eduarda Ferreira, está a levar a cabo a terceira campanha da limpeza.

No último domingo decorreu a gincana da limpeza para crianças, entre os 8 e os 12 anos, inscritas através das suas escolas primárias e preparatórias. O tema, como não podia deixar de ser, esteve relacionado com a limpeza: uma corrida de sacos que incluía o amarrar de um saco de lixo, a introdução de papéis numa papeleira, escrever uma frase sobre a limpeza, meter garrafas nos vidrões, varrer e apanhar o lixo, etc. Os prémios para os concorrentes mais pontuados consistiram em livros e diverso material escolar, mas para todos os participantes ou não, houve autocolantes, calendários e um livrinho para colorir. As escolas, que tiveram um importante papel no êxito da iniciativa, receberam também o seu prémio.

A brincadeira agradou a miúdos e graúdos, que se concentraram às centenas em Ermesinde e Valongo, na Praceta Sá da Bandeira e junto ao edifício Vallislongus, respectivamente, onde actuaram ainda o rancho infantil do Grupo Recreativo e Cultural da Gandra e o rancho infantil das Padeirinhas do Suzão.

Encontro PCP/PS

Delegações do Partido Comunista Português e do Partido Socialista encontraram-se, por iniciativa deste último, na Assembleia da República, tendo abordado questões relativas à revisão constitucional. As delegações eram dirigidas pelos secretários-gerais de ambos os partidos: por parte do PCP participaram Álvaro Cunhal, Carlos Brito, Carlos Carvalhas e Luís Sá; por parte do PS, a delegação era composta por Vítor Constâncio, Jorge Sampaio, Almeida Santos e António Vitorino. No final do encontro, Álvaro Cunhal referiu-se à revisão constitucional sublinhando «o risco de que a revisão ponha em causa a identidade da nossa democracia e características fundamentais do regime democrático português». O secretário-geral do PCP comentou ainda o encontro com o PS afirmando que «há diferenças muito grandes e divergências relativamente à revisão», considerando embora importante o encontro «entre partidos democráticos, a troca de informações e opiniões»

Assembleia da República

Taxas do imposto único

Uma completa fraude à Constituição

Ao contrário do que afirma o Governo rendimentos pessoais não serão desagravados

Confirmando a justeza de anteriores críticas e reservas, o debate em torno da proposta de lei relativa às taxas dos impostos ditos únicos sobre os rendimentos das Pessoas Singulares e das Pessoas Colectivas realizado na passada semana voltou a ser marcado por fortes censuras à iniciativa do Governo.
Provenientes de todas as bancadas, as críticas que choveram sobre a chamada reforma fiscal elaborada pelo Ministério das Finanças incidiram sobretudo naquilo que foi classificado como o seu carácter profundamente injusto, chegando mesmo a bancada comunista através do seu deputado Octávio Teixeira a considerar a proposta de taxas apresentada pelo Governo como uma **«completa fraude à Constituição».**

Sintetizando a posição do PS, João Cravinho referiu na ocasião que a proposta governamental **«é a sabotagem da própria reforma fiscal»**, sublinhando ainda que o Governo prometera um novo sistema de imposto único mas o que ele de facto quer fazer **«é o contrabando do velho sistema de pesados impostos para o trabalho, atenuando cargas para os outros rendimentos»**

Nem único nem progressivo

Mas onde é que a proposta governamental colide então frontalmente com a Constituição? Recorde-se, em primeiro lugar, como fez questão de assinalar o deputado comunista, que o texto Fundamental refere claramente que **«o imposto sobre o rendimento pessoal visará a diminuição das desigualdades e será único e progressivo, tendo em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familar».**

Ora o que acontece é que **«nenhum destes princípios constitucionalmente obrigatórios é prosseguido com a proposta governamental»**, desde logo, porque, de acordo com a proposta n.º 59/V, o imposto sobre os rendimentos das pessoas singulares não é um imposto único nem progressivo.

Quatro impostos distintos

Ao contrário, o que o Governo propõe para a tributação dos rendimentos pessoais, como frisou Octávio Teixeira, «não é um imposto único mas sim um conjunto de quatro impostos», a saber: **1.º** — um imposto progressivo para os rendimentos do trabalho com cinco taxas variando entre os 16 e os 45 por cento e que vem substituir os impostos profissional e complementar (secção A); **2.º** — um imposto proporcional, com a taxa de 20 por cento, incidente sobre os juros de depósito e que substitui o essencial do imposto de capitais; **3.º** — outro imposto proporcional com a taxa de 25 por cento que incide sobre outras categorias de rendimentos de capitais e sobre os ganhos provenientes do jogo; **4.º** — mais um imposto proporcional com a taxa de dez por cento, incidindo, nos limitados casos em que incide, sobre as mais-valias.

Fundamentando melhor o seu ponto de vista adiantou Octávio Teixeira que é **«absolutamente inadmissível "a fixação de taxas liberatórias com respeito a categorias inteiras de rendimentos no quadro de um sistema de tributação pessoal global" já que isso viola descaradamente o princípio constitucional da unidade do imposto e gera um sistema mais iníquo que o actual».**

Injusto e escandaloso

Exemplificando, considerou inaceitável que, por exemplo, um indivíduo com um rendimento bruto de 1500 contos, pague 407 contos de impostos se o rendimento for do trabalho, de apenas 300 contos se resultar de juros, 375 — ou menos ainda — se se tratar de dividendos e 150 contos se o ganho tiver sido obtido na especulação bolsista.

«É inaceitável, é injusto, é escandaloso», sublinhou ainda Octávio Teixeira para logo de seguida realçar aquilo que considerou um feito notável do Governo até há pouco impensável: **«a oposição indisfarçável de todos os grupos e agrupamentos parlamentares, incluindo a do grupo que apoio o Governo. A que acresce, e releva de importância, a oposição da própria Comissão de Reforma Fiscal, e em especial do seu presidente, como claramente resulta da carta que sobre o assunto dirigiu ao Primeiro-Ministro e se confirma com a sua já anunciada demissão do cargo que durante alguns anos ocupou».**

Contas viciadas

Depois de ter analisado de forma circunstanciada o princípio da progressividade do imposto — em simultâneo com o princípio básico da unidade do imposto ausente na proposta foram duas das questões mais abordadas — Octávio Teixeira deteve-se ainda noutras soluções contidas na proposta de lei que classificou de perniciosas.

Asseverou que **«só na dispendiosa campanha publicitária do Governo é que existe uma redução da carga tributária, ao menos significativa». «As contas do Governo estão viciadas, são desonestas»**, disse, para mais adiante lembrar que se é certo não existir em geral um desagravamento da tributação sobre os rendimentos pessoais, mais grave ainda é que nos casais sem filhos que têm rendimentos do trabalho até 2500 contos se verifica um agravamento efectivo.

Octávio Teixeira chamou a atenção por outro lado para o risco de em 1989 os contribuintes poderem estar sujeitos a ter de efectuar um duplo pagamento de imposto no mesmo ano (o imposto complementar e a contribuição industrial relativos aos rendimentos de 1988 e o pagamento do IRS e IRC relativos a 1989).

Contrastando claramente com o não desagravamento geral dos rendimentos pessoais, o parlamentar comunista recordou ainda que a proposta de taxas para o IRC significa um **«efectivo desagravamento fiscal para todos os lucros das empresas societárias que atinge os 8,5 pontos percentuais para os lucros mais elevados».**

Por último, o deputado comunista deteve-se na questão dos benefícios fiscais, sublinhando que ao invés do anúncio de que os benefícios fiscais deveriam ser reduzidos e passar a revestir carácter excepcional e natureza genérica e temporária, a proposta agora apresentada mantém todos os benefícios fiscais em vigor, numa clara opção tomada em defesa dos interesses do grande capital.

Assembleia da República

Lei de Delimitação dos Sectores

Governo quer saciar gula do capital pelos sectores rentáveis da economia

Antecipando de alguma maneira o debate que ocupará grande parte da agenda de trabalhos da sessão plenária de hoje, a apreciação na passada semana do parecer sobre o recurso apresentado pelo PCP relativo à admissibilidade para discussão da proposta de lei que autoriza o Governo a alterar a Lei de Delimitação dos Sectores veio clarificar as principais posições em confronto.

Para a maioria, através da opinião expressa pelo seu deputado Mário Raposo, a questão fundamental é a de uma alegada «liberdade económica» que do seu ponto de vista continua ausente em virtude do texto constitucional, apesar da «depuração da carga dogmática» operada na revisão de 1982, manter em grande parte aquilo a que chamou a «colectivização da economia».

Em sua opinião, a Constituição deve constituir no fundamental um texto no qual se consagrem apenas as grandes regras de organização do Estado e de salvaguarda dos direitos dos cidadãos, perspectiva esta que no fim de contas funciona como álibi e como justificação (?) para o apoio que a maioria presta a uma proposta que sem rebuços visa no fundo satisfazer a incontida gula do grande capital pelos sectores mais rentáveis da economia que se encontram no domínio público.

Esvaziar as limitações

Com esta proposta de lei do que se trata, na verdade, como assinalou o deputado comunista José Magalhães, é de «esvaziar as limitações de acesso do capital privado a sectores básicos da economia», traçando para o efeito um mapa em que «todas as aberturas são consentidas e todos os caminhos redundam em abertura».

Acontece, porém, que este processo, visando no fundo proceder à revisão constitucional por via de legislação ordinária, ou seja, antecipar a revisão da Constituição, enferma como foi insistentemente assinalado de uma gravíssima inconstitucionalidade, sendo este intento encarado pela bancada comunista como mais «uma página negra» do contencioso que o Governo mantém com o regime democrático.

Denunciando os dois caminhos escolhidos pelo Governo para alcançar os seus objectivos, referiu José Magalhães em primeiro lugar a «liberalização do acesso do capital privado a todos os sectores que em termos económicos podem ser qualificados como indústrias de base (apenas a indústria de armamento continuaria vedada) e, em segundo lugar, o «drástico esvaziamento do elenco dos sectores vedados», abrindo ao capital privado a produção e distribuição de energia eléctrica e gás para consumo público, um número indeterminado de serviços de telecomunicações, os transportes aéreos regulares interiores, um número indeterminado de transportes ferroviários não explorados em regime de serviço público.

O atalho...

Mas a proposta não se fica por aqui. Para obviar aos volumosos recursos que o capital privado teria de mobilizar e bem assim às novas empresas que teria de criar para percorrer estes caminhos, o Governo chega mesmo ao ponto, explicou o deputado comunista, de criar «um atalho capaz de apressar todas as chegadas». Qual? A concessão a entidades privadas da possibilidade de «exploração ou gestão das empresas públicas existentes em qualquer sector», incluindo as de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, saneamento básico, serviços não complementares de telecomunicações, transportes aéreos regulares exteriores e transportes ferroviários de serviço público em que só a titularidade por entidades privadas continua a não ser prevista.

Torna-se assim claro que para o Governo todos estes caminhos e atalhos têm no fim de contas como objectivo o permitir a penetração do capital privado em todos os sectores agora vedados: «nuns casos acesso pela propriedade e gestão, noutros acesso pela gestão sem propriedade – em ambos os casos em vez de sectores vedados teríamos sectores abertos».

Insistindo na denúncia da inconstitucionalidade da proposta, José Magalhães frisou ainda que «não há qualquer possibilidade de fazer passar por constitucional uma lei que tão por completo inverte o sentido útil do artigo 85/3 da Constituição». «No vastíssimo património de reflexão jurídico-constitucional que em Portugal se estabeleceu em torno da delimitação de sectores – disse – abundam as divergências sobre o alcance do preceito constitucional mas ninguém conseguirá extrair da jurisprudência (primeiro da Comissão Constitucional e depois do Tribunal Constitucional) qualquer argumento a favor da proposta do Governo».

A este propósito, citando o primeiro daqueles órgãos, lembrou o parlamentar comunista que «quando houver que delimitar os sectores (o legislador) não esvazie o sector básico vedado, antes o preencha com o mínimo que assegure uma efectiva subordinação do poder económico privado ao poder político democrático», acentuando, por outro lado, que «a exclusividade económica do Estado» não pode «ficar restrita a sectores básicos não lucrativos ou insuficientemente rendíveis».

Em causa o «Humor de Perdição»

PSD não acompanha condenação a acto censório

«Prova de menoridade intelectual», «inesperada e indefensável atitude censória», «manifestação anticultural», «lastimável transgressão das garantias da liberdade de expressão», «exercício ilegítimo do poder censório», eis alguns dos epítetos com que os deputados das bancadas da oposição classificaram a decisão do Conselho de Gerência da RTP de proibir o programa «Humor de Perdição» da autoria de Herman José.
Desencadeando uma discussão acalorada que acabaria por ocupar grande parte dos trabalhos da sessão realizada faz hoje oito dias, a questão foi suscitada por um voto apresentado pelos parlamentares socialistas no qual se acusa nomeadamente a televisão portuguesa de não resistir **«ao confronto e à controvérsia que a criatividade implica»** e de estar com este grave acto de censura a abrir um precedente **«no condicionamento da liberdade crítica»**.

Acompanhando a generalizada onda de repúdio que se fez sentir em largos sectores da população e o abalo sentido na consciência democrática do País, para os deputados a questão em aberto era simples: tratava-se de exprimir o seu protesto e a sua preocupação por um acto prepotente que nenhuma alegada defesa dos valores históricos pode justificar num Estado de direito democrático que arredou a tesoura da censura no Comunicação Social.

Atentado grosseiro

Assim o entenderam todas as bancadas situadas à esquerda do Hemiciclo. Para Jorge Lemos, do PCP, a decisão só encontra explicação pelo facto de o programa, mais do que pelo humor e pelas opções estéticas, que podiam ser ou não do agrado de todos e cada um, incomodar por **«justamente questionar modelos de vida e da sociedade que eram muito caros ao poder cavaquista e a todos os saudosos do passado»**. No mesmo sentido foram as palavras proferidas por José Manuel Mendes, classificando este intolerável acto como **«um atentado grosseiro à liberdade»**, revelador da **«vocação censória da RTP»** e do seu **«obscurantismo cultural**, sublinhando a necessidade de serem adoptadas medidas que **«erradiquem males tão negros como o que acabamos de assistir»**.

Arons de Carvalho, pela bancada socialista, entre as várias conclusões que retirou deste triste episódio, afirmou que ao proibir definitivamente o programa **«os gestores da RTP deram um golpe mais na tão maltratada produção nacional»** lembrando ainda, referindo-se ao conselho de gerência, que lhe sobra **«em conservadorismo estreito o que lhe falta em sentido de humor»**. O deputado socialista considerou também que a RTP **«não foi capaz de assegurar cabalmente o cumprimento dos preceitos que lhe impõe a promoção dos valores culturais do País»** e que o seu modelo de gestão **«reproduz uma estrutura autoritária adequada à utilização da televisão como mero instrumento do poder político»**.

Estreiteza de vistas

Antes de condenar a **«estreiteza de vistas culturais»** que a prepotente supressão do programa revela, Natália Correia, em nome do PRD, lembrou por seu turno que **«a história por mais respeitável que seja, e até por isso mesmo, não está fora da alçada da abordagem parodística, antes demonstrando a força dos seus valores na resistência que eles oferecem ao assalto da sátira»**.

João Corregedor da Fonseca, definindo a posição da Intervenção Democrática, pôs a tónica na acção anticultural da RTP **«não só pela qualidade da sua programação mas também por omissão e por manipulação»** e acusou este órgão de comunicação social de ter ido **«longe de mais»** ao impedir que fossem transmitidas declarações do Presidente da República sobre este caso.

Fortemente crítico foi também o CDS (muito embora tivesse optado pela abstenção, isto porque, segundo foi dito, no voto subscrito pelo PS estavam contempladas razões diversas das suas) que pela voz de Basílio Horta fez saber que em sua opinião existe **«um clima viciado no relacionamento da RTP com o Governo»** — e este é o problema central na óptima dos centristas — cuja resolução **«passa ou pela demissão do conselho de gerência da RTP ou pela demissão do Governo»**. **«Como o CDS deseja que o Governo permaneça até ao fim do seu mandato para acabar de vez a reduzida popularidade de que hoje ainda goza, só resta a demissão do conselho de gerência da RTP»**, concluiu.

Tudo falso...

Delicada foi sem dúvida a posição da maioria. «Entalada» entre a necessidade de não atacar frontalmente uma televisão que tem dado sobejas provas sobretudo no plano da informação de não se reger por critérios de isenção e independência servindo assim o Poder instituído e o escândalo que constituiria manter-se silenciosa face a um acto que suscitou tão vivos protestos e críticas, a maioria optou em termos vagos e gerais por reafirmar através de Duarte Lima a sua posição de defensora da liberdade de expressão para no entanto, logo a seguir concluir não poder votar favoravelmente a iniciativa do PS na medida em que, alegou, não dispunha de «todos os dados das partes envolvidas neste processo para formar uma opinião definitiva».

Quem não esteve com meias medidas foi o seu deputado Silva Marques que visivelmente alteado, como é seu tom habitual, destoando da posição da sua bancada, pediu a palavra para dizer que se sentia ofendido e que era tudo falso quanto havia sido dito acerca de Bocage, Nicolau Tolentino, Gil Vicente ou Rafael Bordalo Pinheiro — recorde-se que no voto se refere que estes autores difi-cilmente lograriam aceitação na nossa televisão a julgar pelos critérios de apreciação invocados pelos gestores da RTP neste episódio — pois que, garantiu, **«nenhum deles jamais pretendeu humilhar aqueles que fundaram a nacionalidade, os que plantaram o pinhal de Leiria, os que levaram por diante as Descobertas»**.

Com oito deputados da sua bancada a absterem-se, juntando-se aos votos do CDS, o PSD acabaria assim por chumbar o voto que acolheu os votos favoráveis de todas as restantes bancadas. Longe de ser assunto encerrado, e a fazer fé nos argumentos aduzidos pela maioria de que muita coisa ainda está por apurar, este será pois um assunto que tudo indica fará correr muita tinta.

«Temos a carne mais cara»

A queda na prática dos preços da carne ao produtor muito abaixo dos preços institucionais, sem que até ao momento essa descida tenha tido reflexos no consumidor mas com naturais reflexos na degradação dos rendimentos dos agricultores e na redução da sua capacidade de investimento e desenvolvimento tecnológico, constituiu uma das matérias abordadas no decorrer da sessão de perguntas ao Governo faz amanhã oito dias. Suscitou-a o deputado comunista Rogério Brito que depois de afirmar que esta política apenas satisfaz o grande comércio importador e a indústria quis também saber das razões que levaram à eliminação das taxas aduaneiras na importação de carne.

O ministro do Comércio e Turismo, Ferreira do Amaral, em resposta, reconheceu que «temos a carne mais cara» e que «estamos longe dos preços da CEE», afirmando ainda que os preços da carne no nosso país têm grande diferencial em relação à Comunidade Europeia». Para o ministro esta situação explica, segundo disse, que «a capitação de carne em Portugal seja metade da capitação verificada na Europa».

Quanto aos direitos de importação salientou que estes passaram a estar contidos no próprio direito nivelador entretanto criado, ao que Rogério Brito contrapôs lembrando que este direito representa apenas 40 por cento do anterior valor da taxa aduaneira, ou seja, maiores facilidades são concedidas à penetração de carne do exterior sem que estejam devidamente salvaguardados os interesses dos nossos produtores nem que essa baixa, como se tem visto, tenha reflexos nos preços ao consumidor.

No decorrer da sessão, a que estiveram presentes vários membros do Governo, foram ainda objecto de perguntas por parte de deputados de outras bancadas o inquérito relacionado com a morte de soldados comandos, as anunciadas obras na Ponte 25 de Abril, a situação global da Balança Comercial, nomeadamente quanto ao comportamento das nossas exportações e os medicamentos comparticipados.

Assembleia da República

Revisão do regime eleitoral na Madeira

PSD quer liquidar direitos da oposição

«Claramente injusta, distorcedora da representação do parlamento regional e francamente persecutória», assim qualificou o Grupo Parlamentar do PCP a proposta de lei da Assembleia Regional da Madeira visando alterar o decreto-lei relativo ao sistema eleitoral de que resultará uma redução do número de deputados daquela assembleia autónoma. A afirmação foi proferida por José Magalhães no decorrer do debate destinado a apreciar o recurso interposto pelo PCP impugnando a admissão da proposta, diligência esta só efectuada após porfiadas iniciativas na própria Região Autónoma da Madeira para que nenhuma proposta deste tipo fosse aprovada.

Em causa, com esta revisão do regime eleitoral para a Assembleia Regional, está pois a redução do número de deputados, objectivo que na óptica da bancada comunista só é explicável pela tentativa que ela encerra de **«liquidação dos direitos da oposição política na Região Autónoma»**.

Tanto mais injustificada, quanto, sublinhou o deputado comunista, são conhecidas a natureza do parlamento regional, o seu funcionamento infrequente, as muitas necessidades das populações, a necessidade de fiscalizar as actividades dos deputados e do Parlamento e ainda a importância de conferir ao parlamento regional **«a dignidade e o papel que lhe cabe no sistema de poder regional»**.

Para os parlamentares comunistas esta é, aliás, uma medida de sentido idêntico a outras tomadas pelo PSD da Madeira, tendo na ocasião sido recordadas a **«instituição da comissão de censura aos jornalistas que cobrem os trabalhos do parlamento regional»**, as actividades do PSD/Regional **«limitativas dos direitos dos partidos da oposição nos diversos planos»**, incluindo a liberdade de propaganda, e ainda as **«insistências na multiplicação de entraves ao exercício dos direitos normais da oposição política»**.

Descalçar a bota...

Depois de referir que o que **«move o PSD nesta matéria não é o cumprimento da Constituição, não é o reforço da democracia na Região Autónoma, não é o respeito do pluralismo político»**, mas, sim, o **«contrário de tudo isto»**, José Magalhães deteve-se a analisar alguns problemas colocados pela própria proposta os quais, segundo afirmou, impediram o próprio relator da 1.ª Comissão (deputado Guilherme Silva, do PSD) de **«descalçar a bota»**, já que, **«o pé é enorme e o sapato é péssimo...»**.

Frisou a este respeito que está por demonstrar que **«círculos uninominais em proliferação acelerada significam respeito pelo princípio da representação proporcional»**, lembrando mais adiante que **«as regiões autónomas são naturalmente autónomas, e estão separadas de nós por muito mar, mas não há especificidade regional nenhuma que transforme o uninominal em proporcional»**.

Abordando depois um segundo problema levantado pela proposta recordou que ela colocou a Assembleia da República perante um **«duplo risco»**, ou seja, se este órgão de soberania aceita **«que nos estatutos das regiões autónomas há dois tipos de matérias, as que são materialmente estatutárias e as que não o são, podendo estas últimas ser alteradas livremente, então está aberto um precedente para a demolição, por direito ordinário, por lei normal e com um processo de tramitação normal de muitos dos aspectos que constam dos estatutos»**, correndo-se ainda, como segundo risco, o de admitir-se **«tal como consta no parecer que vem subscrito pela 1.ª Comissão, que o Estatuto da Região Autónoma, que é provisório, pode ser alterado de qualquer forma»**.

«A manter-se o actual estado de coisas próximo ano lectivo será pior»

A manter-se o actual estado de coisas e a não serem tomadas as necessárias medidas muitas das escolas prometidas pelo Ministério da Educação não vão arrancar e para o próximo ano lectivo as dificuldades serão ainda maiores. Proferido já perto do final do presente ano lectivo, e a uma razoável distância do próximo, o alerta foi deixado na passada semana no Plenário da Assembleia pelo deputado Jorge Lemos. No centro da declaração política proferida pelo parlamentar comunista esteve a ausência de resposta do actual Governo à crise do sistema educativo, designadamente a falta de uma estratégia explícita e assumida de reforma assente no desenvolvimento da Lei de Bases do Sistema Educativo que substitua os actuais «projectos avulsos, geralmente incoerentes e mesmo contraditórios entre si – as palavras são já de Jorge Lemos – face aos quais o ministro vem adoptando em público uma cómoda posição de distanciamento».

Questionando-se sobre se esta postura resulta de inacção do Ministério ou, se pelo contrário, constitui uma orientação assumida, o deputado comunista defendeu a segunda hipótese, lembrando a propósito que a «falta de orientação em educação tem sempre consequências que afectam em primeira linha as camadas sociais de mais reduzidos recursos económicos».

Posição titubeante

Seguindo esta linha de pensamento, salientou depois que o actual ministro não recusa, como outros que o antecederam, a existência de uma grave crise no sistema educativo, mas omite as suas origens e os seus responsáveis. «Lança, ainda que de modo mal organizado, o debate público sobre projectos de reforma, mas – acrescentou – tem o cuidado de não se posicionar em relação às opções contraditórias nela contidas e de não dizer como e quando serão apurados os resultados de tal debate».

Esta posição titubeante do Ministério de que é titular Roberto Carneiro – aliada aos atrasos registados na elaboração de legislação sobre importantes matérias (gratuitidade da escolaridade obrigatória, formação de pessoal docente, planos curriculares dos Ensinos Básico e Secundário, apoios e complementos educativos, ensino particular e cooperativo), aos até agora magros resultados obtidos no tão falado Programa de Promoção ao Sucesso Escolar e a um diálogo que até ao momento não mostrou nenhuma efectiva tentativa de encontrar com os estudantes e professores as soluções de consenso ou de efectiva participação nas decisões –, levou Jorge Lemos a concluir que pese embora o acréscimo relativo verificado no Orçamento do Ministério da Educação «não se constatam alterações de fundo que permitam inverter o rumo desastroso seguido no passado».

Futuro comprometido

Com efeito, conforme enumerou, áreas essenciais como o combate ao analfabetismo, a educação pré-escolar, o ensino especial, a educação física e o desporto escolar «continuam adiadas»; o ritmo de construção dos novos estabelecimentos continua «expressamente lento»; e a política de investimentos «parece estar fortemente ameaçada uma vez que, sem desmentido, circulam informações de que a chamada «dotação concorrencial» já estaria a afectar o Ministério da Educação».

Depois de salientar que «esta política compromete a mudança necessária e põe em risco o presente e o futuro das jovens gerações, o deputado comunista deu a conhecer um conjunto de direcções de trabalho saídas de um recente Encontro Nacional realizado pelo PCP, propostas estratégicas e linhas de intervenções que, segundo disse, visam a «construção de uma Escola para o nosso tempo».

Sintetizando-as em cinco pontos, acentuou que elas passam em primeiro lugar pela «universalidade do direito à educação e ao ensino», pela «defesa e aprofundamento da gestão democrática das escolas e do sistema de ensino», por uma «escola para o desenvolvimento e a modernização», por uma «escola para a emancipação cultural» e, finalmente, por uma «escola para uma democracia em processo e em avanço».

Faltam respostas adequadas à insegurança dos nossos emigrantes

Igualar em direitos e deveres os emigrantes portugueses independentemente do país de acolhimento, estabelecendo mais concretamente benefícios fiscais aos similares existentes nos países membros da CEE para os emigrantes que se encontram noutras partes do mundo, constitui um dos objectivos centrais da proposta de lei apreciada na passada semana pelo Parlamento. Em causa está sobretudo a concessão de isenção de imposto automóvel aos emigrantes provenientes de países fora do quadro da Comunidade Europeia, nas mesmas condições em que essa isenção é concedida aos nossos compatriotas que trabalham nos Estados membros da CEE.

Embora tardia, esta iniciativa governamental acolheu as opiniões favoráveis da Câmara, servindo ainda de pretexto para trazer ao debate alguns dos problemas mais sentidos pelos nossos emigrantes e várias questões relativas às orientações do Executivo em matéria de emigração.

Foi o que fez o deputado comunista António Mota ao chamar a atenção da Câmara para a ausência de iniciativas do Governo na protecção dos que partem em busca de vida melhor, designadamente os temporariamente contratados, sujeitos a cumprir «horários de trabalho desumanos», a viver longos períodos separados das suas famílias, na maior parte dos casos em instalações provisórias superlotadas, sem o mínimo de condições, «sujeitos às mais duras tarefas e degradantes condições de vida».

Destacando alguns desses problemas mais sentidos pelos nossos compatriotas, referiu o deputado comunista a compatibilização dos projectos entre as duas gerações (recorde-se que muitos dos filhos dos emigrantes há longo tempo radicados se encontram já integrados na nova comunidade) avivando a indecisão entre o regresso e a inserção no país de acolhimento, as limitações impostas do direito de reagrupamento familiar, as discriminações de que os jovens são alvo no trabalho e na escola, a falta de apoio do Estado português no campo do ensino da língua e da divulgação da cultura e ainda a falta de apoio efectivo aos que desejam regressar.

«Entregue a si própria – lembra António Mota – a emigração continua a viver o secular problema de falta de protecção do Estado português», falta de protecção essa que se sente na partida (com os emigrantes entregues a «uma chusma impune de exploradores sem escrúpulos»), sente-se no estrangeiro («pela falta de apoio social, cultural, consular, e de informação sobre Portugal e sobre os seus direitos»), sente-se no regresso (pela falta de trabalho e condições de vida, «pela falta de protecção contra oportunistas e burlões que em Portugal e no estrangeiro se tentam aproveitar das suas poupanças»).

Aproveitando a oportunidade, chamou ainda o deputado comunista a atenção para um projecto de lei do Partido redigido justamente no sentido de responder a alguns destes problemas, projecto esse que, segundo afirmou, constitui «uma verdadeira carta dos direitos do emigrante».

Foram algumas dessas medidas preconizadas na iniciativa do PCP que António Mota enumerou depois, salientando designadamente o direito à emissão gratuita do passaporte, direito ao seguro de viagem e frequência gratuita de um curso de aprendizagem da língua e civilização do país de destino, a garantia de adequadas condições de exercício de actividade, nomeadamente a correcta aplicação dos contratos e facilidades de acesso ao território nacional durante os períodos de férias.

Entre o conjunto de soluções concretas que nele são definidas, o projecto prevê ainda a frequência gratuita de cursos de formação profissional aquando do regresso, a implementação de um regime fiscal especial para os emigrantes no momento do seu regresso definitivo e medidas especiais de cumprimento do serviço militar levando em conta as condições específicas dos jovens emigrantes.

PCP

Metalurgia e metalomecânica do Porto

Encontro da DORP no CT da Boavista

Realiza-se no próximo sábado, dia 25, no pavilhão do Centro de Trabalho da Boavista, entre as 09.30 e as 18.30, um encontro do sector metalúrgico e metalomecânico do distrito do Porto, promovido pelo sector de empresas da DORP do PCP, que tem por objectivo fazer um balanço da situação no sector, no plano económico, político e de luta dos trabalhadores, e apontar as direcções de trabalho futuro.

Inserido no trabalho preparatório do XII Congresso do PCP, sustentado por muitos elementos de estudo e análise que foram recolhidos sobre o sector e que servirão de base à discussão, este encontro é aberto à participação de todos os militantes de empresas metalúrgicas e metalomecânicas do distrito, mesmo àqueles que não estejam organizados em células de empresa.

Estarão em debate, entre outros aspectos, a evolução do sector metalúrgico e metalomecânico no distrito nos últimos anos, a realidade económica do sector, a evolução tecnológica e as suas incidências, a situação do emprego e do desemprego, as implicações no sector em consequência da adesão à CEE, a situação social e a luta dos trabalhadores metalúrgicos, a organização do Partido.

Atenção particular irá ser dada à situação em diversas empresas do sector. A título de exemplo, citamos a situação em quatro empresas que são também quatro grandes problemas no sector — são elas a Facar, a MDF, a EFI e a Feruni. Há cinco anos empregavam 3254 trabalhadores, hoje empregam 2158. Pelo estado desesperado a que chegaram, viram-se confrontados na sua maioria com a necessidade de recorrer à lei 17/86, para poderem receber um subsídio equiparado ao do desemprego.

A ofensiva e a má gestão nestas empresas não tem tido limites. A Facar teria encomendas para 10 anos, desde que bem gerida. A Feruni poderia contar com uma óptima carteira de encomendas, onde 80 por cento da sua produção seria enviada para mercados estrangeiros. A EFI exporta 40 por cento do que produz. Na MDF, para além da promessa de manutenção dos postos de trabalho, e para os quais recebeu empréstimos da SEPE na ordem dos 396 mil contos, não existe mais nada a não ser sacrifícios e o espectro do desemprego para os trabalhadores. De realçar que no caso da Facar e da MDF, foram empresas intervencionadas que depois de recuperadas o Governo de Mário Soares decidiu desintervencionar e entregar ao patronato. O resultado está à vista — são verdadeiros crimes contra a economia nacional e contra o direito ao trabalho.

A situação dos salários em atraso — em Abril do corrente ano, 17 empresas envolvendo 3475 trabalhadores tinham dívidas superiores a 500 mil contos —, a diminuição dos postos de trabalho, a destruição do aparelho produtivo, a evolução preocupante das rescisões de contratos, a repressão, as más condições de higiene e segurança, são aspectos da situação social do sector que irão ser aprofundados no decorrer do encontro.

A comissão organizadora do encontro garantiu um serviço de almoços para os camaradas interessados. Entretanto, antes do início dos trabalhos, da parte da tarde, será transmitida em vídeo gigante, no próprio pavilhão da Boavista, a final do Campeonato Europeu de Futebol.

Assembleias do PCP no Cartaxo...

A situação nos diversos sectores da economia do concelho (agricultura, indústria, comércio), o trabalho nas autarquias, os problemas no ensino, saúde e acção cultural e desportiva e, naturalmente, a actividade do Partido e o seu funcionamento serão pontos para análise e debate na 3.ª Assembleia da organização concelhia do PCP do Cartaxo, no distrito de Santarém.

A iniciativa vai realizar-se já no próximo domingo, dia 26, a partir das 9 horas, na Casa do Povo. «**Reforçar o Partido, contribuir para a resolução dos problemas do concelho e defender Abril**» são temas centrais da Assembleia, que elegerá a nova Comissão Concelhia do Partido e prestará contas do trabalho realizado nos últimos três anos.

A 3.ª Assembleia, dizem-nos os camaradas do Cartaxo, vem possibilitar um maior conhecimento da organização e das novas realidades do concelho.

...e no Sobral de Monte Agraço

Com os trabalhadores, com o povo do Sobral, reforçar o Partido para Abril continuar — este é o lema da 3.ª Assembleia da organização concelhia do PCP de Sobral de Monte Agraço, que decorrerá no próximo domingo, dia 26, no cinema desta localidade do norte do distrito de Lisboa.

O balanço da actividade desde a última Assembleia e a definição de objectivos de trabalho para o futuro, reforçando a ligação do Partido às populações e às realidades do concelho, serão temas em destaque nesta iniciativa, marcada para as 15 horas e que contará com uma intervenção final do camarada **José Casanova**, membro da Comissão Política do Partido.

Reunião da DORAA

Os Açores vistos por dentro

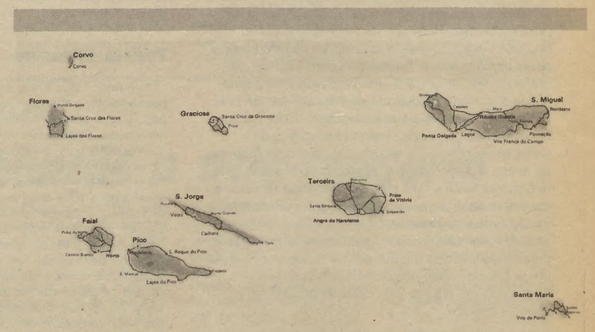
• Decq Mota foi a Belém

A Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA) do PCP realizou recentemente em Ponta Delgada a sua primeira reunião plenária após a realização da 3.ª Assembleia da ORAA, tendo analisado a situação política actual, diversos aspectos da preparação para as eleições regionais de Outubro e deliberado sobre os aspectos do seu próprio funcionamento interno. Dos assuntos debatidos e das principais conclusões a que se chegou neste Encontro, respigamos alguns aspectos mais significativos.

Recorde-se a propósito, que **José Decq Mota**, deputado do PCP na Assembleia Regional dos Açores, foi há dias recebido pelo Presidente da República no Palácio de Belém, no âmbito de um conjunto de audiências que o chefe de Estado concedeu aos partidos com assento na Assembleia Regional, com o objectivo de os ouvir acerca da data das próximas eleições regionais, decisão que esta reunião da DORAA considerou «institucionalmente correcta e importante, porquanto valoriza a Autonomia Constitucional e sublinha a vertente pluralista e democrática do sistema autonómico».

A DORAA, analisando a actual situação política regional, considerou que «assume especial relevo a orientação adoptada pelo PSD/Açores e reforçada no seu recente Congresso Regional, de privilegiar práticas de afrontamento político, nomeadamente com o Ministro da República, como forma de procurar fazer passar para segundo plano uma enorme gama de complexos problemas económicos, sociais e políticos resultantes, na sua maior parte, das políticas erradas realizadas pelo Governo Regional». A recente visita do presidente do Governo Regional da Madeira, recheada de declarações bombásticas e irresponsáveis, a paralisação imposta pelo PSD/A à actividade da Comissão Parlamentar de Revisão Constitucional e o simultâneo ressuscitar pelos presidentes dos Governos dos Açores e da Madeira da questão da extinção do cargo de Ministro da República são, entre outros, episódios que «demonstram tal política de afrontamento inútil, inadequada e altamente gravosa para os reais e vivos interesses dos Açores».

Neste quadro o PSD/A «pretende esconder dos açorianos problemas essenciais e muito sérios e pretende, também, esconder a responsabilidade que o centralismo de Cavaco Silva tem em algumas dessas questões, mas quer à viva força encontrar «bodes expiatórios» para a sua inoperância. Para tal ataca o representante da soberania, independentemente de ter ou não motivos, alimenta uma campanha de declarações e artigos pondo em causa, por esvaziamento, uma vez mais a natureza nacional que o sistema autonómico deve ter». Em relação a esta questão, a DORAA «reafirma a indefectível defesa que o PCP faz do sistema autonómico consagrado na Constituição e o combate que deu, dá e dará a todas as atitudes aventureiristas que procuram pôr em causa a unidade da Nação e a todas as atitudes e práticas centralistas que, procurando enfraquecer a autonomia, desfiguram e pervertem a natureza democrática do Estado», sublinhando que «hoje é necessário, acima de tudo, pôr a claro os problemas concretos, procurar encontrar caminhos para a sua solução e defender, assim, o sistema autonómico constitucional.»



A CEE e as especificidades

Após se deter na análise da política agrícola aplicada na Região Autónoma dos Açores (incorrecta e inadequada, nomeadamente por não criar as defesas que o sector agropecuário necessitava e não ter sido capaz de modernizar sem destruir ou marginalizar os agricultores e lavradores), o Encontro debruçou-se sobre as consequências da adesão de Portugal à CEE nas especificidades desta região. Diz a DORAA, sobre os Açores e a CEE:

«A nossa situação periférica e insular e a natureza ceiros sociais não só da ideia de que são necessárias muito maiores ajudas financeiras no período de transição, mas também da ideia de que se torna urgente encarar, para alguns sectores, outro tipo de medidas tais como derrogações de prazos, estabelecimento de garantias, etc.»

Assim, «a DORAA reafirma uma vez mais que tudo fará para contribuir, com um claro espírito de diálogo, no sentido do relatório em preparação vir a reflectir as necessidades regionais, por forma a que o futuro Programa Integrado de Desenvolvimento possa ser um sério passo no sentido de evitar que a actual crise de perspectivas e os actuais problemas já sentidos pela nossa economia, se transformem numa séria e gravosa crise económica».

***Açores:** «Uma política agrícola incorrecta e inadequada, nomeadamente por não criar as defesas que o sector agropecuário necessitava e não ter sido capaz de modernizar sem destruir ou marginalizar os agricultores e lavradores»* (na foto, posto de recolha do leite, na ilha de S. Miguel)

Os erros e os seus reflexos

Pormenorizando a sua análise à volta dos problemas concretos que afectam a população da Região, a DORAA constatou «continuar a ter total actualidade e carácter de urgente solução o estabelecimento de um acréscimo salarial para o funcionalismo regional.

O PCP, ao qual se deve a primeira proposta parlamentar sobre esta matéria, entende não ser admissível pretender o Governo Regional continuar a fugir desta questão».

De igual modo, «carece de urgente solução a questão do salário mínimo regional, não sendo aceitável que uma vez verificada e demonstrada a nulidade jurídico-constitucional da Resolução que o estabelecia, não tenha o Governo Regional tomado a iniciativa de preparar uma proposta de Decreto Legislativo Regional sobre tal matéria». Na opinião da DORAA «não é correcto que o Governo tenha fugido à responsabilidade de fundamentar uma proposta neste sentido e não tenha tido a humildade política de reconhecer que, com a sua resolução, usou um poder que não tinha e induziu, assim, os trabalhadores dos Açores no erro de pensarem que tinham um salário mínimo mais elevado legalmente garantido, o que ainda não acontece».

A reunião assinalou também as importantes movimentações reivindicativas que têm agitado, na Região, algumas camadas socioprofissionais, «nomeadamente os médicos e trabalhadores das contribuições e impostos e as importantes acções de promoção e defesa de interesses próprios que tem absorvido os enfermeiros e professores entre outros, sendo de opinião que tais situações são indiciadores de um sentido de participação democrática de grande interesse para a vida colectiva regional».

Atenção aos cadernos!

Finalmente a DORAA apreciou diversos aspectos da preparação em curso para as eleições regionais e entende, face à constatação do peso que a proximidade das eleições tem na vida política regional, «dever declarar claramente que tal facto, em si mesmo, não é negativo, sendo sim negativos certos comportamentos ilegítimos, porque enganadores e desvirtuadores da realidade, que o poder regional desenvolve».

No quadro da CDU prosseguem «intensa mas serenamente, os trabalhos de preparação para as eleições, por forma a que a CDU se apresente ao eleitorado com dignidade, coerência, firmeza, honestidade e seriedade política que lhe são próprias».

Na sequência da intensa actividade política que vem sendo desenvolvida nos últimos meses, estão em preparação no seio da CDU diversas iniciativas de divulgação, esclarecimento e debate de questões concretas. Problemas económicos, a insularidade e a integração europeia, a educação e ensino, a saúde, problemática da juventude, questões internacionais, serão, entre outros, temas muito presentes na nossa actividade.

E a DORAA adverte: «aproximando-se o período de afixação pública dos cadernos eleitorais, todos os cidadãos eleitores devem verificar se a sua inscrição permanece válida. Este alerta é tanto mais necessário, quando na última sessão da Assembleia Municipal de Ponta Delgada foi levantada e não esclarecida a questão se, sim ou não, teriam sido dadas indicações a Juntas de Freguesia para proceder à eliminação administrativa de eleitores em situação de ausentes».

A DORAA, entretanto, resolveu a este propósito «accionar, caso se verifique qualquer irregularidade, todos os mecanismos legais, tal como já fez no passado», Eleições, do Supremo Tribunal ou do Tribunal Constitucional, o PCP sempre tem respeitado e continuará a respeitar a legalidade constitucional em vigor.

Madeira

O que significa hoje defender a autonomia

• Delegação da DORAM recebida pelo Presidente da República

Questões de importância relevante para a defesa da democracia na Região Autónoma da Madeira, onde brevemente terão lugar eleições para a Assembleia Regional, foram levadas à Presidência da República por uma delegação da DORAM (Direcção da Organização do Partido no arquipélago), constituída pelos camaradas **António Casmarrinha,** membro do Comité Central, e **Mário Aguiar,** deputado regional. A audiência com o Presidente da República teve como primeiro objectivo «discutir a data em que se realizarão as próximas eleições regionais», previstas, como aqui temos referido frequentemente, para o próximo Outono.

***Definir e realizar uma política económica,** financeira e fiscal que promova o investimento e o desenvolvimento das actividades produtivas da Região é uma componente da luta em defesa da autonomia democrática e constitucional*

«No decorrer da audiência», revela um **telex** do Secretariado da DORAM do PCP, «houve ensejo de levantar ao PR diversas questões que, a nosso ver, são de importância relevante para a defesa da democracia na Região», e que em jeito de síntese se podem assim apresentar:

• Defendemos que cessem as limitações às liberdades da oposição democrática e particularmente do PCP, durante as campanhas eleitorais, seja em relação à fixação de propaganda, sempre destruída por entidades afectas ao PSD regional, seja em relação à cedência de salas em edifícios públicos, sempre recusados, contrariamente ao que lei impõe.

• Defendemos também o fim das descriminações no acesso aos meios de Comunicação Social pagos pelos dinheiros públicos, como é o caso da RTP, o que mais uma vez se verificou com a não transmissão das declarações da nossa delegação à saída da audiência com o sr. Presidente da República, ao contrário do que sucedeu com outros partidos políticos.

• Defendemos ainda que se acabe com a manipulação totalitária de outros meios de Comunicação Social pagos quase completamente pelos dinheiros públicos, como é o caso do Jornal da Madeira, em que o sr. presidente da Comissão Política regional do PSD escreve, todos os dias, o que muito bem entende, e são quase sempre ataques à oposição democrática e essencialmente ao PCP, sem que, quem quer que seja desafecto ao PSD regional, lhe possa responder.

• Por outro lado, foi ainda possível expressar ao Presidente da República a nossa opinião de que a tentativa do PSD regional, para impor uma revisão inconstitucional da Lei Eleitoral e do Estatuto Político Administrativo, se destina a conseguir um domínio totalitário sobre a Assembleia Regional.

• Em conformidade com o que se passou na audiência, o Secretariado da DORAM do PCP considera absolutamente despropositadas as acusações do Governo Regional de que haveria da nossa parte menos respeito pela legalidade.

• Ao contrário do Governo do PSD Madeira, que não acata as decisões do Conselho de Comunicação Social, da Comissão Nacional de

A propósito do Estatuto

Como vimos atrás, uma das questões abordadas pela DORAM junto da Presidência da República prende-se com o Estatuto Político-Administrativo da Região e com as manobras que o PSD de Jardim tem na forja. Recorde-se, a propósito, o que diz a Resolução Política aprovada pelos comunistas madeirenses na sua 2.ª Assembleia da Organização, realizada no Funchal em 17 de Abril último:

No actual quadro constitucional, a institucionalização da Autonomia Regional assenta fundamentalmente no Estatuto Político Administrativo.

O Estatuto Político Administrativo consagra princípios que não poderão ser alterados a não ser pela vontade da população da Madeira e Porto Santo.

O PSD/Madeira tem impedido a elaboração do Estatuto Político Administrativo actualizado e definitivo, usando a maioria que detém na Assembleia para evitar a sua discussão e aprovação.

O PSD/Madeira prefere utilizar em proveito do seu poder autoritário todas as vantagens que arbitrariamente lhe é possível retirar da ausência de definições legais resultante da inexistência de um Estatuto definitivo.

Embora regimentalmente impedido de desencadear na Assembleia Regional o processo de discussão do Estatuto, o PCP já apresentou uma proposta que contempla a institucionalização, reforço e aprofundamento da Autonomia Regional e de melhor definição da composição e funcionamento dos seus órgãos de governo.

Autonomia

Falar da Região Autónoma da Madeira (como dos Açores) leva-nos obrigatoriamente a uma questão central: a autonomia e a sua defesa. Com palavras claras, os comunistas madeirenses alertam a opinião pública: a autonomia democrática está a ser posta em causa; a autonomia financeira está hipotecada; a autonomia política está enfeudada; a autonomia económica está nas mãos de um pequeno grupo de senhores.

As coisas estão neste pé porque o partido de Alberto João Jardim assim o quer. Mas a autonomia, conquista de Abril, pode seguir outros rumos. Pode ser aplicada em benefício das populações, dos trabalhadores, do reforço democrático da vida madeirense. Voltemos às conclusões da 2.ª Assembleia da ORAM e às propostas que os comunistas avançam neste aspecto:

Hoje defender e consolidar a Autonomia significa:

No plano nacional

• Combater todas as tendências centralistas que repetidamente se manifestam por parte das forças de direita e que têm concreta e perigosa tradução nomeadamente do projecto de revisão constitucional do CDS e na proposta de supressão da alínea *f*) do artigo 229.º da Constituição que consta do projecto de revisão do PSD;

• Trabalhar para uma revisão constitucional que melhore e aprofunde os poderes autonómicos já existentes, nomeadamente defendendo as propostas constantes do projecto de revisão constitucional do PCP, o único que propõe medidas como a possibilidade das Regiões Autónomas desenvolverem as Leis de Bases da Assembleia da República e a possibilidade das Regiões Autónomas intervirem na escolha do Ministro da República;

• Exigir que nas áreas que constitucionalmente lhes competem os órgãos de soberania cumpram com as suas responsabilidades, face às necessidades e problemas da RAM, o que passa por uma maior intervenção do Ministro da República que deve assumir integralmente o papel que lhe está definido na CRP.

No plano regional

• Garantir o funcionamento democrático das Instituições Autonómicas, nomeadamente da Assembleia Regional;

• Aprovar e aplicar o Estatuto Político Administrativo da Região;

• Garantir a total liberdade de actuação do Poder Local dentro das competências e poderes atribuídos às Autarquias;

• Combater as tentativas do PSD para reduzir os direitos da oposição, para dominar partidariamente a administração pública, para controlar os órgãos de informação e para esconder ou favorecer a corrupção, o compadrio e o tráfico de influências;

• Combater o clima de permanente afrontamento utilizado pelo Governo Regional e PSD face a todas as forças políticas discordantes e lutar pela existência de um clima de diálogo construtivo que permita o correcto estudo, exame e resolução dos reais problemas da Região;

• Lutar pela defesa da legalidade e permanente denúncia junto dos órgãos competentes das arbitrariedades e atropelamentos às leis repetidamente praticados pelo PSD/Madeira e seu Governo;

• Definir e realizar uma política económica, financeira e fiscal que promova o investimento e o desenvolvimento das actividades produtivas da Região e que combata o parasitismo e a especulação;

• Lutar pela renegociação do pagamento da monstruosa dívida da Região, irresponsavelmente contraída pelo Governo Regional e que condiciona todo o desenvolvimento futuro e a própria existência da Autonomia Regional;

• Realizar uma política social que resolva os problemas fundamentais das populações da Madeira e Porto Santo, garantindo o bem estar aos sectores mais desfavorecidos, combatendo o subdesenvolvimento, o desemprego, as barracas e furnas, a miséria e o analfabetismo.

***Defender hoje a autonomia** é, sublinham com razão os comunistas, realizar uma política social que resolva os problemas fundamentais das populações da Madeira e Porto Santo*

PCP

Festa do Futuro
– algo de novo aconteceu em Leiria
• António Orcinha: um apelo à juventude

Decorreu no passado fim-de-semana, no Mercado de Santana, em Leiria, a «Festa do Futuro», iniciativa da Organização Regional de Leiria (ORLEI) do PCP. Durante estes dois dias Leiria assistiu a uma festa sem igual, onde mais de dois milhares de pessoas puderam assistir a espectáculos de música popular portuguesa, com artistas amadores do distrito, e um momento de fado no sábado à noite, onde não faltou a sardinha assada, o arraial popular e ainda, para os mais jovens, uma discoteca. No palco principal houve baile nas duas noites.

Além dos comes e bebes, os visitantes puderam ainda fazer as suas compras nos diversos *stands* (vidro, loiças, vergas, etc.).

A juventude que participou em grande número, quer no convívio, quer na construção da festa acompanhando a organização do concelho, teve um papel de destaque.

Festa do PCP, espaço de convívio e cofraternização, mas também para se falar de coisas sérias, numa intervenção que esteve a cargo do camarada **António Orcinha**, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP, da qual destacamos:

«As festas do PCP têm também o objectivo de proporcionar o convívio, a alegria, a confraternização, dando assim um importante contributo para estreitar os laços de unidade e amizade entre os democratas. Unidade dos democratas que é a linha mestra de actuação para derrotar os planos da direita, e defender a democracia.

«A vida tem vindo a mostrar a justeza da análise do Comité Central, definindo no actual quadro o conflito insanável na sociedade portuguesa: a política do Governo Cavaco Silva oposta aos interesses da imensa maioria do nosso povo.

«O alto grau de mobilização, de luta e de protesto dos trabalhadores e de amplas camadas da população, tornam bastante claro o aprofundamento de tal conflito, ao mesmo tempo que cai por terra a demagogia eleitoral de Cavaco Silva e do Governo, afirmando-se pela "competência", pela "estabilidade" e "resolução dos problemas".

«Nenhum dos graves problemas do nosso país tem tido uma resolução séria e responsável, a acção prepotente e autoritária de Cavaco Silva não responde aos graves problemas nacionais. Com a política dos «pacotes» tem procurado sim... é a restauração do grande capital e a subversão do regime democrático.»

Cavaco e a juventude

Pelo discurso de Cavaco Silva até parece o grande patrão da juventude!!! Sempre afirmando que está a resolver os problemas da juventude. Não só não estão a resolver os graves problemas que afectam a juventude: o emprego, a habitação, o ensino, a cultura, que são encobertos com o investimento de milhões num grande conjunto de programas demagógicos, que deixam para trás as questões de fundo — diria António Orcinha, que acrescentou:

«Uma brutal manobra demagógica que visa enganar e atrair a juventude, bem como comandar e controlar o movimento juvenil. A juventude tem um importante papel a cumprir, intervir com a sua irreverência na vida social, política e cultural do País.

«Em nome do Comité Central faço um apelo aos jovens aqui presentes para que tomem lugar ao lado do PCP, com a JCP, intervindo na luta, oferecendo os valores da sua alegria, generosidade e criatividade.

«O PCP está e continuará a estar no centro da luta mas também, e por isso mesmo, está na mira da reacção.

«É monstruosa a campanha que tem sido movida contra o PCP, com mentiras e falsidades visando abalar a confiança no Partido e na sua direcção.

«Mas o Partido real que temos não é o que a grande parte da comunicação social diz, nem o que muitos querem que ele seja. O Partido real que temos não é um partido em "crise", sem rumo e sem actividade, como alguns gritam. O Partido real que temos, é sim, um Partido que ao mesmo tempo que luta prepara o seu XII Congresso, com uma intensa actividade interna, realizando centenas de iniciativas que envolvem milhares e milhares de camaradas.

«Todos os membros do Partido têm o direito de intervir livremente na actividade do Partido e dos seus organismos, mas todos os membros do Partido têm a obrigação de defender o Partido e actuar de acordo com os seus princípios orgânicos.

«Podendo fazer todas as propostas que cada membro do Partido entender, não poderá actuar de acordo com tais propostas, contrariando as decisões, o funcionamento colectivo e democrático do Partido.

«Por isso, condenamos actuações de membros do Partido que não respeitando estes princípios têm alimentado com a sua actuação a campanha contra o PCP.

«O Partido não funciona em grupos de amigos organizados por "tertúlias", "clubes de discussão" para formar ou fazer opinião e com esta intervir ou influenciar em todo o funcionamento e nas decisões colectivas.

"O Partido Comunista Português orienta-se por princípios fundamentais a um Partido revolucionário, princípios marxistas-leninistas, mantendo-se fiel às suas origens de classe.

«A sua organização é inseparável de uma participação activa dos membros do Partido em torno das suas opiniões e das suas propostas, criando uma unidade sólida, sã e construtiva.»

CORREIO REGIONAL INFORMATIVO

Editorial

INCONSTITUCIONALIDADE DO "PACOTE LABORAL" CONSTITUI ROTUNDA DERROTA DE CAVACO SILVA, DO GOVERNO E DO PSD.

***Na Festa do Futuro** foi distribuído e divulgado o «Correio Regional Informativo», boletim agora lançado pela DORLEI do PCP para informar e ajudar a formar*

Festa da Alegria
Três dias em cheio

Já só faltam quinze dias para ter início a X Festa da Alegria, nos dias 8, 9 e 10 de Julho, no Parque Municipal de Exposições de Braga e no novo e contíguo espaço do Palácio Municipal de Exposições e Desportos, onde decorrerão os principais concertos musicais e se instalarão as exposições centrais da festa.

Um programa muito variado, demonstrativo do seu carácter aberto e popular e a representação de todas as regiões do continente através das organizações do Partido, garantem três dias cheios de actividade e a possibilidade de conhecer melhor as propostas e o papel indispensável do PCP na defesa das aspirações populares e do Portugal de Abril. Momento alto do programa será o **comício** com o camarada **Álvaro Cunhal**, no domingo à tarde.

Grandes concertos, com a participação de Fausto, Sérgio Godinho, Paulo de Carvalho, Brigada Vítor Jara, os grupos de *rock* «Rádio Macau» e «GNR» e um dos mais representativos agrupamentos da música moderna da Galiza – o Grupo Na Lua, fazem parte, a par com o folclore, as bandas, os grupos de Zés Pereiras e Zabumbas, de um programa para todos os gostos musicais.

O desporto estará presente, entre outras iniciativas, No Grande Prémio de Atletismo da Festa da Alegria, que decorrerá no domingo, dia 10, às 10 horas.

O **Grande Prémio de Atletismo da X Festa da Alegria**, cujas inscrições continuam abertas até ao próximo dia 6 (são gratuitas e ilimitadas, basta contactar a Comissão Executiva da Festa, no Centro de Trabalho de Braga – Rua de St. André, 15 – 4700 Braga), constará de três provas de competição, conforme as idades. São três corridas – 1000 m, 5000 m e 7500 m – nas quais poderão inscrever-se, respectivamente, crianças dos 8 aos 12 anos, adolescentes e jovens dos 13 aos 17 anos e, no caso dos 7500 m, adultos com mais de 18 anos. Haverá nesta última prova um escalão de competição para veteranos (mais de 36 anos).

Aberto a solistas e grupos de diferentes correntes musicais, e servindo de apuramento, através dos vencedores, para a participação no Festival Nacional (que se realizará na Festa do «Avante!»), o **Festival da Canção Juvenil da Festa da Alegria** é outra iniciativa de grande interesse para a juventude, que terá lugar no dia 9 de Julho, durante a tarde. Quem estiver interessado ainda pode inscrever-se até ao dia 30 – basta que tenha até trinta anos ou que o grupo não ultrapasse, em média, essa mesma idade.

Também para as duas «Mostras» da Festa – a **Mostra de Arte Contemporânea** e a **Mostra de Novos Artistas Plásticos do Norte** – poderão ainda ser entregues trabalhos para serem expostos, até ao fim do mês, nos Centros de Trabalho da Boavista, no Porto, de Braga, de Viana do Castelo e de Vila Real.

E mais duas notas finais. Para os mais gulosos, e numa iniciativa da organização de Braga, haverá doce que chegue – um **Bolo Gigante** de 5 m × 3 m, com 120 kg, confeccionado por pasteleiros de Braga, será dividido em milhares de fatias. É mais uma das iniciativas de fundos para a Festa.

Para os campistas, lembrar que a Comissão Executiva da Festa garantiu no espaço junto à Festa um **Parque de Campismo**, sujeito a inscrição prévia, que poderá acolher aqueles que de mais longe se deslocam a Braga.

***Uma reunião da comissão executiva** da Festa da Alegria, organismo que inclui camaradas das Regionais de Trás-os-Montes, Minho e Porto. A Festa da Alegria é a grande festa do Norte!*

2.ª Assembleia do Partido no concelho da Maia

Realizou-se no dia 18 de Junho, na Escola Preparatória local, a 2.ª Assembleia da Organização Concelhia da Maia do PCP, em cujos trabalhos participaram 101 delegados eleitos e dezenas de convidados. Esta Assembleia culminou um intenso trabalho preparatório, com centenas de contactos e dezenas de reuniões e Assembleias, nas quais participaram mais de quatrocentos militantes – cerca de cinquenta por cento dos efectivos do Partido no concelho. Um indicador bem significativo deste valioso trabalho viria a ser realçado no decorrer dos trabalhos – cerca de duas centenas de contos de quotizações foram recolhidos durante o período preparatório da iniciativa.

A caracterização do concelho; o balanço do trabalho realizado – analisado em duas vertentes fundamentais, a luta dos trabalhadores e o trabalho autárquico e a luta da população; as perspectivas dos comunistas para o futuro da Maia e a organização do Partido foram as questões fundamentais tratadas na **Resolução Política** (e aprofundadas nas diversas intervenções), cujo conteúdo viria a ser aprovado por unanimidade no final dos trabalhos.

A situação social do concelho, com o encerramentó de diversas empresas; a praga dos salários em atraso, a repressão, em suma, os reflexos da política de direita, foram tema de diversas intervenções. Mas também a luta contra esta política, pela defesa dos direitos e regalias dos trabalhadores, em defesa de Abril e da democracia foram testemunho vivo nas intervenções dos camaradas das células de empresa, da Siderurgia Nacional, da EUROFER, da Jacinto, etc.

No plano local, as assimetrias do concelho da Maia (desenvolvimento acelerado do centro e estagnação do resto do concelho), tema, aliás, donde surgiu a palavra de ordem desta Assembleia **«A Maia para todos os maiatos»**, foram o ponto de partida para a denúncia de problemas que atingem as populações. «A Maia deverá ser um sítio agradável de viver não só na "montra" mas também no "interior". Uma Maia a cujas realizações presida o interesse dos maiatos e não a projecção para o exterior na busca de efémero prestígio», salienta a Resolução aprovada. Diversas propostas, desde a habitação à educação, do ambiente à cultura e desporto, foram assim apontadas na certeza de que «é possível fazer mais pela Maia».

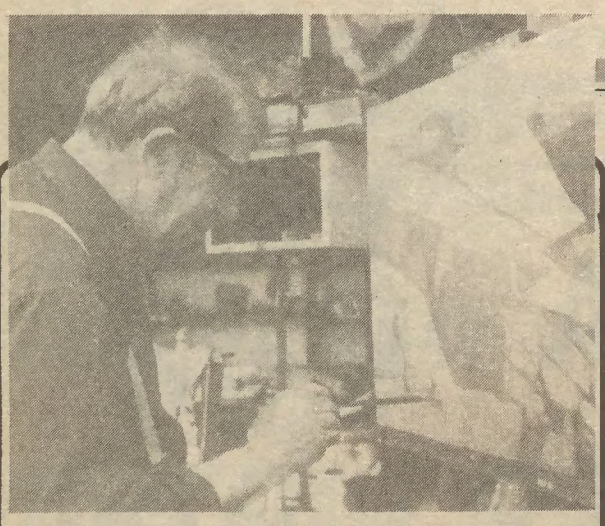
Foram ainda discutidas e aprovadas na Assembleia diversas medidas de reforço orgânico do Partido no concelho, nomeadamente a criação, a partir da Comissão Concelhia eleita por unanimidade, de três organismos de carácter executivo, sendo dois voltados para o trabalho local e outro para o trabalho de empresas.

A encerrar a Assembleia usou da palavra o camarada **Edgar Correia**, membro suplente da Comissão Política do CC e da DORP do PCP.

Atenção, camaradas da «zona do pinhal»
• Reuniões em Lisboa e Barreiro

Discutir o trabalho do Partido e a dinamização da CDU na zona é o objectivo das reuniões promovidas pela Comissão Distrital de Castelo Branco, no **Barreiro** e em **Lisboa**, com camaradas naturais dos concelhos de **Proença-a-Nova, Sertã, Oleiros** e **Vila de Rei**.

Assim, informam-se os militantes comunistas residentes na Grande Lisboa e ligados à chamada «zona do pinhal» da região de Castelo Branco que no **Barreiro** (**dia 2** de Julho, sábado, às 15 horas, no CT concelhio) e em **Lisboa** (**dia 3** de Julho, domingo, às 15.30 no Vitória) decorrerão reuniões abertas a camaradas e amigos do Partido, com a participação de um elemento da Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP.



João Hogan

Faleceu na passada quinta-feira, num hospital de Lisboa, o nosso camarada **João Hogan**, de 74 anos, um dos nomes mais marcantes do panorama das artes plásticas contemporâneas em Portugal.

Natural de Lisboa, o pintor deixou o seu nome associado à cultura portuguesa através dum vasto trabalho reconhecido no País e no estrangeiro, com numerosas exposições individuais e colectivas, a representação em vários museus e colecções particulares e oficiais e, naturalmente, a distinção com prémios e menções honrosas.

O corpo esteve em câmara ardente na «Voz do Operário», de onde o funeral saiu para o cemitério dos Prazeres, na manhã de domingo, acompanhado por centenas de pessoas, a título individual e em representação de instituições culturais e outras entidades.

O PCP fez-se representar por uma delegação constituída por vários camaradas, nomeadamente da Direcção Regional de Lisboa (DORL). Da Comissão Política e do Secretariado do CC, esteve o camarada Carlos Costa.

Para além da DORL do PCP, também a Direcção de Artes e Letras e a célula dos artistas plásticos de Lisboa apresentaram a sua sentida homenagem ao militante comunista e ao artista que agora nos deixou.

O Presidente da República e instituições como a Fundação Gulbenkian, a Escola Superior de Belas-Artes, a Sociedade Nacional de Belas-Artes, a Voz do Operário e a Associação 25 de Abril, entre outras, fizeram chegar mensagens de condolência e homenagem. No funeral incorporaram-se muitos artistas e intelectuais.

II Grande Prémio Ameixoeira-Charneca

• *Iniciativa da CDU*

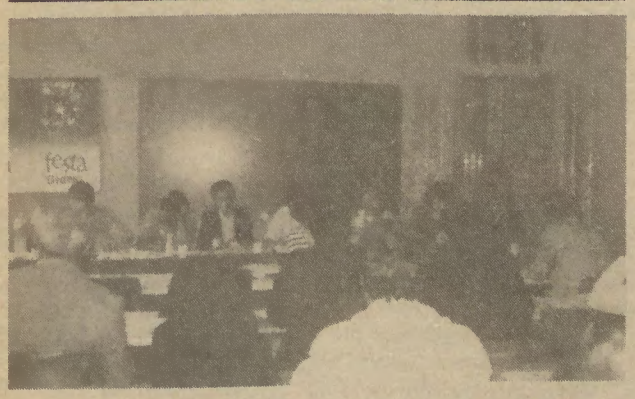
Desporto e convívio em clima de amizade — são os propósitos da CDU da 6.ª zona de Lisboa ao promover o II Grande Prémio Ameixoeira-Charneca em atletismo no próximo domingo, dia 26, a partir das 10 horas. As partidas e chegadas ocorrerão na Rua Comandante Fontoura da Costa (frente ao antigo cinema Lumiar), estando prevista a distribuição de medalhas para os 10 primeiros classificados de cada escalão e taças para as 10 primeiras equipas.

Vejamos alguns pormenores do regulamento do II Grande Prémio, iniciativa aberta a todas as colectividades e atletas de ambos os sexos, federados ou não. Por exemplo, os escalões da prova:

«A», nascidos em: 1980 e depois — correrão aprox. 1000 m; «B», nascidos em: 1977 a 1979 — correrão aprox. 1000 m; «C», nascidos em: 1974 a 1976 — correrão aprox. 1500 m; «D», nascidos em: 1970 a 1973 — correrão aprox. 3000 m; «E», nascidos em: 1969 e antes — correrão aprox. 5000 m; «Veteranos», nascidos em: 1948 e antes — correrão aprox. 5000 m.

A classificação colectiva obtém-se do seguindo modo: pontuam os 10 primeiros de cada escalão (veteranos incluídos), atribuindo-se 10 pontos ao 1.º classificado, 9 ao 2.º e assim sucessivamente até 1 ponto ao 10.º.

As inscrições deverão ser feitas em duplicado, separadas por escalões e enviadas pelo correio ou entregues em mão na Rua Comandante Fontoura da Costa, Lote 39-loja H, 1700 Lisboa, telefone 759 45 50, das 19 às 24 horas, até ao dia 25/6/88. No final da prova haverá uma sardinhada.



Algumas das principais lutas que se têm oposto à política do Governo Cavaco, a revisão constitucional e a preparação do XII Congresso do Partido foram temas em foco na intervenção do camarada **Jaime Serra**, membro da Comissão Política do Partido, no encerramento da 2.ª Assembleia da organização concelhia do PCP de Oliveira de Azeméis, realizada no passado dia 18. A nova Comissão Concelhia, eleita na Assembleia, é constituída por 20 elementos.

PCP

Almada à espera da Festa da Amizade

• Só mais um fim-de-semana para o trabalho voluntário

Começou a contagem decrescente... A 1, 2 e 3 de Julho o concelho de Almada volta a encontrar-se na Festa da Amizade, espaço vivo de confraternização que conhece este ano o seu 12.º aniversário. No próximo «Avante!» contamos dar aos nossos leitores uma informação pormonorizada sobre todos os aspectos da Festa organizada pelas Concelhias do PCP e da JCP de Almada. Mas hoje já vamos avançar algumas novidades, contadas durante uma visita que a nossa reportagem fez ao local da Festa, no Laranjeiro, onde nos encontrámos com o camarada **Eduardo Gomes, do Executivo da Comissão Concelhia do Partido.**

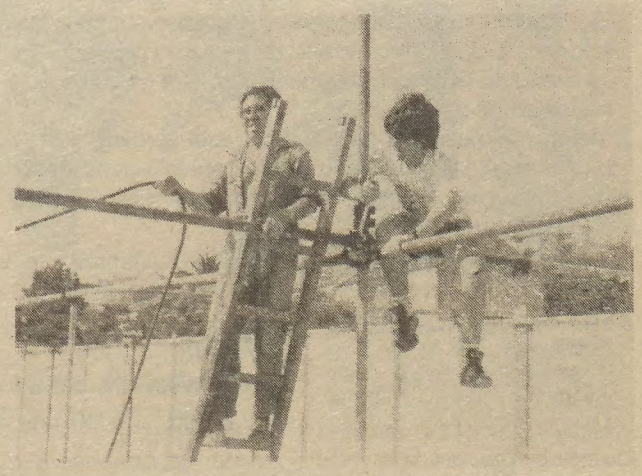
Espaço da Festa da Amizade desde 1984 (as edições anteriores realizaram-se noutros locais do concelho), o recinto do Laranjeiro, bem visível, está a ser trabalhado no sentido de possibilitar alterações, dando à Festa da Amizade a sua tradicional dinâmica como grande realização de massas (os seus visitantes andam na média dos 11 mil), mas renovada, com outros pontos de interesse e curiosidade, acompanhando as novas realidades e situações que se colocam na vida deste laborioso concelho da margem sul.

Uma primeira nota sobre os espectáculos. Nomes sonantes da música portuguesa vão passar pelo Laranjeiro no primeiro fim-de-semana de Julho: os Delfins (dia 1), Sérgio Godinho, Nuno Gomes do Santos, Jorge Lomba e Fernando Tordo (dia 2), Luísa Basto, Francisco Ceia e banda, Maria Guinot e Carlos do Carmo (dia 3). Grupos jovens da música popular, vozes para o Café Concerto, fadistas para a Adega (um espaço que vai dar que falar), animadores para o palco dos Pioneiros (Barata Moura, José Jorge Letria) e o Coro da Academia Almadense serão outras presenças em destaque nesta 12.ª Festa da Amizade, que além de um palco principal, cuja estrutura foi erguida pelo trabalho voluntário de muitos camaradas e amigos no último fim-de-semana, conta com os palcos da juventude e do Monte Alentejano e, como já referimos, dos Pioneiros, do Café Concerto e da Adega.

Apostando na qualidade sonora dos espectáculos e na iluminação do recinto, os organizadores da Festa da Amizade chamam a atenção do visitante para a zona cultural, onde encontrará, entre outras representações, a Companhia de Teatro de Almada,o Centro Cultural, os artistas plásticos, a exposição central, o auditório para, os debates e colóquios, e a presença do livro.

Na exposição central, que contará com animação audiovisual, serão tratados temas como o XII Congresso do Partido, a recente 5.ª Assembleia da organização concelhia, a luta pela paz, o Poder Local democrático,a CDU e a acção do Município e das freguesias, com o trabalho dos eleitos do Partido e da Coligação; a juventude e a situação social no concelho.

Também no pavilhão central o visitante da Festa encontrará vereadores comunistas da CM de Almada com quem poderá dialogar e pedir esclarecimentos. No mesmo sentido, funcionará um «gabinete do eleitor»,



com deputados comunistas eleitos para a AR pelo círculo de Setúbal. Ao fim da tarde de domingo terá lugar o comício da Festa, com intervenção de Álvaro Cunhal.

Eduardo Gomes, homem já «calejado» nestas lides da Festa da Amizade, fala-nos também da presença das organizações do concelho, dos artesãos ao vivo, da tômbola dos patos, do moinho de vento fora da Adega, do pavilhão do mel, da vinda até ao Laranjeiro dos comunistas da Guarda e do vizinho Seixal que ali terão os seus pavilhões, do desporto e dos jogos populares, da Rádio da Festa e da presença dos rádio-amadores, da ajuda solidária que a Festa dará à campanha de fundos em curso no distrito de Setúbal para o novo CT da DORS, etc.

Iniciada em Abril, a implantação da Festa da Amizade tem obrigado a um esforço significativo da organização concelhia. O camarada Eduardo Gomes sublinha o valor do trabalho voluntário, incluindo o dos jovens, e em nome da Concelhia dirige um apelo forte para a participação na próxima jornada de fim-de-semana (o último antes da Festa), onde toda a colaboração será bem recebida, mesmo dos que se reclamam de falta de jeito. A mão-de-obra necessária é indiferenciada. Particularmente em acção, estará o trabalho de decoração e acabamentos.

A entrada permanente na Festa (a PA) custa apenas 400 escudos. Há uma PA jovem para os visitantes dos 13 aos 21 anos ao preço de 300 escudos e ainda bilhetes para um dia a 350 escudos.

Como já referimos, no próximo «Avante!» diremos tudo sobre a Festa. Esteja atento.

A queda do avião militar no Montijo

Comunicado da C. Concelhia do PCP

Na sequência do acidente ocorrido recentemente no Montijo, a Comissão Concelhia do PCP divulgou aos órgãos de Comunicação Social um breve comunicado onde refere:

A queda de mais um avião militar na zona da cidade do Montijo, desta vez muito próximo da Escola Secundária número 1 e provocando duas mortes, vem confirmar a razão daqueles que lutam pela redução efectiva do armamento em geral e dos compromissos do Estado português nos sistemas supra-nacionais militares e para-militares, designadamente no quadro da NATO.

Os recentes protestos contra o alargamento do campo de tiro em Alcochete — a que a Comissão Concelhia do Montijo do PCP desde a primeira hora se associou — ganhou hoje infelizmente maior eco, agora sob a forma de repúdio espontâneo e unânime que brota entre os habitantes da região, horrorizados com a possibilidade virtual de se poder contar entre dezenas e dezenas de mortos muitos jovens e crianças.

A poucos dias de mais uma edição das Festas de São Pedro, a Comissão Concelhia do Montijo do PCP relembra a insensatez com que, precisamente há um ano, se promoveu na Base Aérea do Montijo aquilo que então foi propagandeado efusivamente como o maior festival aéreo do país e um dos maiores da Europa, gigantesca operação de "markting" político em vésperas de eleições para a Assembleia da República e o Parlamento Europeu.

Os comunistas, os democratas o povo do Montijo não deixarão de pugnar incansavelmente por uma política de independência nacional e de progresso, que diminua os riscos de guerra e insegurança das populações, e por isso os eleitos da CDU nos órgãos autárquicos voltarão a propor a declaração política do concelho do Montijo como Zona Livre de Armas Nucleares (ZLAN), a qual, conforme já foi denunciado, a maioria PS/PSD liminar e irresponsavelmente recusou na última sessão da Assembleia Municipal.

Entretanto, a Comissão Concelhia do Montijo do Partido recebeu, por carta, uma moção aprovada pelos professores da Escola Secundária n.º 1, que termina deste modo: «Queremos chamar a atenção de quem é responsável por esta situação. Mudem os corredores aéreos, mudem a Base, mas dêem à nossa cidade e aos cidadãos e cidadãs o ambiente de paz e tranquilidade que todos desejam para poder trabalhar, estudar e conviver».

Um abaixo-assinado no mesmo sentido promovido pela Comissão de Pais do Montijo recolheu já centenas de assinaturas.

Também a Comissão de Paz do Montijo lamenta profundamente as vítimas do acidente ocorrido no dia 16 de Junho de 1988 e mais uma vez eleva o seu veemente protesto contra actividades que, injustificadamente, lançam o perigo, causam o pânico na população e matam.

É o 13.º acidente com aviões militares nos últimos três anos, lembra aquela comissão, que salienta:

É de facto uma falta de sentido das responsabilidades o sobrevoo de centros populacionais, sistematicamente em descolagem ou aproximação das pistas. No Montijo, dois acidentes ocorridos no espaço de sete anos provocaram vítimas. Ambos os acidentes ocorreram na proximidade de escolas em funcionamento. Por acaso estar-se-á à espera de acontecimentos de dimensões mais trágicas para que se ponha termo aos jogos de guerra? A Comissão de Paz de Montijo exige: 1 — Medidas imediatas para que os corredores aéreos sejam afastados dos centros populacionais; 2 — Um plano para o progressivo encerramento da Base Aérea n.º 6.

PCP

Se nós não a fizermos ninguém a faz

600 pessoas no passado fim-de-semana

Já se diz há muito tempo, no ano passado viu-se que é mesmo verdade, mas convém lembrar: se nós não fizermos, com o trabalho dos comunistas e amigos do Partido, a Festa do «Avante!», ninguém a faz. Com isto diz-se duas coisas: ninguém a faz por nós, de encomenda, e ninguém faz nada de semelhante.
Que isto é sabido e compreendido provou a jornada de trabalho voluntário no terreno da Festa no passado fim-de-semana (sobretudo no domingo), que mobilizou mais de 600 pessoas.
Mas mesmo assim é bom lembrar esta verdade a oitenta dias da Festa, renovando o apelo à participação na construção da maior iniciativa cultural e política que se faz em Portugal.

O desporto ocupa um importante lugar no programa da Festa antes, durante e depois dos dias 9, 10 e 11 de Setembro. Para já, sabe-se que vai haver ginástica, xadrez, damas, luta, natação, ciclismo, cicloturismo, ténis de mesa, pesca, atletismo.

Torneio de futebol de salão

Mas está já a decorrer o apuramento dos finalistas concelhios do torneio de futebol de salão. O gabinete de imprensa da Festa, referindo dados ainda muito incompletos, revelou que estão inscritas **mais de 200 equipas só nos distritos de Lisboa, Setúbal, Braga, Aveiro, Santarém e Beja, envolvendo mais de 2 mil atletas**.

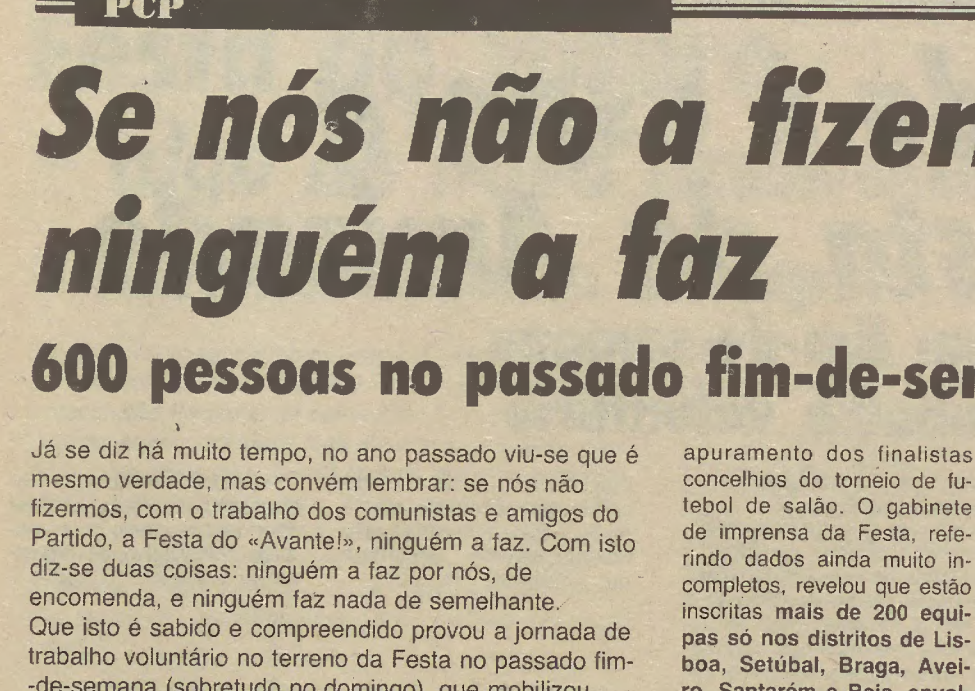
Há ainda distritos onde continuam abertas as inscrições, casos de Bragança, Vila Real, Viana do Castelo, Porto, Coimbra, Viseu, Castelo Branco, Guarda, Évora, Portalegre e Faro.

No distrito de Lisboa realizaram-se no último fim-de-semana as finais para apuramento das equipas que vão representar os concelhos de Oeiras, Amadora e Vila Franca de Xira. Para ontem estava prevista a final de Loures e dia 2 de Julho será a do concelho de Lisboa.

No torneio da **Amadora** participaram 18 equipas, ficando apuradas para a fase seguinte as equipas «H_2SO_4» (categoria de 14-16 anos), Damaia Ginásio Clube (mais de 16 anos) e Associação de Surdos-Mudos (equipa feminina).

Em **Vila Franca de Xira** foram apuradas, de um total de doze, as equipas dos Pioneiros do Sobralinho (infantis), Clube Recreativo da Subserra (14-16 anos) e Sociedade Recreativa da Granja (mais de 16 anos).

Em **Oeiras** jogaram 11 equipas. À fase distrital passaram a União Desportiva e Recreativa de Algés (infantis), a «Boaventura» da escola secundária de Carnaxide (juniores) e a equipa «Festa do "Avante!"», de Algés (seniores).



***Mais de 200 equipas e 2 mil jovens** estão a participar, só em seis distritos, no torneio de futebol de salão da Festa do «Avante!» (na foto um momento da final concelhia disputada no sábado na Amadora)*

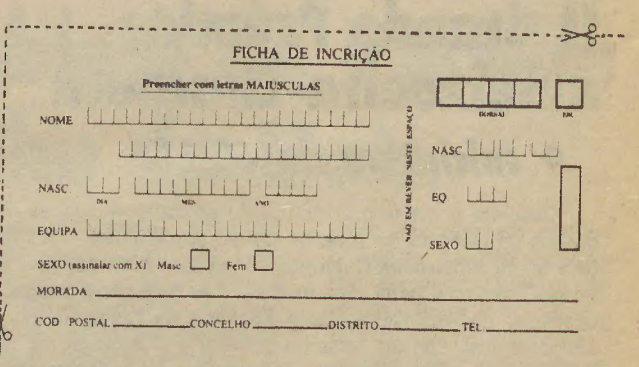
Corrida da Festa

Estão abertas até 6 de Setembro as inscrições para a Corrida da Festa do «Avante!». Marcada para o último dia da Festa (11 de Setembro), a Corrida é aberta a atletas federados e não federados, de ambos os sexos e com a idade mínima de 16 anos. A partida está marcada para as 9 e 30, junto do pavilhão Paz e Amizade, em Loures. O percurso Loures-Odivelas-Festa do «Avante!» tem um total de 16 800 metros.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pessoalmente ou pelo correio (Corrida da Festa do «Avante!» – Avenida António Serpa, 26-2.º esq. – 1100 Lisboa).

O prémio para os vencedores absolutos (feminino e masculino) é uma viagem de uma semana à RDA no Verão de 1989. Para os vencedores de cada categoria há troféus; serão entregues medalhões do 2.º ao 10.º classificados. Até ao 1000.º (milésimo) lugar serão atribuídas medalhas.

Todos os atletas que terminem a corrida receberão um diploma de participação na Corrida e uma entrada gratuita na Festa do «Avante!».


FICHA DE INCRIÇÃO

Preencher com letras MAIUSCULAS

NOME

NASC

EQUIPA

SEXO (assinalar com X) Masc Fem

MORADA

COD POSTAL CONCELHO DISTRITO TEL

NASC

EQ

SEXO

***As inscrições para a Corrida da Festa** estão abertas até 6 de Setembro e podem ser entregues pessoalmente ou enviadas pelo correio para a Avenida António Serpa, 26-2.º esquerdo, 1100 Lisboa*

Pesca desportiva

Integrado na preparação e promoção da 12.ª Festa do «Avante!» realiza-se no dia 2 de Julho (sábado) o 1.º Concurso de Pesca Desportiva de Rio, na **barragem da Aguieira, em Penacova**, organizado pela comissão concelhia do PCP. Tudo vai começar às 7 e 30, junto ao paredão da barragem.

Juventude

3.º Encontro da JCP de Lisboa

Há que intervir mais no movimento juvenil do distrito

Constatando que os jovens comunistas do distrito de Lisboa conhecem os problemas da juventude e têm uma forte intervenção no movimento juvenil, o 3.º Encontro da JCP sublinhou a necessidade de aumentar o empenhamento dos militantes e diversificar a actividade dos colectivos, sobretudo no que toca ao associativismo local.
O 3.º Encontro Distrital da Juventude Comunista Portuguesa realizou-se nos dias 18 e 19, no parque municipal de Montachique (Loures), com a participação de cerca de 200 jovens; destes, duas dezenas não eram filiados na JCP.

No sábado à tarde, em secção, foram discutidos o associativismo juvenil, a participação dos jovens na vida autárquica, a luta pela paz, a intervenção política da JCP, os problemas da juventude trabalhadora. Foi eleita uma direcção distrital constituída por 40 camaradas (com um executivo de 14).

Foi realçada a importância de aumentar o número de candidatos jovens nas listas autárquicas da CDU e trabalhar para aumentar também o número de jovens eleitos da Coligação.

Na sessão plenária foi aprovada uma proposta para que, por iniciativa da JCP, um «autocarro da paz» percorra o distrito de Lisboa de 18 a 24 de Julho.

O encontro aprovou uma saudação aos trabalhadores da zona de intervenção da Reforma Agrária, solidarizando-se com a luta que travam nos campos do Alentejo e Ribatejo e, em particular, com a marcha dos dias 26, 27 e 28. Foram ainda aprovadas resoluções sobre o trabalho financeiro da JCP no distrito. Uma moção manifesta o protesto dos participantes no encontro pelo facto de a RTP não ter feito a cobertura noticiosa da iniciativa e repudia a proibição do programa «Humor de Perdição».

No encontro participaram também os camaradas Ângelo Veloso, da Comissão Política do CC do PCP, Francisco Lopes, do CC e da DORL, e Carlos Arrojado, da DORL.

Sábado à noite realizou-se um espectáculo com os grupos «Peace Makers» e «Megaherts».. No domingo houve uma série de inciativas desportivas.

«Disciplina académica» derrotada

O facto de o Ministério da Educação se ter visto obrigado a retirar o pedido de autorização legislativa sobre disciplina académica comprova «à justeza das posições desde o início assumidas pela JCP», afirma o secretariado da Direcção Central do Ensino Superior da organização dos jovens comunistas numa nota de imprensa distribuída na semana passada.

Congratulando-se pela retirada do pedido – cuja derrota, recorda a DCES da JCP, «foi assumida pelo próprio ministro Roberto Carneiro, no dia 6 de Junho, quando da discussão sobre Autonomia Universária na AR» – os jovens comunistas do Ensino Superior recordam que **«esta vitória dos estudantes foi alcançada porque estes se mobilizaram e uniram com o objectivo de denunciar e recusar mais esta gravosa iniciativa do Governo e do Ministério da Educação»**, nomeadamente através das posições tomadas por muitas associações de estudantes, bem como por órgãos de gestão, reitorias, pelo Conselho de Reitores e pelas organizações partidárias de juventude da área democrática.

Bragança

A comissão concelhia de Bragança da JCP divulgou no dia 9 um comunicado criticando e repudiando «a forma como o conselho directivo da escola Emídio Garcia discriminou os alunos» num almoço de confraternização realizado no dia anterior. A ementa anunciada pelo CD no *placard* dos alunos (posta à mirandesa, batata a murro, salada de tomate, caldo verde e vários tipos de sobremesa) foi servida só a professores e funcionários, ficando-se os alunos pela confraternização com um prato de arroz e carne que, segundo o comunicado, «nem sequer estava melhor servido que em dias anteriores».

Nacional

De 26 a 28 de Junho, lutando contra a «lei do latifúndio»

Reforma Agrária marcha para Lisboa

Senhores jornalistas: estas são as principais indicações sobre a Marcha. Conscientes de que é uma forma de luta ousada e até dolorosa, os trabalhadores da Reforma Agrária assumem com dignidade e coragem a luta pela defesa do pão, do trabalho, da produção — pela defesa de uma das mais significativas e profundas transformações de Abril, que marca indelevelmente o perfil e o conteúdo do nosso regime democrático-constitucional.

Foi assim que a FENCA (Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção) confirmou, em conferência de Imprensa nas instalações da CGTP-IN, a realização da Marcha da Reforma Agrária até à Assembleia da República nos próximos dias 26 a 28 de Junho, em luta contra a «lei do latifúndio» que o Governo de Cavaco Silva insiste em fazer aprovar no órgão legislativo. A citação que reproduzimos encerrou a exposição feita aos jornalistas, explicando mais uma vez o porquê desta luta. Uma luta que está longe de ser encerrada, até porque a luta dos povos pelo direito à justiça e progresso sociais só termina de uma única forma – coma vitória. Demore o tempo que demorar. Sem mais demoras, expliquemos os pormenores de mais este episódio da heróica luta em defesa da Reforma Agrária.

Os promotores do encontro com a Imprensa — a FENCA, os Secretariados das UCPs/Cooperativas Agrícolas e Sindicatos de Trabalhadores da Agricultura dos Distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal — começaram por historiar as causas próximas que conduziram à decisão da realização desta Marcha da Reforma Agrária:

«A discussão da proposta de lei do Governo para a Reforma Agrária — recordaram — está agendada para debate na Assembleia da República no próximo dia 28 de Junho com início às 15 horas. O Governo PSD insiste assim em levar para a frente a lei do latifúndio apesar do repúdio generalizado que tem merecido dos mais diversos quadrantes, apesar do seu carácter claramente inconstitucional o que, na sequência do Pacote Laboral, configura da parte do Governo uma nova confrontação com o Tribunal Constitucional.» Pois é contra este propósito legislativo do Governo a CAP e as organizações a ela ligadas é que se pronunciaram favoravelmente.

«Recordamos que reputados especialistas do sector, como o Prof. Henrique de Barros e o Dr. Fernando Oliveira Baptista, condenaram a proposta de lei afirmando o primeiro que ela "permitiria reconstituir explorações com dimensão física latifundista" levando a "situações que seriam de desertificação social" e tendo o segundo declarado que "a proposta de lei do PSD satisfaz... de modo pleno os interesses e as pretensões das famílias ligadas à grande propriedade, no Alentejo e Ribatejo" e aponta "sem qualquer dúvida para a reconstituição da grande propriedade".

«Recordamos que dirigentes dos mais diversos quadrantes partidários, como o Eng. Lopes Cardoso, Dr. Almeida Santos, Eng. Hermínio Martinho, Ângelo Veloso convergem na opinião de que a proposta de lei 31/V permite a "reconstituição da estrutura fundiária existente no Sul do País antes do 25 de Abril" (Eng. Hermínio Martinho); que ela é "uma lei de amnistia dos actos praticados pelo Ministério da Agricultura nos últimos 8 anos" e com a sua aplicação "restarão poucas terras ou nenhumas para distribuir às cooperativas e a pequenos agricultores" (Eng. Lopes Cardoso); "brutal destruição da Reforma Agrária" e "reconstituição do latifúndio parasitário de terras abandonadas ou subaproveitadas" (Ângelo Veloso); "escancarar de portas à reconstituição do latifúndio que a Constituição continua a impor que se elimine" (Dr. Almeida Santos).

«Recordamos que órgãos institucionais como o Conselho Regional da Comissão de Coordenação da Região Alentejo afirmam que a «proposta de lei não contribui para o desenvolvimento da agricultura e levaria por certo à asfixia económico-social de grande parte do Alentejo".

«Decorrente de todas estas análises eminentes constitucionalistas são unânimes em classificar como claramente inconstitucional a proposta de lei 31/V sobre a Reforma Agrária».

Pormenor da conferência de imprensa em que a Reforma Agrária confirmou a sua Marcha para Lisboa nos próximos dias 26 a 28 de Junho, em luta contra a «lei do latifúndio»

O parecer de constitucionalistas

Foram de seguida referidos os pareceres de eminentes constitucionalistas, cuja posição não deixa margem para dúvidas: a proposta de lei do Governo é uma brutal e descarada tentativa de liquidação completa da Reforma Agrária e das UCPs/Cooperativas e de reconstituição do regime de propriedade latifundiária:

«O **Prof. Dr. Gomes Canotilho** afirma no seu parecer que a "proposta de lei 31/V é, no seu conteúdo e mensagem globais, totalmente desconforme com o programa constitucional" e que: "confunde interesse público com interesse dos reservatários"; "discrimina, negativamente, as cooperativas de produção, não só através do ostracismo a que são votadas na concretização dos objectivos da Reforma Agrária, mas também mediante a limitação abusiva da sua legitimidade activa para interposição de recurso contencioso"; "reforça, sem qualquer justificação material, o questionável privilégio de execução prévia da administração"; "liquida, em aspectos fundamentais, a actividade do controlo jurisdicional por parte dos tribunais administrativos, etc."; "visa... pôr claramente em cheque a jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo" e "quer impor, pro futuro, que os tribunais administrativos abdiquem de uma indeclinável tarefa inerente à função jurisdicional administrativa: decidir, com liberdade e independência... sobre a existência ou não de um interesse digno de protecção»; a proposta de lei viola "o pinicípio constitucional da separação e interdependência dos órgãos de soberania»; «defende direitos, liberdades e garantias constitucionalmente protegidas».

«Também o **Prof. Dr. Orlando de Carvalho** — que está a ultimar um outro parecer — afirmou já que a proposta de lei denega a posse da terra pelos trabalhadores. Outra coisa, aliás, não se poderia concluir de uma proposta de lei que: aumenta as pontuações das reservas (de 70 000 para 91 000 pontos), **sem qualquer limite de área**; o cálculo das pontuações é feito na base de terra nua com o desconto de todas as benfeitorias existentes; multiplica indefinidamente as reservas com o fim dos indivisos; permite que os cônjuges tenham duas reservas, uma para o marido outra para a mulher e que os sócios de uma Sociedade tenham cada um a sua reserva; confere eficácia e legitima todas as ilegalidades praticadas quanto aos actos fraudulentos de falsas divisões do património expropriável; promove a reversão, anulando as expropriações de todos os prédios expropriados que estão ilegalmente na posse material, na posse útil ou na simples detenção dos agrários; aplica os novos dispositivos legais a todas as reservas já entregues ao longo dos últimos doze anos permitindo mesmo o início de novos processos, o que significa a reabertura de todo o contencioso desde 1976, etc., etc.»

A Marcha para Lisboa

«Face à grave ameaça que paira sobre nós — sublinharam os oradores — a Reforma Agrária com o apoio e solidariedade de todos os trabalhadores, do movimento sindical, da CGTP-IN, dos democratas vai lutar até ao limite das suas forças contra esta negregada lei.

«**A marcha da Reforma Agrária para Lisboa até junto da Assembleia vai realizar-se de 26 a 28 de Junho** e constituirá certamente uma poderosa manifestação de protesto contra a lei e de apelo e sensibilização a todos os órgãos de soberania que vão ter intervenção no processo para que não abdiquem das suas responsabilidades constitucionais e democráticas», consideraram, explicando de seguida:

«**A Marcha será organizada com base em duas colunas**: uma com os distritos de Évora, Portalegre e Santarém que entrará em Lisboa pela cintura de Vila Franca de Xira; a outra, com os distritos de Beja e Setúbal que irá pela margem Sul e que no seu conjunto englobarão, à partida, **mais de 2500 trabalhadores.**

«**As duas colunas concentrar-se-ão domingo, 26 de Junho, a partir das 19,30 horas nas cidades de Vila Franca de Xira** (Parque da Câmara) **e de Setúbal** (Fontainhas). **Às 21 horas realizar-se-ão dois comícios/festa de solidariedade: um frente à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; o outro no Parque do Bonfim, em Setúbal**. Dormida, respectivamente, no Parque da Câmara e no Parque das Escolas.»

A finalizar, os promotores da Conferência de Imprensa manifestaram a sua confiança no sucesso de mais este episódio da luta em defesa da Reforma Agrária:

«Estamos certos de que connosco estão os democratas e os trabalhadores do nosso país e apelamos aos deputados e restantes membros de órgãos de soberania para que assumam, também eles, uma posição que a História não condene, uma posição necessária à estabilização da situação fundiária no Sul, uma posição que não reabra e ponha termo a um contencioso de uma dúzia de anos, uma posição de respeito pela Reforma Agrária, pelo esforço criador dos trabalhadores, pela coexistência de diversas formas de propriedade e de exploração de terra, uma posição que não dê lastro a revanchismos e maximalismos como os que são patentes na proposta de lei do Governo.

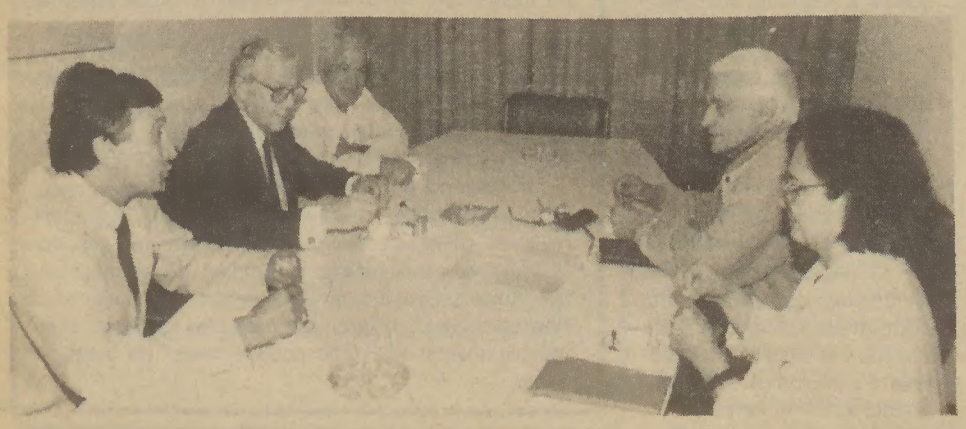
«À comunicação social, aos srs. jornalistas, convidamo-los a participar connosco na Marcha de 26 a 28 de Junho».

Lá estaremos.

Álvaro Cunhal recebeu Confederação das PMEs

Uma delegação da Confederação Portuguesa de Pequenas e Médias Empresas foi recebida, a seu pedido, pelo secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, no dia 17 de Junho, no centro de trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes.

A delegação expos os problemas que afectam as PME's. Álvaro Cunhal expressou o apoio do PCP aos interesses e objectivos dos pequenos e médios empresários ameaçados pela política de restauração do capitalismo monopolista e pelas consequências nefastas da integração de Portugal na CEE.



Internacional

Palestina – a impunidade da repressão ameaça também os israelitas

«Temos muita pena. Julgávamos que era um árabe» — as palavras são de colonos israelitas, que assim justificavam o facto de, por engano, terem abatido outro colono nos territórios árabes ocupados.
A frase, que correu o mundo divulgada pelas principais agências noticiosas, é um testemunho elucidativo da situação que se vive na Faixa de Gaza e na Margem Ocidental do Jordão, onde a repressão israelita se exerce de forma cada vez mais indiscriminada, seja pela acção dos militares ou pelos colonos israelitas.
A impunidade está na ordem do dia. Seguindo a máxima «um palestiniano bom é um palestiniano morto», os ocupantes israelitas prosseguem o seu «apaziguamento» da insurreição das pedras — o levantamento popular palestiniano que dura há mais de sete meses — fazendo um número crescente de vítimas.

Imagens de dor *que a repressão israelita nos territórios ocupados tornou parte do quotidiano*

Ainda no passado fim-de-semana soldados mataram mais um jovem palestiniano com um tiro no coração, durante a demolição de uma casa em Beit Furik, nos arredores de Nablus, na Margem Ocidental. Segundo fontes palestinianas, na ocasião ficaram feridas mais sete pessoas. Ao todo foram demolidas doze casas, numa acção classificada de retaliação a ataques a alvos israelitas com bombas incendiárias.

Estes acontecimentos, que se repetem com uma frequência terrível, têm vindo a provocar reacções na própria imprensa israelita, onde «dissidentes» judeus denunciam os crimes cometidos pelo Estado de Israel e alertam os seus compatriotas para a responsabilidade colectiva do genocídio que está a ser cometido contra os palestinianos.

Vale a pena citar, a título de exemplo, um excerto de um artigo publicado há tempos no «Ma'ariv» por Yehonathan Gafen a propósito das previsões do célebre filósofo Yeshayahu (Isaiah) Leibowitz:

Se todas as previsões deste estranho homem que sondou o destino eterno de Israel se têm revelado exactas até aos mais pequenos detalhes, não será útil continuar a lê-lo se se quer saber o que vai acontecer no futuro?

Isaiah escreveu: Os territórios são um cancro no corpo de Israel... Chegará o dia em que toda a nossa energia, a nossa inteligência e o nosso dinheiro serão mobilizados para um único objectivo: o de dominar outro povo. Essa é, de facto, a nossa única actual ocupação: acordar de manhã, declarar que os Palestinianos não são um povo e tentar manietá-los. Que podemos fazer hoje aos árabes que não tenhamos já feito? Isaiah descreveu o sétimo dia, a seguir à Guerra dos Seis Dias: Os serviços secretos e a polícia secreta tornar-se-ão as instituições centrais do estado... Com efeito, nós somos hoje o estado da Mossad, o país do GSS (Serviço Geral de Segurança) que festeja o seu 40.º aniversário com fogos de campo feitos com pneus queimados, a inauguração de novas prisões e de humilhações.

Isaiah vê um povo cujo corpo cresce mas cuja alma morre. Judeu praticante, denuncia todos os abusos da religião judia e levanta-se contra os que comercializam a religião embrulhada na bandeira israelita. Para ele, os que veneram o estado não passam de pagãos e de fascistas. Ele afirma que a próxima etapa será a prisão de todos os que não estão de acordo com as regras ditadas pela Segurança. Esses serão denunciados como traidores e presos a pretexto de subversão contra o estado.

Penso que em breve se assistirá à construção de campos de concentração para traidores judeus no estado de Israel. Estamos já no início desse período, basta ter olhos e ouvidos para ver e ouvir. Por isso, não digam «eu não sabia», e escutem este homem: o único verdadeiro profeta num país de falsos profetas que se agitam diante dos generais cegos. É hoje que se pode prevenir os desastres que o futuro arrasta no seu caminho...

Quer lhes chamemos profecias ou outra coisa qualquer, pouco importa. O importante é saber que o alerta está dado e que também em Israel cresce a consciência da necessidade de pôr cobro a uma política que a todo o momento ameaça os próprios israelitas e as suas aspirações democráticas. Perante as atrocidades que se cometem nos territórios ocupados, ninguém, seja quem for e quando for, pode vir dizer: «Eu não sabia».

Lembrar Soweto salvar Sharpeville

O 12.º aniversário do levantamento do Soweto foi assinalado a semana passada na África do Sul através de um boicote maciço da população negra ao trabalho e às aulas, classificado pela generalidade da imprensa como um dos maiores de sempre.

Milhões de sul-africanos protestaram assim na passada quinta-feira contra o *apartheid*, lembrando as vítimas tombadas em 1976, quando a polícia racista reprimiu com incrível violência as manifestações de desempregados e estudantes naquele que é ainda hoje o maior *getho* sul-africano, nos arredores de Joanesburgo. Desse acto da barbárie racista, segundo os dados oficiais (que a maioria das organizações democráticas acusam de pecar por defeito) resultaram 600 mortos.

De então para cá, muitas centenas de patriotas negros morreram na luta sem tréguas contra o *apartheid*. E muitos outros estão ameaçados de perder a vida, se o peso da comunidade internacional não se revelar suficientemente forte para o impedir. Como é o caso dos «Seis de Sharpeville», dos inúmeros presos políticos entre os quais avulta a figura histórica de Nelson Mandela, de quantos prosseguem a batalha por uma África do Sul plurirracial e democrática.

Nos últimos dias, várias têm sido as manifestações de solidariedade da comunidade internacional para com os patriotas sul-africanos. Na sexta-feira, o Conselho de Segurança das Nações Unidas apelou à África do Sul para comutar a pena de morte imposta aos «seis de Sharpeville», alertando que se tal não acontecer a já grave situação que se vive no país tenderá a agravar-se ainda mais.

De assinalar o facto de, pela primeira vez, os Estados Unidos não terem vetado uma posição do Conselho de Segurança sobre a África do Sul.

No fim-de-semana anterior, em várias cidades da Europa, diversas manifestações assinalaram os 70 anos de Nelson Mandela, preso na África do Sul desde 1962. Abrindo uma campanha pela libertação de Mandela, o preso político mais antigo do mundo, os estádios de Wembley e Glasgow encheram-se de milhares de jovens que asssistiram a uma maratona musical transmitida pela BBC para mais de 60 países do mundo. A televisão portuguesa foi das raras televisões europeias que não aderiu a esta iniciativa, acompanhada por um público estimado em cerca de 750 milhões de pessoas.

Entretanto, o município de Veneza declarou o líder histórico do ANC «cidadão de honra», enquanto os ministros dos Negócios Estrangeiros da Noruega, Austrália, Nova Zelândia, Dinamarca, Suécia, Islândia, Finlândia e Holanda apelavam a Pieter Botha para impedir a morte dos seis jovens de Sharpeville. Na União Soviética, por seu turno, Piotr Demitchev, membro suplente do bureau político do CC do PCUS e primeiro vice-presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, reafirmava ao arcebispo Desmond Tutu o apoio do povo e das autoridades soviéticas à justa causa dos patriotas sul-africanos.

Desmond Tutu, que se deslocou a Moscovo como convidado da Igreja Ortodoxa Russa, para participar nas comemorações do milénio da conversão da Rússia ao cristianismo, denunciou que as autoridades sul-africanas estão a tentar isolar as figuras eclesiásticas do país, para as impedir de expressarem críticas nos seus sermões e intervenções públicas.

O arcebispo, para quem a Igreja é uma das forças mais eficazes da oposição sul-africana, disse em Moscovo que «os patriotas não têm dúvidas quanto à vitória da sua luta», certos de contar com o apoio da comunidade internacional que condena as arbitrariedades praticadas na África do Sul.

«Somos a favor, sublinhou, de um país isento de racismo e democrático, onde os negros e os brancos possam viver em paz e igualdade». Referindo-se aos seis jovens condenados à morte, Tutu afirmou ser necessário continuar a luta para os salvar, enquanto ainda há tempo.

Relações internacionais do PCP

O camarada Rogério de Carvalho, membro do Comité Central, visitou recentemente a Líbia, em representação do PCP, onde participou em duas importantes iniciativas: o Congresso Popular Líbio e a Conferência Mundial de Solidariedade com o Levantamento Popular Palestiniano nos Territórios Ocupados.

Na sessão do Congresso Popular, a que assistiu na qualidade de observador, Rogério de Carvalho acompanhou a discussão e aprovação da Grande Carta Verde dos Direitos Humanos. Os trabalhos do mais alto órgão de representação popular líbia encerraram com uma intervenção do dirigente Muammar Kadafi, que defendeu a causa árabe, com destaque para a luta palestiniana, para com a qual manifestou a sua plena solidariedade, sublinhando a importância da unidade árabe para a paz na região.

Este seria igualmente o tema central da Conferência de Solidariedade, realizada em Benghazi, sob a presidência de Yasser Arafat, Jalhoud (comandante da Revolução Líbia) e Sam Nujoma, presidente da SWAPO. Esta iniciativa, onde foi apresentada uma comunicação em nome do PCP, contou com a participação de sessenta representantes de diversos países.

Segundo o camarada Rogério de Carvalho, este encontro constituiu, no contexto da luta do povo palestiniano pelos seus direitos nacionais, e em particular no do levantamento popular palestiniano nos territórios árabes ocupados, uma significativa prova de solidariedade da Líbia e de muitos outros países e forças apoiantes da causa nacional palestiniana.

Anteriormente, o PCP participara, na Tunísia, na cerimónia evocativa do 40.º dia do assassinato de Abu Jihad, comandante-em-chefe das Forças Armadas Palestinianas, fazendo-se representar pelo camarada Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

Recorda-se que Abu Jihad foi barbaramente assassinado na Tunísia por um comando israelita. As cerimónicas evocativas do 40.º dia constituíram uma importante prova de solidariedade da Tunísia, do mundo árabe, da comunidade islâmica e de importantes sectores da opinião pública mundial, com particular destaque da europeia, onde o PCP não poderia deixar de estar presente.

Internacional

Cimeira em Toronto

Terminou em Toronto mais uma cimeira dos sete países capitalistas mais industrializados (RFA, Canadá, EUA, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão).

No encontro foi debatida a adopção de medidas nomeadamente no sentido de uma redução das dívidas dos países mais pobres, impondo entretanto aos «beneficiários» determinadas condições. Na proposta da Itália, «programas de ajustamento e desenvolvimento» a aprovar por instâncias internacionais.

As medidas em causa seriam diferenciadas e a opção pertence aos credores.

No comunicado aprovado em Toronto, entre várias questões abordadas no âmbito da política internacional, os «sete» insistem na defesa da política de «dissuasão nuclear» e na «superioridade convencional» do Tratado de Varsóvia.

Kampucheia, retirada de tropas vietnamitas

O Vietnam vai iniciar a retirada das suas tropas do Kampucheia no próximo dia 30.

O governo do Vietnam havia anunciado no passado dia 26 de Maio que decidira, de comum acordo com as autoridades do Kampucheia, retirar deste país 50 mil soldados até ao final do ano.

Os restantes 50 mil soldados vietnamitas ficarão sob a direcção das autoridades kampucheianas e serão retirados até 1990, ou mais cedo, no quadro de uma solução política do problema do Kampucheia.

No quadro das propostas da República Popular do Kampucheia, de criar uma zona de paz ao longo da fronteira com a Tailândia, o que tende a facilitar o regresso dos refugiados, as tropas vietnamitas, já antes haviam sido afastadas 30 quilómetros dessa linha fronteiriça.

Manifestações estudantis na fronteira sul-coreana

Centenas de estudantes da Coreia do Sul manifestaram-se, no passado dia 14, no limite da zona desmilitarizada — Panmumjon — gritanto palavras de ordem contra a presença norte-americana no país e pela reunificação pacífica da Coreia. Foi ainda lançado um apelo a todos os estudantes do Sul para recusarem o serviço militar obrigatório.

Dias antes as forças policiais do governo de Seul haviam reprimido uma marcha de milhares de estudantes, que pretendiam realizar encontros com delegados dos estudantes do Norte sobre a reunificação do seu país dividido.

Estes encontros e manifestações correspondem a uma iniciativa dos estudantes sul-coreanos de organizar encontros estudantis norte-sul, iniciativa que contou com o total apoio dos estudantes da RPD da Coreia.

Depois do sucesso eleitoral da oposição nas recentes eleições legislativas (apesar de um sistema eleitoral profundamente antidemocrático), registou-se um novo ascenso do movimento popular na Coreia do Sul. Algumas das exigências centrais deste movimento popular: a reunificação do país, a organização comum, pelo Norte e o Sul, dos Jogos Olímpicos, a abolição das leis que não permitem qualquer forma de defesa da reunificação da Coreia.

POUP, em debate as reformas económicas e políticas

A necessidade de um consenso social em relação à aplicação das reformas socio-económicas e políticas na Polónia, foi particularmente sublinhada pelo camarada Jaruzelski, na sua intervenção de abertura nos trabalhos do plenário do CC do Partido Operário Unificado Polaco (POUP), que nestes dias debateu a política de reformas e questões ligadas à promoção de quadros.

No decurso dos trabalhos do plenário, foi anunciada a criação de uma Comissão Social, destinada a avaliar os reflexos das reformas na vida quotidiana dos polacos, em particular no que respeita a preços e salários.

Jaruzelski anunciou ainda a aprovação para este ano de uma lei das associações.

Comunistas alemães, em vésperas dos 70 anos

O plenário do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), que terminou dia 10 em Berlim, debateu e aprovou um documento sobre o 70.º aniversário da fundação do Partido Comunista da Alemanha (DKP).

Simultaneamente foi discutido e aprovado um relatório do Bureau Político, em que particular destaque é dado à viragem, para melhor, das relações internacionais.

Nagorni-Karabakh

Os difíceis caminhos do internacionalismo socialista

O Soviete Supremo da República Soviética do Azerbeijão, reunido dia 17 para debater o futuro da região de Nagorni-Karabakh, rejeitou a transferência da administração desse território para a República Soviética da Arménia. Exigência entretanto anteriormente avançada pelo Soviete Supremo da Arménia. Ambas as posições foram tomadas por unanimidade.

Dias antes uma greve geral havia sido desconvocada, na Arménia, com objectivos idênticos aos avançados a nível de Parlamento.

Quando do XXVII Congresso do PCUS, Mikhail Gorbatchov afirmara que **«as realizações não devem dar a impressão de uma ausência de problemas nos processos nacionais»**. E os problemas estão aí. Impondo-se com uma acuidade que testemunha tratar-se de facto de questões sentidas. Com raízes reais. Em que simultaneamente jogarão elementos que têm pouco a ver com a sua solução, enveredando pelo perigoso caminho sem saída do estimular de chauvinismos.

Ainda antes dos graves acontecimentos ocorridos em Nagorni-Karabakh, o CC do PCUS, em reunião plenária, havia decidido e anunciado da decisão de realizar um **plenário especial dedicado à questão das nacionalidades**, para examinar o problema de maneira integral e multilateral, ou seja, num balanço do muito que foi alcançado e dos problemas que persistem, do interesse de todos os povos da União e de cada povo em particular.

Os acontecimentos precipitaram-se entretanto. Aqui iremos passá-los em brevíssima síntese, que em si própria nos poderá dar alguns pontos de referência para a sua compreensão.

Começando por uma curta informação sobre esta hoje tão polémica região.

A região autónoma de Nagorni-Karabakh, foi criada em 1923, no território do antigo reino de Khan de Karabakh, integrado no império czarista em 1805 e ligado administrativamente à província de Baku, ou seja, Azerbeijão.

Esta região, que conta com mais de 200 mil habitantes, é povoada de uma maioria de arménios (80%). Não tem «fronteira» comum com a Arménia, mas foi província sua em diferentes períodos históricos.

Síntese de factos

Em Janeiro de 88, a Arménia surge nas páginas da imprensa soviética, nomeadamente do «Izvestia» e do «Pravda», com críticas à actividade do Partido na República.

Na primeira quinzena de Fevereiro, de forma dispersa, começam a aparecer publicamente exigências no sentido da ligação de Karabakh à Arménia.

Nesses mesmos dias, os comunistas de Karabakh afirmam, numa declaração, que «a questão nacional exige uma atenção permanente e sistemática às particularidades e à psicologia nacionais, e tomar em conta os interesses dos trabalhadores». Simultaneamente, os dirigentes do Partido na Arménia, apelavam às organizações de base para «tomar medidas enérgicas tendo em vista a normalização da situação, lançar uma campanha de esclarecimento entre os trabalhadores».

A 20 de Fevereiro regista-se um facto sem precedentes na história das relações entre as mais de cem nacionalidades e etnias da URSS. A maioria dos deputados do Soviete da Região Autónoma de Nagorni-Karabakh, integrada no Azerbeijão, aprovou um apelo aos Sovietes Supremos do Azerbeijão e da Arménia com o pedido de que a região passasse a fazer parte da Arménia. Ao mesmo tempo é dirigido ao Soviete Supremo da URSS o pedido de que examinasse a questão.

Face à sucessão de manifestações, o secretário-geral do PCUS, Gorbatchov, dirige uma mensagem aos povos da Arménia e do Azerbeijão, no sentido de fortalecer «por todos os meios a sua amizade tradicional».

Gorbatchov sublinhou então o «sentido da política leninista das nacionalidades», afirmando que **«atiçar a discórdia e a desconfiança entre os povos, mais não faz que impedir a solução dos problemas existentes»**.

A 28/29 de Fevereiro, dão-se os dramáticos acontecimentos, que levaram à morte de 32 pessoas, 26 das quais arménias.

Já em Março, em conferência realizada no CC do PCUS para analisar a situação criada nas duas Repúblicas, o secretariado do CC do PCUS foi incumbido de organizar um estudo dos problemas acumulados e as causas do agravamento das contradições entre as nacionalidades, e elaborar propostas para que o PCUS e o governo da URSS possam tomar as medidas adequadas. Simultaneamente é indicado ao CC dos partidos comunistas de ambas as Repúblicas que elaborem um conjunto de iniciativas a longo prazo no sentido de melhorar «a educação internacionalista dos trabalhadores» e solucionar de forma coordenada questões urgentes, nomeadamente no plano socioeconómico e cultural e de relações entre nacionalidades.

Pouco depois era aprovada uma resolução destinada a dinamizar o desenvolvimento socioeconómico da região de Karabakh e da República do Azerbeijão, e que inclui medidas que vão desde a construção de unidades industriais de electrónica, assegurando mais postos de trabalho especializados na zona, até à abertura em Baku de um teatro de drama da Arménia.

Muito foi já avançado na concretização destes medidas.

Os factos indicam entretanto que ainda não foi possível superar a situação criada.

* * *

À laia de conclusão, aqui citamos palavras de Gorbatchov: **«O patriotismo soviético, nosso maior valor, é incompatível com quaisquer manifestações de nacionalismo e chauvinismo. O nacionalismo é sempre cego. As tentativas auto-isolacionistas levam ao beco sem saída espiritual (...) Teremos de abordar proximamente um problema importantíssimo: coordenar, através da revolução e do Poder Soviético, o orgulho e o acervo nacional de cada povo com o internacionalismo da sociedade socialista»**.

A Conferência do PCUS, que agora se vai realizar, dará certamente também um forte impulso à resolução dos problemas nacionais, na perspectiva do internacionalismo socialista.

Octávio Pato em Cuba

No dia 11 de Junho realizou-se em Havana um encontro entre Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Partido Comunista Português e Jorge Risquet, membro do *Bureau* Político e do Secretariado do Partido Comunista de Cuba.

Durante o encontro foram trocadas informações e opiniões sobre a situação nos respectivos países e a actividade dos dois partidos, assim como sobre questões da situação internacional, designadamente sobre a África Austral e a situação decorrente da política de agressão da África do Sul contra Angola. A este respeito foi expressa a solidariedade para com o MPLA-Partido do Trabalho e o povo angolano na sua luta em defesa da soberania da República Popular de Angola e reafirmada a exigência da retirada das tropas racistas do território angolano e a aplicação da Resolução 435 da ONU sobre a independência da Namíbia.

Este encontro teve lugar no quadro das tradicionais relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PCC.

Durante a sua estadia em Cuba, Octávio Pato visitou as províncias de Pinar del Rio e Matanzas e encontrou-se com os responsáveis das respectivas organizações provinciais.

Delegação do PSUC

A convite da direcção da Organização Regional do Porto do PCP encontra-se no Porto uma delegação do PSUC – Partido Socialista Unificado da Catalunha.

Esta deslocação tem lugar no quadro das relações existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista de Espanha, e insere-se no processo de estreitamento das relações partidárias entre as organizações do Porto do PCP e do Partido Socialista Unificado da Catalunha.

Do programa da visita, além de um encontro a nível de delegações do PSUC e da DORP, constam diversas reuniões e contactos na área do trabalho autárquico e do movimento operário e popular da região do Porto.

Telegrama ao PCF

O Secretariado do CC do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista Francês o telegrama que transcrevemos:

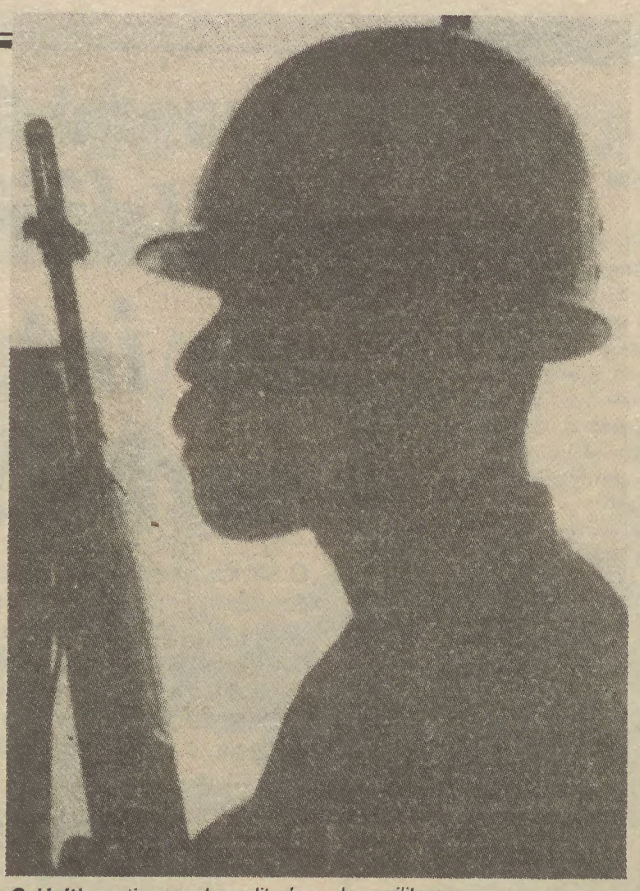
Queridos camaradas,

Felicitações calorosas sucesso eleitoral político, grande importância defesa interesses trabalhadores povo de França.

Internacional

Haiti

O regresso dos generais



O Haiti continua sob a ditadura dos militares

O general Henry Namphy anunciou na passada segunda-feira, através da televisão do Haiti, que «é o Exército que vai agora governar o país como deve ser... com ordem e disciplina». Para que não restassem dúvidas quanto ao que isso significa, apresentou-se ao público rodeado de vários oficiais, de capacete na cabeça e metralhadora «Uzi» à tiracolo.

Esta imagem do homem que se autoproclamou presidente do Haiti, após um golpe de Estado quase palaciano contra o presidente civil Leslie Manigat que o próprio Namphy fizera «eleger» em Janeiro último, representa bem a situação que se vive no país.

Durante longos anos submetido à ditadura do clã Duvalier, mantida com o apoio dos militares e dos tenebrosos «Tonton Macoutes», o Haiti viveu em Fevereiro de 1986 dias de esperança de um retorno à democracia, quando Jean Claude Duvalier, mais conhecido por «Baby Doc», foi afastado do poder e forçado a sair do país.

Rapidamente, no entanto, as organizações democráticas, políticas e sociais do Haiti denunciaram a «operação de cosmética» que os mesmos militares que no passado apoiaram Duvalier e a ditadura se propunham levar a cabo, com o tradicional apoio dos Estados Unidos, de molde a instaurarem no país um simulacro de democracia sem pôr em causa os interesses da classe dominante e dos seus aliados.

O Conselho Nacional do Governo (CNG) então formado, sob a presidência do general Henry Namphy, cedo demonstrou que os militares não estavam dispostos a largar as rédeas do poder e que as anunciadas eleições gerais para a formação de um governo civil não passariam de uma farsa.

Recorde-se, a título de exemplo, a ilegalização da Central Autónoma dos Trabalhadores Haitianos (CATH) em 23 de Junho do ano passado, e o esvaziamento de poderes do Conselho Eleitoral Provisório, responsável pela organização e fiscalização das eleições. Estes factos, entre outros, estiveram de resto na origem de uma greve geral realizada em Julho do mesmo ano, em que a principal exigência foi justamente a da demissão do CNG.

Os recuos e contradições de todo este processo, em que a repressão esteve sempre presente, foram denunciados por um numeroso grupo de partidos políticos e organizações sindicais, religiosas e de defesa dos direitos humanos, que desde a primeira hora consideraram não haver condições, com o governo militar do general Namphy, de eleições democráticas.

A primeira tentativa de escrutínio, em 29 de Novembro, viria confirmar da forma mais terrível tais previsões: os «Tonton Macoutes», organização paramilitar de esquadrões da morte, levaram a cabo um massacre sem precedentes, espalhando a morte e o terror no Haiti. Pouco tempo antes dos trágicos acontecimentos, o próprio general Namphy havia confirmado publicamente que **«selvajaria dos militares e dos polícias é um acto normal em período eleitoral»**.

A repetição das «eleições» em 17 de Janeiro último não passou de uma farsa em que se recusaram a participar os principais partidos democráticos e a maioria da população. Apenas entre 10 e 15 por cento dos 3,3 milhões de eleitores inscritos foram às urnas. Destes, 50,29 por cento deram a «vitória» a Leslie Manigat, dirigente do «Partido União dos Democratas Nacionais Progressistas», único político destacado no país que acedeu candidatar-se com o apoio dos militares.

Quatro meses bastaram para revelar quem de facto continua a dominar o Haiti. O general Namphy, que Manigat substituiu por Morton Gousse no cargo de comandante-chefe do Exército, desencadeou na passada sexta-feira o golpe militar que de novo lhe permite assumir o poder. Na comunicação feita ao país, Morton Gousse apareceu ao lado de Namphy. Os militares estão de acordo na partilha do poder entre si.

No seu discurso, Namphy disse que «o Exército deve proteger os interesses supremos do país e governar. Com esse fim será formado um governo militar, tendo como presidente Henry Namphy... podem confiar em mim e no Exército».

Os haitianos sabem, por experiência própria, o que isto significa. A democracia está agora mais longe do Haiti.

Berlim – Encontro internacional por zonas livres de armas nucleares

«O que nos reúne a todos é a consciência da responsabilidade pela paz, a preocupação pelo bem-estar das pessoas e a disponibilidade para o diálogo e a cooperação, apesar daquilo que nos separa» – palavras de Erich Honecker, em Berlim, no discurso de abertura do primeiro Encontro Internacional em prol de zonas livres de armas nucleares.

O Encontro, realizado entre 20 e 22 deste mês na capital da RDA, contou com uma grande participação internacional.

Concretamente, e para referir apenas alguns dados interessantes: não se impõem complexas negociações, pois trata-se de anular todo um grupo de armas numa dada zona; pela mesma razão é mais fácil o controlo; cria segurança e condições de confiança – a corrida aos armamentos nucleares será atalhada nas zonas desnuclearizadas, perdendo aí também o sentido as doutrinas de dissuasão nuclear.

No caso concreto da proposta de criação de **um corredor livre de armas nucleares na Europa Central**, que abrangeria em particular território da RDA, RFA e Checoslováquia – proposta uma vez mais reafirmada por Honecker em Berlim – tal corredor poderia representar o desaparecimento dos mísseis nucleares de mais curto alcance, incluindo as armas nucleares tácticas, em simultâneo com a redução e eliminação de assimetrias no que respeita ao armamento convencional, na fronteira entre as duas organizações militares opostas.

Salta à vista quanto seria diferente a realidade europeia com a concretização do projecto de corredor desnuclearizado no coração da Europa. Abrindo ainda caminho à possibilidade de criação de uma zona livre de armas nucleares, estendendo-se da Escandinávia aos Balcãs.

A ideia de conter a corrida às armas nucleares através do estabelecimento de zonas livres de armas nucleares já tem mais de três décadas. Em 1957 é avançada a primeira proposta concreta nesse sentido, com o plano Rapacki dos Estados do Tratado de Varsóvia, para uma Europa Central sem armas nucleares. Em 67 a América Latina era proclamada zona livre de armas nucleares e em 85 o Pacífico Sul.

Trata-se agora de dar passos bem mais difíceis, pois dizem respeito a zonas que são hoje verdadeiros paióis de armamento nuclear. Mas simultaneamente conta-se com a situação mais favorável, criada com o tratado INF, para liquidação de armas nucleares americanas e soviéticas na Europa, e as perspectivas da assinatura de acordos de desarmamento no domínio das armas estratégicas.

Telefone vermelho

No Encontro de Berlim, Erich Honecker avançou ainda outras fórmulas possíveis para criar na Europa uma situação de maior segurança, a instalação de «mecanismos para solucionar pacificamente as crises e impedir incidentes militares na Europa Central».

Concretamente, um «telefone vermelho» (linha telefónica de emergência) entre Praga, Berlim e Bona, um *forum* conjunto permanente com o mesmo objectivo e a troca de informações sobre quaisquer actividades militares relevantes na zona.

Uma série de iniciativas que confluem para um mesmo objectivo – fazer «em conjunto tudo o que fôr possível para afastar para sempre do mundo as armas nucleares, essa ameaça à Humanidade».

Estiveram presentes mais de mil personalidades de 113 países. No palácio da República encontraram-se delegações de parlamentos, de partidos sociais-democratas e socialistas, de partidos comunistas e operários, de partidos nacionais-democratas, liberais e de outros partidos burgueses, bem como de 52 organizações internacionais. 84 chefes de Estado ou de governo enviaram a Berlim representantes oficiais.

Entre os representantes portugueses ao Encontro de Berlim, Dias Lourenço, pelo PCP, como é destacado nesta nossa página, António Pedro Carvalho, membro do Secretariado Nacional do Conselho Português para a Paz e Cooperação, general Vasco Gonçalves e marechal Costa Gomes.

Esta ampla gama de presenças ao Encontro – para além de naturalmente ter enriquecido o diálogo – dá-nos uma medida clara da importância internacionalmente atribuída também a esta forma específica de avançar no caminho do desarmamento nuclear.

Zonas desnuclearizadas. Para quê?

Não por acaso, os mesmos que persistem em defender a política de dissuasão nuclear, tendem a desvalorizar as formas de criação de zonas desnuclearizadas. A verdade é que este é um caminho sólido para o desarmamento nuclear. Naturalmente só é viável no quadro de acordos de desarmamento entre os países com maior potencial nuclear. Mas que tem também os seus próprios pés para andar.

PCP representado em Berlim

A convite do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha encontra-se na República Democrática Alemã António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do PCP.

Dias Lourenço representou o PCP no Encontro Internacional para a Criação de Zonas Livres de Armas Nucleares que decorreu em Berlim entre 20 e 22 deste mês de Junho.

AVANTE! Proletários de todos os países uni-vos! — Órgão Central do Partido Comunista (S. P. da I. C.)

«No **Alentejo Litoral** cerca de 50 mil trabalhadores (entre os quais 35 mil operários agrícolas) fizeram greve no 1.º de Maio. Muitas manifestações e agitações se fizeram por todo o lado.

No dia 2 de Maio a massa dos operários agrícolas de toda a região, unidos pela sua vontade de conquistar melhor horário e melhor jorna, unidos e organizados pelas reuniões que foram realizadas e pela constituição de muitas comissões, não compareceram ao trabalho ao nascer do Sol.

Só pouco antes das 8 horas começaram a chegar. Um novo horário estava sendo conquistado. Nas grandes herdades (Palma, Comporta, Barrozinha, etc.) bem as sinetas tocavam segundo o horário de sempre. Só às 12 horas os trabalhadores despegaram voltando de novo ao trabalho às 13, e quando chegaram as 17 horas os trabalhadores fizeram terminar a jornada desse dia.

Assim sucedeu por todo o concelho de Alcácer do Sal, em todo o concelho de Grândola e nos concelhos de Santiago, Sines e até Odemira.

Os ranchos vindos do Algarve e das Beiras uniram-se aos trabalhadores da região e todos em conjunto não só conquistaram o horário das 8 horas, mas também um aumento das jornas de 6 e 8$00. (...)

A luta por melhor jorna e melhor horário atingiu depois todo o **Alto Alentejo.**

Logo no dia 7 de Maio, ao concentrarem-se na Praça das jornas, os trabalhadores do Escoural decidiram não cortar um pé de trigo sem as 8 horas e melhores jornas. Procuraram os ranchos que trabalhavam nas carvoarias e todos se uniram. Nesse dia à noite só 3 agrários deram as 8 horas e os 40$00 de jorna reclamados. A greve durou até ao dia 10 — até vencerem a resistência dos agrários, entre os quais se destacou o agrário Capolea, que chamou a GNR.

No dia 9 um pequeno rancho de Montemor-o-Novo reclamou as 8 horas e os 40$00 em vez dos 27$00 que lhes estavam pagando. Como não fossem atendidos, os trabalhadores abandonaram o trabalho e, ao passar por outros ranchos, estes acompanharam-nos. A notícia espalhou-se e antes de terminar o dia 5 mil trabalhadores tinham largado o trabalho. Durante 4 dias mantiveram-se em greve. Os agrários foram buscar ranchos de fora mas estes logo que chegaram solidarizaram-se com os da terra e a vitória foi conseguida por todos.

Depois a luta e a vitória estenderam-se por toda a região de Évora, alargou-se para Vendas Novas e Pegões, desceu para Viana, Alcáçovas, Portel, etc., subiu para Azaruja, Evoramonte, Mora, Montargil, Couço, Ponte de Sor, etc. Mais de 100 mil operários agrícolas alcançaram esta importante vitória no Alto Alentejo.

Para outras terras do Baixo-Alentejo alargou-se também a luta pelas 8 horas. Depois para algumas terras do distrito de Lisboa, outras do Ribatejo e mesmo nas Beiras e Trás-os-Montes já há localidades onde as 8 horas foram conquistadas.

Esta grandiosa luta que englobou já cerca de 200 mil trabalhadores é um exemplo da ligação estreita entre a luta política e a luta económica. Ela terá uma grande influência na consciencialização e no espírito combativo dos operários agrícolas».

(«A 8 horas de trabalho são conquistadas no Alentejo!» — «Avante!», VI Série, n.º 318, Junho 1962)

Em Foco

Avante!

Ano 58 – Série VII
N.º 756
23 de Junho de 1988
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

PORTUGAL e a CEE hoje

PCP

ENCONTRO DO PCP SOBRE A CEE

18.6.1988 – LISBOA

ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)

Um debate para continuar

O mínimo que se pode dizer do **Encontro do PCP Sobre a CEE**, realizado no passado sábado nas instalações do ISCTE, em Lisboa, é que, com ele, se concretizou uma abordagem completíssima das questões que se colocam e colocarão ao nosso país no quadro da integação na Comunidade.

Organizado sob o lema «Portugal e a CEE hoje» e inserido no vasto trabalho preparatório do XII Congresso do PCP, este Encontro levou à discussão questões tão diversas como agricultura e pescas, política regional da CEE e desenvolvimento das Regiões de Portugal, indústria, comércio, transportes e serviços, ciência e tecnologia, cultura, política social da CEE e consequências sociais da integração (para apenas referirmos os grandes temas tratados nas cinco secções do Encontro, já que, nas duas sessões plenárias, muito mais se tratou, como referiremos mais adiante, no interior deste caderno). Por aqui se pode ver como esta iniciativa do PCP apreciou em profundidade a questão da CEE e do nosso país, produzindo assim uma análise global dos problemas da integração que, quer se queira ou não, constitui um contributo significativo para a necessária e urgente reflexão sobre esta matéria.

Foram objectivos do Encontro «aprofundar o conhecimento e intensificar o debate sobre a situação da CEE e de Portugal no quadro da CEE; efectuar um balanço das consequências de dois anos e meio de integração e reflectir sobre as propostas para Portugal e as perspectivas, designadamente no plano das actividades económicas, do desenvolvimento regional, da Ciência e Tecnologia, da Cultura, do impacte social, da política externa». Além disso «a realização de eleições para o Parlamento Europeu em Junho de 1989 implica para este Encontro a responsabilidade acrescida de ser o primeiro grande momento de debate alargado sobre a enorme tarefa política que se aproxima, de esclarecimento e mobilização em torno das questões da CEE, na base do trabalho já desenvolvido e a desenvolver pelo PCP em defesa dos interesses do nosso povo e do nosso país», como se afirmava nos materiais que anunciavam a iniciativa.

Participaram no Encontro cerca de 400 pessoas, desde os três deputados do PCP ao Parlamento Europeu, passando por destacados dirigentes, quadros e técnicos do Partido intimamente ligados a esta frente de trabalho, o que se traduziu em dezenas de intervenções quer nas duas sessões plenárias, quer, sobretudo, no trabalho em secções, onde o debate foi particularmente produtivo.

Para quem goste de extrair «linhas gerais» destas iniciativas podemos dizer que o Encontro confirmou, provando-o, que o PCP tinha razão quando advertia sobre as consequências desastrosas da integração do nosso país na CEE e, sobre isso, ou para além disso, avançou um conjunto de propostas concretas a implementar no futuro imediato para se minimizar alguns dos aspectos mais gravosos da integração e, sobretudo, salvaguardar os interesses nacionais no futuro evoluir do processo de integração.

Quase em nota de rodapé, sublinhamos que, dos trabalhos globais e sectoriais elaborados para a realização do Encontro, bem como das intervenções produzidas e dos contributos que a ele chegaram, «resultará um contributo para as teses do XII Congresso, aliçerçado no aprofundamento do estudo, do debate e da intervenção dos comunistas na realidade nacional alterada pela integração na CEE». ■

PORTUGAL e a CEE hoje

PCP

ENCONTRO DO PCP SOBRE A CEE

18.6.1988 – LISBOA

ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)

Foi nas duas sessões plenárias que se pôde ver a multidão que participou no Encontro do PCP sobre a CEE, realizado no passado sábado em Lisboa, nas instalações do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE): cerca de 400 pessoas – na sua grande parte gente altamente especializada em relação às diversíssimas matérias em debate – emolduraram todo o anfiteatro onde decorreram as referidas sessões plenárias (a primeira durante toda a manhã, a segunda a encerrar o Encontro, pelas 18 e 30), surpreendendo, de certa forma, quem tivesse apenas visitado as cinco secções que funcionaram das 15 às 18, e, por isso, houvesse guardado uma imagem naturalmente fraccionada do nível participativo desta realização.

Numa breve abordagem das duas sessões plenárias do Encontro é de destacar, em primeiro lugar, a riqueza e a diversidade que caracterizaram a primeira, que decorreu durante toda a manhã de sábado, como já referimos, e estava naturalmente vocacionada para a exposição aprofundada de diversas questões. Mas os assuntos levados à tribuna foram tantos, que cada orador se viu rapidamente confrontado com a urgência de utilizar a sua capacidade de síntese, para dar o máximo de oportunidade a todos!

Houve um primeiro bloco de intervenções a cargo dos três deputados do PCP ao Parlamento Europeu e de vários responsáveis do Partido que, em sequência, abordou a situação actual da CEE (**Barros Moura**, deputado ao PE), fez o balanço e previsões da integração (**Joaquim Miranda**, deputado ao PE), e o da integração da agricultura portuguesa na CEE, (**Rogério de Brito**, deputado à AR), analisou a cooperação política europeia e política externa (**Albano Nunes**, membro do CC do PCP), a política económica no quadro da integração (**Carlos Carvalhas**, membro do CC do PCP), os desafios político-ideológicos da CEE (**Aboim Inglês**, deputado ao PE e membro do CC do PCP), o sector empresarial do Estado face à integração, (**Pina Moura**, membro do CC do PCP), as eleições para o Parlamento Europeu (**Luís Sá**, membro do CC do PCP) e as responsabilidades do Governo nas consequências actuais da integração (**Carlos Brito**, membro da Comissão Política do CC do PCP).

Todas estas intervenções vêm condensadas, também em sequência, neste caderno que dedicámos ao Encontro do PCP sobre a CEE, como o leitor pode facilmente verificar... e ler!

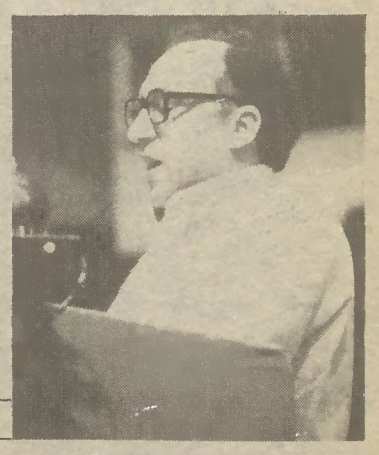
Ora se este «bloco» de intervenções que abriu o plenário da manhã já dá uma ideia da profusão de análises e diversidade de contribuições levadas ao Encontro, não esgotou, contudo, a sessão. Seguiram-se diversas intervenções de várias Organizações Regionais do Partido (concretamente da ORP, ORA, ORAL, ORS e ORT), analisando a integração na CEE e o impacto regional consequente.

Quanto à segunda sessão plenária, realizada às 18 e 30 para encerrar os trabalhos do Encontro, foi essencialmente preenchida com a intervenção de **Domingos Arantes**, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, que também condensamos noutro local.

Como já dissemos, na parte da tarde o Encontro funcionou em trabalho de secções (excluindo, naturalmente, a sessão plenária de encerramento), onde a discussão foi mais viva, dado que, como é normal, funcionou mais na base da interpelação directa e da exposição de viva voz. Os temas em debate nas secções eram os seguintes: Na **Secção 1** – Agricultura e Pescas; **Secção 2** – Desenvolvimento Regional; **Secção 3** – Indústria, Comércio, Transportes e Serviços; **Secção 4** – Ciência, Tecnologia e Cultura; **Secção 5** – Política Social e consequências sociais da adesão.

Finalmente uma referência ao projecto de documento com o título **«Portugal e a CEE»**, que foi levado ao Encontro como contribuição para o projecto das Teses do XII Congresso do PCP. Foram apresentadas dezenas de propostas de alteração a este documento, que continuará em discussão no Partido para aprofundamento posterior. ■

Infelizmente o PCP não tem que alterar as suas conclusões quanto à CEE



■ ***Domingos Abrantes***

(...) A posição do PCP de dizer não à integração no Mercado Comum não foi determinada por uma política dogmática, voluntarista, desconhecedora das realidades e da correlação de forças, mas por termos estudado profundamente a natureza monopolista da CEE e os resultados concretos que a integração trará à economia portuguesa.

(...) Com a realização deste Encontro que agora termina, o debate que se lhe vai certamente seguir e a realização do próximo Congresso, daremos ainda passos mais significativos no aprofundamento da análise das questões gerais colocadas hoje pela integração, contribuindo desse modo para a elaboração no nosso pensamento colectivo.

Actuamos hoje numa realidade alterada pela integração e isso obriga a novas considerações quanto à avaliação da dimensão dos problemas e quanto à nossa intervenção partidária, tanto mais que a própria CEE também vai modificando a sua estratégia.

Poder-se-á por isso concluir que nos enganámos quanto à natureza da CEE (estrutura que definimos como organização dos monopólios dos países mais desenvolvidos da Europa); quanto às consequências negativas da adesão para o desenvolvimento do país?

Infelizmente o PCP não tem que alterar as suas conclusões. Aqueles que afirmam ter o PCP sofrido uma importante derrota estratégica com a consumação da integração, condenando implicitamente uns, explicitamente outros, a batalha que travámos por irrealista, por não se ter em conta a tendência objectiva da integração económica, esquecendo entretanto de referir que se trata de uma integração capitalista, ditada pelos interesses dos grandes monopólios europeus e americanos, são vítimas de algumas confusões que importa esclarecer.

A primeira confusão assenta em não se perceber que o PCP disse «não» ao Mercado Comum, não para defender interesses estreitos de carácter partidário, mas por uma profunda convicção, alicerçada no conhecimento da realidade, de que a integração na CEE se traduziria: no **plano económico**, na liquidação de sectores básicos da nossa economia essenciais ao desenvolvimento independente do país e na subordinação dos nossos interesses à estratégia das multinacionais da CEE; no **plano político**, numa grande ofensiva contra o regime democrático saído da Revolução de Abril e consagrado na Constituição; e no **plano social**, pelo aumento do desemprego, da precarização das condições de trabalho e do acentuar das carências básicas.

O PCP disse «não» ao Mercado Comum, por se ter colocado, como sempre faz, no campo da defesa da independência nacional.

A segunda confusão assenta em não se compreender que o PCP, partido dos trabalhadores, partido revolucionário, não determina as suas orientações face à CEE, como em tudo o mais, em função do sentido da corrente, do imediatismo, mas pela justeza dos objectivos, e nisto nos distinguimos dos reformistas de diferentes matizes, os quais, desde Bernestein, se guiam pela tese de que «o objectivo final não é nada, o movimento é tudo».

O fenómeno, embora velho, continua sempre vivo. Já a seu tempo Lénine havia alertado para a necessidade de se estar atento aos indivíduos que definiam a sua conduta em função das circunstâncias, que se adaptavam aos acontecimentos do momento, esquecendo os interesses **vitais** do proletariado e os traços essenciais do conjunto do regime capitalista, sacrificando os interesses do futuro em nome das vantagens reais ou supostas do momento.

Dois anos e meio decorridos desde a consumação da integração poderá ser um período insuficiente para uma mais profunda e segura avaliação das suas consequências, tanto mais que está ainda a decorrer o período transitório e vigoram bastantes derrogações. Mas a tendência, que não deixará de se acentuar, é já bastante definida para, infelizmente, confirmar as nossas principais advertências e conclusões. À luz dos factos, cabe perguntar:

Será que o PCP se enganou quando alertava para as consequências gravosas para os sectores básicos e a economia em geral?

Não se enganou. A reestruturação da **Siderurgia Nacional** pela CEE não garante a sua viabilidade e o abastecimento do país em aço por produção nacional e levará ao despedimento de 2000 trabalhadores.

A crise da **indústria naval** acentua-se e o reapetrechamento da frota pesqueira e mercante não se realiza.

Nas **pescas**, agrava-se o desequilíbrio da balança comercial do pescado e dos produtos pesqueiros, com aumento vertiginoso das importações, nomeadamente de proveniência espanhola. Foi recusado o projecto de construção de atuneiros e limita-se a pesca artesanal. A nossa ZEE foi aberta às frotas da Comunidade, enquanto por outro lado perdemos direitos de pescar em águas exteriores à Comunidade. E, entretanto, a nossa **indústria conserveira**, apesar da crise que atravessa tem sido ainda claramente discriminada.

A maior empresa comercial do país, a **EPAC**, está a ser desmembrada, sendo-lhe retirada a capacidade de concorrer no mercado internacional de cereais, em benefício de multinacionais que entretanto se instalaram no país.

No sector comercial de combustíveis, a **Petrogal** sofreu o impacto directo do início da liberalização do mercado, assistindo-se a diversas formas de ataque à sua quota.

A «reestruturação» do **sector adubeiro** está a ser orientada de tal forma que a Quimigal tenderá a ser desmantelada, com redução de capacidades produtivas, encerramento de fábricas e eliminação de postos de trabalho. No **sector automóvel**, o abandono da política de protecção e a liberalização das importações levam à liquidação da indústria de montagem.

Entretanto, as perspectivas que se colocam a sectores tão importantes como a **banca e os seguros**, nomeadamente com a liberalização dos movimentos de capitais e a liberdade de estabelecimento, ou ainda aos transportes e particularmente aos **transportes aéreos**, são igualmente de molde a confirmar e acentuar as nossas preocupações.

Será que o PCP se enganou quando previu consequências desastrosas para a nossa agricultura?

Não se enganou. Apesar dos períodos de transição, os efeitos de adesão ao nível agrícola começam a fazer-se sentir. Desde logo com os incentivos no sentido da diminuição da área agrícola, substituindo-a pela florestação, e apesar do nosso elevado défice agro-alimentar, agravado nos dois primeiros anos em 50%.

Com a contenção dos preços reais e dos rendimentos aos agricultores, de que são exemplo os preços adoptados para a campanha agrícola em curso. Com o desmembramento de empresas públicas fundamentais e o desmantelamento de organismos de coordenação económica. Uma das consequências mais visíveis no campo da agricultura é o colossal aumento de importações agro-pecuárias (veja-se o escândalo das carnes) que até provoca o protesto e grandes inquietações, mesmo em alguns que mais defendem a CEE.

Será que exagerávamos quando dizíamos que os nossos mercados iriam ser invadidos por produtos estrangeiros e que o grande mercado de 320 milhões de pessoas aberto aos nossos produtos não passava de uma miragem? A este respeito a evolução da balança comercial, e ainda não chegámos a 1992, é bastante esclarecedora.

De um défice de 2,3 milhões de contos em 1985 (portanto anterior à adesão) passou-se para um défice de 112,7 milhões em 1986 e deste para um défice de 283 milhões de contos em 1987, e as perspectivas para 1988 não são melhores.

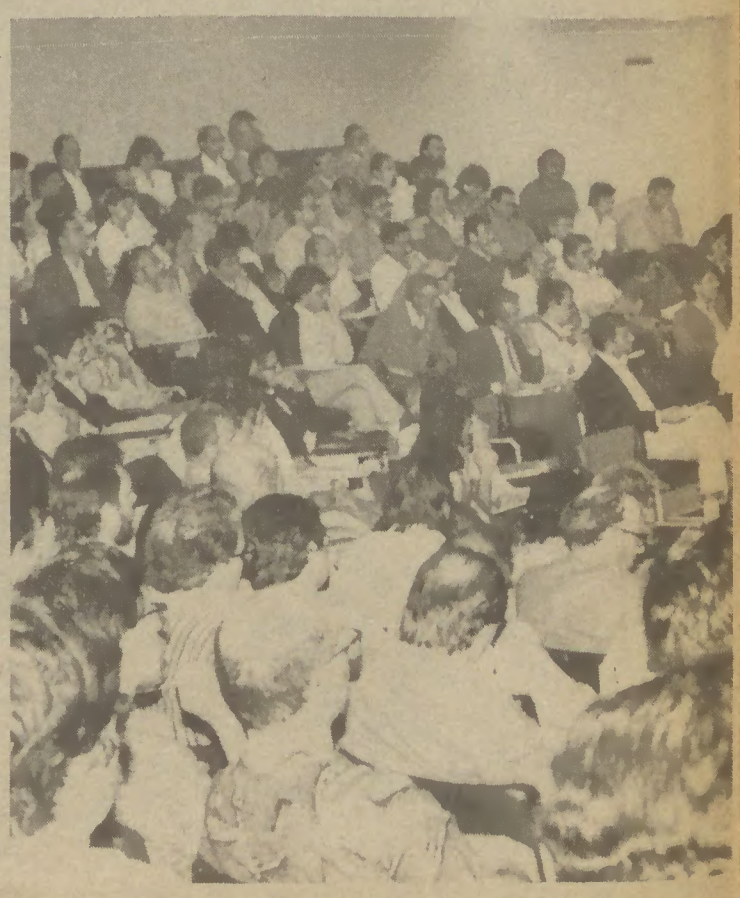
Se em 1985 apenas se registaram défices nas trocas comerciais com a Espanha, RFA e Itália, em 1987 juntam-se-lhes mais a França, Bélgica, Grécia e Irlanda. Quer isto dizer que apenas com dois dos 11 outros parceiros de Portugal na CEE não temos trocas comerciais desvantajosas.

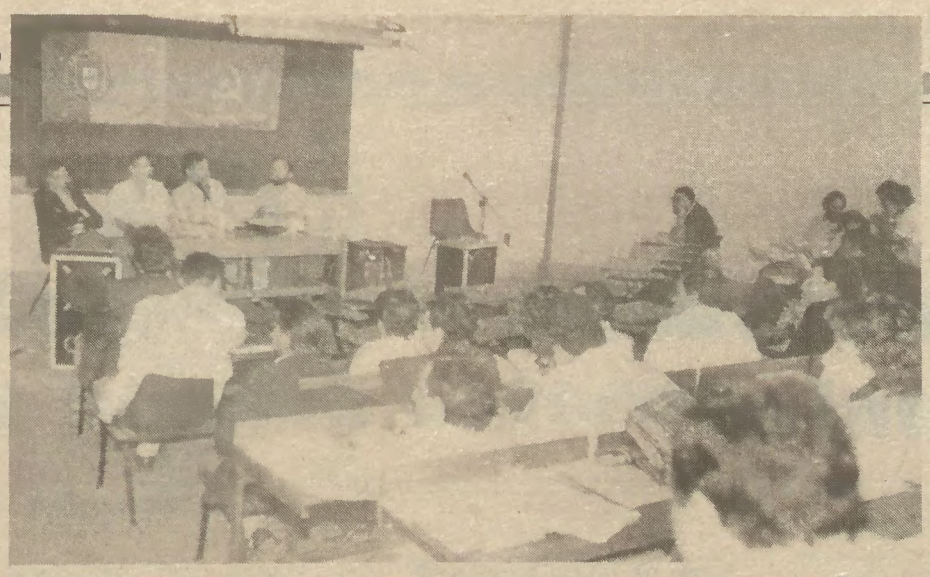
Nem sequer as produções tradicionais conseguem resistir à concorrência dos nossos parceiros, ou de países terceiros associados à CEE.

Até mesmo no caso de acordos com países terceiros, Portugal tem sido lesado, como aconteceu agora com Marrocos (caso conservas) e Turquia (caso têxteis).

Será que deste modo estamos a avançar para a liquidação dos nossos défices estratégicos (agro-alimentar, energético, tecnológico)? Será que deste modo diminuiremos a já grave dependência do exterior? É evidente que não.

Será que exagerávamos quando alertávamos que a integração na CEE implicaria graves limitações à soberania nacional, quando já hoje Portugal, embora formalmente independente, se encontra privado de decidir livremente a sua política económica, se tem de vergar a decisões tomadas em Bruxelas e se pretende avançar rapidamente na criação de





PORTUGAL e a CEE hoje

PCP

ENCONTRO DO PCP SOBRE A CEE

18.6.1988 – LISBOA

ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)

instituições supranacionais ainda mais limitadoras da nossa independência e soberania?

A criação do «mercado interno único» representará um salto qualitativamente novo no processo de integração ampliando a integração institucional e política, erigida em motor de aceleração da integração económica.

As sucessivas crises por que tem passado a CEE, por paradoxal que pareça, levaram os estrategas da integração a concluir pela necessidade de acelerar os processos integracionistas, eles mesmos geradores de contradições.

Com a decisão de se criar, a partir de 1992, o grande «mercado único», os monopólios dos países mais poderosos procuram adequar o mercado à crescente capacidade produtiva, fazer frente à concorrência movida pelos outros centros do imperialismo, Estados Unidos e Japão, e acautelarem-se quanto à eventualidade de transformações sociais.

Só que, segundo a própria lógica que rege as relações internacionais entre os Estados capitalistas, o progresso dos Estados mais poderosos faz-se sacrificando os interesses e o desenvolvimento dos Estados mais débeis. No quadro do «mercado único» tenderão a acentuar-se ainda mais as disparidades entre os níveis de desenvolvimento de Portugal e os dos seus parceiros mais desenvolvidos. Não será certamente por acaso que, quanto mais caminhamos para 1992, mais se adensam as nuvens negras e se multiplicam as vozes preocupadas quanto ao futuro de diferentes sectores.

A livre circulação de mercadorias, capitais e serviços terá ainda mais graves consequências para a economia nacional, na medida em que esta, devido ao seu atraso, às enormes vulnerabilidades estruturais, aos enormes desníveis tecnológicos e taxas de produtividade, quando comparados com os países mais desenvolvidos, não está em condições de competir com as economias mais desenvolvidas da CEE.

Ainda que se possa estabelecer uma certa cooperação a nível tecnológico e científico, que devemos procurar e defender, é uma ilusão pensar-se que pela via da integração capitalista, subordinada aos interesses do grande capital, Portugal vai ter acesso à alta tecnologia que as multinacionais guardam a sete chaves, transferindo para os países de «economia periférica» a produção de componentes ou aspectos parcelares da produção de maior complexidade tecnológica.

A bandeira dos baixos salários dos nossos trabalhadores, com que os sucessivos governos e muito particularmente o de Cavaco Silva acena ao capital estrangeiro para que invistam em Portugal, também não resolverá o problema. A reestruturação das economias capitalistas na base da revolução técnico-científica exige uma mão-de-obra altamente especializada. Não é por acaso que a tecnologia de ponta se concentra cada vez mais nos países mais desenvolvidos.

Com o «mercado único» a tendência será para se acentuar extraordinariamente o domínio do capital estrangeiro, que já hoje vai alargando os seus tentáculos na têxtil, no calçado, na indústria farmacêutica, hotelaria e até na compra de terras.

O domínio da economia nacional pelo capital estrangeiro, multinacional pela sua natureza, supranacional pela base política em que se apoia, inspirador de uma política de defesa comum animada pelo complexo militar-industrial dos países mais poderosos da CEE, torna-se extraordinariamente perigoso para a salvaguarda da soberania e independência nacionais.

Por outro lado, o afunilamento das nossas relações externas no quadro da CEE (já hoje representam 70% de todo o nosso comércio externo) reduz o nosso campo de manobra na busca de soluções alternativas e mais consentâneas com o interesse nacional, no quadro da crescente divisão internacional do trabalho, e tornará a nossa economia extremamente vulnerável, sabendo-se que nas condições da interdependência e integração crescentes da economia capitalista, a eclosão de crises tende a atingir simultaneamente esses países.

As forças políticas e sociais que apresentam a «opção europeia» como a solução para vencermos o atraso secular a que nos conduziram as classes dominantes, se em vez do recurso à retórica e às campanhas propagandísticas sobre a CEE, fossem ao concreto, seriam obrigadas a apresentar ao nosso povo um quadro de perspectivas e balanços bem diferentes.

Os fluxos financeiros vindos da CEE são importantes e nós só nos batemos contra a sua insuficiência. Mas, a forma como se malbaratam os dinheiros da CEE, alimentando clientelismos e corrupção, em operações de amortecimento de tensões sociais e, não menos grave, para se proceder ao desmantelamento de sectores produtivos estratégicos, não resolverão os mais graves problemas da nossa economia e acabarão por nos tornar ainda mais pobres, quando se secar a fonte.

(...) A caracterização que o Partido faz da CEE não é contraditória com a nossa activa intervenção nas suas instituições.

O desenvolvimento progressista e independente do nosso País acabará por tornar necessário que Portugal se liberte das garras dos monopólios da CEE. Entretanto, essa perspectiva não está num horizonte próximo, realidade que deve ser tida em conta na elaboração da nossa estratégia.

Por isso o PCP, quer no Parlamento Europeu, quer na AR, quer em toda a sua actividade, não se limita a inventariar os aspectos negativos. Pelo contrário, procura apresentar propostas e soluções que minorem os efeitos negativos da integração e preparem o mais possível a economia portuguesa para o embate de 1992.

Quem acompanhar a nossa actividade, quem esteve atento a este Encontro, não pode tirar outra conclusão.

As posições de fundo do PCP sobre a CEE não só não impedem uma intervenção activa, como constituem uma garantia segura de que ela é verdadeira, real e efectiva, como aliás a prática o demonstra.

De facto, o PCP não precisa de enfeitar a CEE seja com que penas for. Não tem nada a esconder ou a ocultar e, por isso, encontra-se numa posição única para defender os interesses nacionais.

As propostas, as soluções e as preocupações que aqui nos trouxeram os trabalhadores e quadros da Quimigal, da Siderurgia, da indústria automóvel, do sector dos transportes, dos têxteis, dos vários sectores da indústria ligeira, da agricultura, das pescas, dos serviços, da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico, todas se norteiam por um único critério: a defesa dos interesses do desenvolvimento da nossa economia, a defesa da independência nacional. ■

Situação actual na CEE

■ ***Barros Moura***

(...) A «estratégia cooperativa» não está a ser cumprida por ninguém. Pelos Estados membros que não coordenam as políticas económicas; pelos Estados membros e pelas instituições da CEE que não promovem as reformas indispensáveis (PAC; redução da despesa agrícola; fundos estruturais, coesão, etc.); pelo patronato que, obviamente, só procura o máximo lucro. Só aos trabalhadores está **imposta** a «cooperação» sob forma da chamada «moderação salarial» e da «flexibilização».

Se estas tendências não forem alteradas — e é nosso dever lutar em unidade com os trabalhadores e as forças democráticas e progressistas pela profunda modificação e inversão das orientações neoliberais dominantes — o mercado interno de 1992 será apenas um instrumento de domínio das transnacionais e dos grandes grupos monopolistas com graves prejuízos para os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores, para muitos pequenos e médios empresários da indústria e do comércio, para os países e regiões em atraso estrutural, etc.

Esta história ficaria incompreensível se metêssemos tudo no mesmo saco: patrões e trabalhadores; sindicatos e associações patronais; partidos de esquerda e da direita; partidos socialistas e partidos comunistas, e assim por diante.

Isso corresponderia a supor, anticientificamente, contra os ensinamentos do marxismo-leninismo, que na CEE desaparecem as contradições de classe e as contradições nacionais.

Não é verdade. Cavaco pode dizê-lo — para tentar desvalorizar a oposição interna à sua política antipatriótica e antipopular. Lucas Pires pode apregoar o suposto consenso europeísta para mistificar a oposição real à política (ultraliberal) dos monopólios. Nós não podemos meter tudo no mesmo saco.

Há (à esquerda, nos sindicatos, etc.) quem conceba o mercado interno com uma oportunidade de crescimento económico, se baseada na prioriedade ao emprego, na coesão económica e social (que supõe a definição do progresso social, a melhoria das condições de vida e de trabalho, da intervenção, negociação e influência dos trabalhadores como condições de crescimento económico, do desenvolvimento). Poderemos dizer que somos alheios a estes valores? Poderemos pôr-nos de fora desta luta?

Respondemos que não. Assim concebido, o mercado único baseado na cooperação entre os Estados poderia ser uma resposta apropriada ao declínio económico. Isto exigiria uma inversão das políticas económicas e sociais ditadas pelos monopólios que estão a ser seguidas, a nível **interno** dos Estados (não esqueçamos isto!) e na CEE. Significaria o abandono das teses neoliberais, o respeito pelos direitos dos trabalhadores, a luta por uma «ordem económica internacional» mais justa, no próprio interior da CEE.

Há também (à esquerda, nos sindicatos, etc.) quem defenda a integração política não como via de submeter os Estados mais fracos e dependentes mas como via de criação de um poder político **democrático** que possa submeter as multinacionais a regras de conduta que salvaguardem a democracia e os direitos dos trabalhadores, bem como os próprios interesses dos países e regiões mais atrasados. A justificação é simples: na situação actual é a «lei da selva»; as multinacionais ditam a sua lei; os órgãos da CEE assemelham-se ao «Conselho de Administração» de uma associação de multinacionais; não são constituídos democraticamente e escapam a qualquer controlo democrático em que possa manifestar-se a voz e os interesses dos trabalhadores. Também isto, a meu ver, está muito ligado aos interesses que protagonizamos. Podemos pôr-nos de fora desta luta?

Respondo que não, mas com uma ressalva importante. Nós não podemos aceitar, como muitos partidos da «esquerda europeia» aceitam, transferências de soberania nacional para um centro de poder supranacional.

São absolutamente indispensáveis medidas de concretização e de controlo do poder político na CEE o que não significa obviamente confiar na «democratização» dos monopólios. Isso passa pela conjugação entre um nível interno e um nível comunitário. (...) ■

PORTUGAL e a CEE hoje

PCP

ENCONTRO DO PCP SOBRE A CEE

18.6.1988 – LISBOA

ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)

Tendências preocupantes e perigos crescentes

■ ***Joaquim Miranda***

(...)

Particularmente preocupante é, entretanto, a tendência para, gradualmente mas com nitidez, se começarem já a definir alguns **traços que poderão marcar a nossa economia no futuro**, caso não se introduzam rápidas e significativas correcções.

Dois aspectos são de destacar:

— A perspectiva duma **economia acentuadamente dependente** e «afunilada» nas suas relações externas; é o que se pode concluir da profunda e rápida degradação da balança comercial, relativamente aos restantes países da CEE.

Entre 1986 e 1987 o saldo com a CEE, no seu conjunto, passou de – 112,715 milhões de contos para – 284,963 milhões de contos (em 1985 era ainda de apenas – 2,3 milhões de contos) a taxa de cobertura das importações passou de 85% para 76%; e ainda no mesmo período, as importações provenientes da CEE, relativamente ao total das importações, passaram de 58,8% para 63,3%; e, quanto às exportações, a evolução é de 68,0% para 70,9%.

— A perspectiva de uma **economia reforçada nas suas componentes tradicionais**, como evidencia o peso crescente das indústrias de têxteis e calçado.

E se a responsabilidade particularmente deste segundo aspecto poderá não ser atribuível, em toda a sua extensão nem mesmo em larga medida, à adesão de Portugal à CEE, ele sublinha entretanto que não só não existe uma efectiva tendência modernizadora da nossa economia como torna claro que não é a modernização entendida ainda globalmente, a razão fundamental da degradação da balança comercial.

Estes dois factos salientam, por seu lado, a preocupante **inexistência de uma definição**, ao nível nacional — e por responsabilidade exclusiva do Governo — **sequer do papel a ser reclamado pelo país no quadro da divisão internacional do trabalho e em particular no quadro da integração capitalista em curso na Europa Ocidental**.

O Governo não só não define como abandonou a perspectiva de serem definidos internamente as linhas fundamentais de desenvolvimento do país como deixou às próprias Comunidades a definição, na base dos interesses das transnacionais que as determinam, do quadro inevitavelmente secundário a que a economia portuguesa será, assim, remetida.

E a este nível surgem já senão factos consumados, pelo menos tendências preocupantes.

Nomeadamente por duas vias:

A via da «**reestruturação**» de certas indústrias a nível da CEE.

É nesse âmbito que se integram, por exemplo, as «soluções» apontadas para a siderurgia nacional e para a indústria de construção naval.

No caso da primeira apontando-se para um despedimento de 2000 trabalhadores mas não se prevendo sequer a possibilidade de auto-abastecimento do país, em aço; no segundo caso visando-se igualmente a asfixia, sem atender ao tão necessário reapetrechamento das nossas frotas pesqueira e de comércio.

A via da implementação de **medidas** consideradas **necessárias ao mercado interno**.

Apesar de, quanto a esta matéria, se poderem prever prazos transitórios e mesmo algumas derrogações relativamente aos que constam no Tratado de Adesão, tal não significa que, por via da «preparação» para a adopção futura de tais orientações, não se verifiquem já ou se comecem agora a verificar, como na verdade acontece, alterações sensíveis à situação em tais sectores da actividade.

Mas entretanto, **constatam-se já efeitos directos e negativos da adesão** e do desastroso tratado que lhe deu forma.

E o primeiro é o da clara limitação à definição e concretização por nós próprios e na base das nossas potencialidades, capacidades e recursos, do desenvolvimento de que o país é carente e que está ao nosso alcance. **Cada vez mais as orientações fundamentais são definidas a partir de Bruxelas**, sem atender aos interesses do país.

Situações pela qual o Governo é grande responsável.

Em segundo lugar sobressai, como já se referiu, o da **degradação da balança comercial** e a **concentração acentuada do nosso comércio externo no espaço da CEE**.

Por outro lado e ao **nível sectorial, fazem-se também já sentir efeitos da adesão**. Eles são particularmente sensíveis na agricultura e nas pescas.

Na primeira com o desmantelamento de empresas públicas (EPAC) e de organismos de coordenação económica; pela profunda aceleração da importação de produtos agro-alimentares, nomeadamente dos que geralmente têm sido apresentados como «produções alternativas» para Portugal (caso dos horticolas); pela introdução de limitações à produção agrícola, e nomeadamente pelo incentivo à diminuição da área agrícola e pelo profundo incremento na área florestal; pela contenção dos preços ao agricultor e dos respectivos rendimentos, como via para a harmonização dos preços.

Ao nível das pescas, particularmente pela perda de direitos em águas exteriores à Comunidade a que tradicionalmente tínhamos acesso; pelo acesso de outros países à nossa ZEE; mas também pela discriminação da indústria conserveira nacional.

Na indústria salientamos as questões relacionadas com os têxteis — nomeadamente pelo seu peso na indústria transformadora nacional; para além das anteriormente referidas (siderurgia, construção naval, conservas de peixe).

As constantes pressões norte-americanas, no contexto da «guerra» CEE/EUA, relativamente às importações de têxteis e calçado e os acordos bilaterais do tipo AMF estabelecidos entre a Comunidade e países mediterrânicos e nomeadamente com a Turquia estes pela concorrência que determinam relativamente aos nossos têxteis, mesmo em prejuízo da «preferência comunitária» são aspectos que assumem já foros de indiscutível relevância.

Igualmente significativos são alguns factos já bem conhecidos como o da forte alienação de terras de exploração agrícola a estrangeiros, particularmente no sul do país, ou a outro nível, a liberalização do mercado, em certos sub-sectores, como é o do comércio de combustíveis, em claro prejuízo da Petrogal.

A experiência deste período de adesão permite-nos retirar algumas conclusões, salientamos as seguintes:

Em primeiro lugar a confirmação do que é particularmente inadequado para o país o quadro em que se desenvolveu o processo de integração.

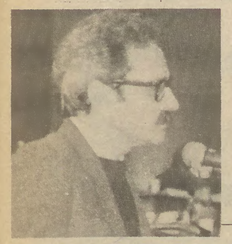
Muitas das condições e prazos do Tratado de Adesão, já insatisfatórias à partida, tornaram-se, com o Acto Único, perfeitamente incomportáveis; a alteração desses aspectos mais gravosos do Tratado continua a constituir, assim, uma necessidade inadiável.

Em segundo lugar, a constatação que é da maior importância que se captem para o país todos os recursos possíveis. Mas também que tanto ou mais importante que isso é a sua correcta aplicação, na base de orientações definidas internamente e sem perder de vista evidentemente, a integração em curso e a necessidade de reduzir o respectivo impacto.

Em terceiro lugar e nomeadamente como forma de atender ao que atrás se referiu resulta particularmente claro que não só não é indiferente como é de fundamental importância para a salvaguarda dos interesses do país e nomeadamente para o seu desenvolvimento efectivo, a natureza do governo e a sua acção nas instituições comunitárias e internamente.

A nossa acção deve por isso ter em conta tais conclusões e a necessidade de lhe dar corpo. ■

Cooperação política europeia e política externa



■ ***Albano Nunes***

Para os comunistas portugueses a defesa da independência e soberania nacional é uma questão de princípio. Opondo-se firmemente a tudo quanto vise limitar a livre expressão da vontade do povo português, combatemos os propósitos inscritos no «Acto Único» de, no quadro da «Cooperação Política Europeia», esbulhar progressivamente o Estado português da sua soberania em matéria de política externa e relacionamento internacional, conferindo às instâncias da CEE poderes cada vez mais acentuadamente supranacionais nesta matéria.

Está claro que nunca defendemos para Portugal um desenvolvimento autárcico, aliás absolutamente impossível nos dias de hoje.

Pelo contrário. Defendemos o mais amplo e diversificado relacionamento internacional na base dos princípios internacionalmente consagrados de igualdade de direitos, de não ingerência nos assuntos internos, de reciprocidade de vantagens.

Ora é isto justamente o que a integração de Portugal na CEE e a acentuação do seu carácter supranacional vem frontalmente cercear, não só conduzindo a um ainda maior afunilamento das relações externas portuguesas, como introduzindo limitações e autênticos vetos ao relacionamento directo de Portugal com outros países. (...)

Somos entretanto da opinião de que, mesmo na CEE e no próprio quadro da «Cooperação Política Europeia», um governo democrático e patriótico encontra sempre espaço suficiente para a defesa da independência e soberania nacional e a realização de uma política externa basicamente independente.

Não é o que sucede com o Governo actual. Se a integração de Portugal na CEE constitui por si só um gravíssimo atentado à independência e soberania nacional, a política do Governo PSD, de completo abandono nacional e de subserviência em relação ao estrangeiro, agrava extraordinariamente a situação. (...)

É aliás necessário desmistificar a confusão (e mesmo a identificação) deliberadamente alimentada entre a tendência objectiva para a internacionalização crescente da vida económica (acelerada pelo impetuoso desenvolvimento das forças produtivas decorrente da revolução científico-técnica) com os processos de integração capitalista subordinados aos interesses espoliadores dos monopólios e concretizada na criação de blocos económico-políticos competindo e rivalizando entre si, mas coincidindo e coordenando esforços no combate às forças do progresso social dentro e fora do seu próprio «espaço».

Só uma tão absurda identificação pode conduzir à ideia ainda mais absurda de que a CEE, e com ela o esvaziamento da soberania dos Estados membros, não só seria inevitável como teria um «carácter progressista». A criação do mercado único, a instituição da «Cooperação Política Europeia», a militarização crescente da CEE (a pretexto da cooperação nos aspectos políticos da segurança), a União Política Europeia, não seriam assim instrumentos de um poder económico capitalista (de base essencialmente europeia?) que é necessário combater — e nós comunistas combatemos — mas factores de progresso e libertação que importaria apoiar e promover. Esta é, nas suas linhas fundamentais, a tese que a social-democracia procura vender ao movimento operário com o objectivo de prolongar o domínio do grande capital.

(...)

É evidente que os mecanismos da «Cooperação Política Europeia» constituem um novo e importante elemento de limitação da soberania nacional de Portugal em matéria de política externa.

Seria porém um sério erro político culpar disso apenas a própria CEE já que, repete-se, é o Governo português reaccionário que voluntariamente e por vontade própria, alienа a soberania e autonomia de decisão de Portugal. Poderia até bater-se para que fossem adoptadas num caso ou noutro posições que fortalecessem internacionalmente a posição portuguesa, como no caso de Timor-Leste. Não conhecemos que o faça. Em contrapartida utiliza o pretexto da «cooperação política» (como o fez já em relação ao Médio Oriente e outros casos) para se eximir à responsabilidade e mesmo justificar silêncios cúmplices e posições reaccionárias contrárias à própria Constituição. De resto os efectivos constrangimentos que a «cooperação política» tendem a tecer, nunca impediram o Governo português de se definir e actuar como o mais pró-norte-americano e «atlantista» de todos os parceiros da CEE, realidade bem patente nas questões do desarmamento, da África Austral, das relações com a URSS e os países socialistas e muitos outros.

É esta política que firmemente denunciamos e combatemos. Não se colocando no imediato a saída de Portugal da CEE, a única posição compatível com os interesses de Portugal e dos portugueses é a de agir e lutar no seu seio para limitar as consequências negativas da integração em matéria de relacionamento internacional e defender uma clara política de paz, amizade e cooperação com todos os povos. ■

Balanço da Integração da Agricultura Portuguesa

■ ***Rogério Brito***

(...) Não vamos fornecer receitas, pontos de vista fechados, ideias cristalizadas. O nosso objectivo é continuar a aprofundar a análise e o debate, abrir o diálogo ao movimento popular, a todas as forças progressistas, a todos os democratas e patriotas de modo a encontrarmos as soluções — e as pontes de acção — que ultrapassem os graves problemas e obstáculos que a economia portuguesa tem pela frente.

(...) Uma política de **mobilização dos nossos recursos e de desenvolvimento nacional face ao «Mercado Único»** é cada vez mais urgente e necessária.

Pela nossa parte apresentamos algumas direcções de acção que pensamos se impõem (e merecem reflexão) no quadro da integração.

São propostas que têm por objectivo dar resposta no domínio da economia para o embate do «Mercado Interno». Apontamos as seguintes:

1 — A **renegociação ou a readaptação de cláusulas dos Tratados** no sentido da eliminação das restrições às exportações de produtos nacionais (têxteis, conservas de peixe, ...), da obtenção do alargamento de prazos de transição, derrogações e de preferências comunitárias para produtos nacionais: têxteis, conservas, volfrâmio; bem como o reconhecimento do maior número de especificidades para actividades do País.

2 — A exigência de **alterações aos regulamentos dos Fundos (...)**

3 — A criação de normas técnicas que durante o período de transição defendam a produção nacional e a **limitação do direito de estabelecimento** — como aliás fazem outros países da CEE — nomeadamente em relação ao solo arável.

4 — A procura de soluções, num quadro negocial, dirigidas à realidade do **sector dos transportes** (prazos reais dilatados para o desmantelamento de reservas) e a adopção de políticas nacionais específicas de apoios ao desenvolvimento dos operadores nacionais (esquema de apoio paralelos) tal como existem noutros países comunitários.

5 — A elaboração de um programa de desenvolvimento e de modernização dos transportes **aéreos** e **marítimos**, tendo em vista uma efectiva intervenção face à liberalização do mercado de transportes; este programa deverá ter em conta os fluxos de passageiros e as relações económicas e comerciais do nosso País no plano internacional e procurar associações e acordos em regime de reciprocidade com outras empresas.

6 — **A importância do sector das telecomunicações exige a sua defesa e desenvolvimento**.

7 — A garantia de que a implantação de empresas estrangeiras em Portugal deverá ter como pressuposto a **efectiva difusão da sua tecnologia**. Não somos contra o investimento estrangeiro, o que pensamos é que este deve estar submetido aos requisitos do nosso próprio desenvolvimento.

8 — A exigência de novos apoios financeiros, sem limitações de produção, para **indústrias em crise** (naval, siderurgia, ...) e não apenas para regiões em declínio. No nosso caso não chegam planos integrados para as regiões em declínio. São necessárias medidas e tratamentos especiais para certas indústrias em crise, cujo atrofiamento ou desaparecimento representaria para o País uma grave regressão económica e social.

9 — A imperiosidade do crescimento económico estar sempre ligado ao **melhoramento das condições materiais e culturais do nosso povo**, que não só não constitui obstáculo, como é condição do crescimento, recusando os modelos das economias semiperiféricas, com uma especialização apendicular, assente nos baixos salários e na situação geográfica.

10 — A cooperação internacional em **investigação e desenvolvimento** não se pode concretizar de forma anárquica e casuística. Não basta obter fundos, é necessário liderar projectos e colaborar em projectos tendo em conta os interesses nacionais. A escolha dos representantes portugueses nos programas — que não pode ser uma escolha política — é fulcral para salvaguardar os interesses portugueses incluindo os dos próprios investigadores. (...).

11 — **O aproveitamento racional dos nossos recursos** e a promoção e o desenvolvimento de **novas actividades**, a produção de produtos de elevado valor acrescentado nacional e de tecnologia mais complexa, a substituição de produções estrangeiras pela nacional, o adensamento da malha industrial são orientações necessárias para o combate aos défices estruturais e para a concretização de um perfil mais valorizado e competitivo da especialização da nossa economia.

12 — **A diversificação das relações económicas externas inclusivamente através da exploração das possibilidades de realização de acordos e sistemas de compensação**.

13 — A criação de programas ou incentivos à modernização do **comércio e serviços**, nomeadamente em relação ao subsector das Pequenas e Médias Empresas (PME's). (...)

14 — **A obtenção de novos subsídios destinados à modernização da nossa frota pesqueira**, e a apoiar a indústria conserveira, deve ser objecto de negociações que são justificadas inclusive pela utilização da nossa Zona Económica Exclusiva pelas frotas comunitárias sem qualquer compensação.

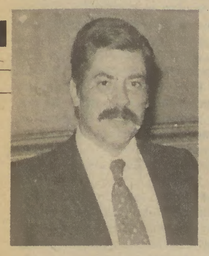
15 — **A definição e concretização de uma política de desenvolvimento da agricultura portuguesa**, tendo como eixo não a redução mas o aumento da produção agrícola, a diminuição do nosso défice agro-alimentar e a melhoria de vida nos campos.

16 — A concertação de estratégias com outros países face às negociações permanentes na CEE, nomeadamente **com a Espanha** visando o desenvolvimento das regiões interiores onde se incluem as fronteiras, sublinhando-se a política em relação às infra-estruturas.

17 — A concretização dos Planos Integrados das **Regiões Autónomas**, com uma ampla participação das organizações dos trabalhadores e dos agentes económicos. (...)

18 — A defesa da existência e dinamização de um forte **Sector Empresarial do Estado**, estruturado na base de uma lógica de acumulação e funcionamento adequados aos interesses da modernização e desenvolvimento da economia portuguesa e defesa da independência nacional, de modo a evitar que empresas e sectores estratégicos caiam nas mãos e na lógica de acumulação das transnacionais.

19 — **A recusa à liberalização total do movimento de capitais** que só poderá ser aceite depois de se ter conseguido uma correcção estrutural consolidada do défice da balança de transacções correntes, condição que também deverá preceder qualquer eventual adesão do escudo ao Sistema Monetário Europeu (SME). Em qualquer caso a eventual entrada do escudo para o SME nunca se deverá realizar com a libra, a peseta e o dracma de fora, e a margem de flutuação não poderá ser inferior à estabelecida



para a lira. (...)

20 — A definição de uma **estratégia de mudança da especialização e do sistema produtivo nacional** que potencie com as diversas formações económicas e nomeadamente o SEE, o ajustamento do tecido económico às grandes linhas da dinâmica da economia mundial, tendo em consideração as tecnologias de ponta e a situação dos subsistemas tecnológicos e de formação profissional e a questão do emprego.

21 — A implementação de uma política de **modernização e descentralização da Administração Pública** portuguesa de modo a realizar com pragmatismo uma estratégia de desenvolvimento. A instituição de Regiões Administrativas é não só um elemento essencial de uma verdadeira reforma administrativa democrática e de um sistema de planeamento eficaz e participado como representa também, nas condições da adesão, um contributo importante para o desenvolvimento regional mais equilibrado e a captação de financiamentos do FEDER com maior eficácia. ■

Portugal face à realidade alterada

■ ***Carlos Carvalhas***

Decorridos dois anos e meio de adesão à CEE podem-se apontar como consequências imediatas da mesma para o sector agrícola:

— O agravamento do *déficit* da balança agro-alimentar, em consequência da progressiva abertura do nosso mercado à livre circulação dos produtos agrícolas comunitários.

— A contenção e redução em termos reais e em certos casos mesmo nominais dos preços agrícolas, quer por via dos preços institucionais e da sua conjugação com exigências acrescidas de qualidade (cereais, leite), quer por efeitos da concorrência dos produtos importados em função da progressiva abertura à livre circulação (carnes de ovino e bovino, frutas) a que se estão aliando dificuldades acrescidas de escoamento.

— A penetração e crescente domínio, por parte de oligopólios dominados pelo capital estrangeiro, dos mais importantes ramos do comércio agro-alimentar estratégico, a coberto da denominada «liberalização do mercado» (Lusograin, Contiluso e Interbiz detêm já hoje mais de 70% das importações «liberalizadas»).

— O desmantelamento dos organismos de coordenação económica e a sua substituição por «organismos» de execução da política comunitária de mercado (IROMA e INGA). Ou seja, liquidação de potenciais meios e instrumentos de intervenção e correcção dos desequilíbrios inter-sectoriais e regionais e de apoio à orientação e fomento da produção, no quadro de uma estratégia nacional autónoma, e a sua substituição por estruturas vocacionadas e orientadas fundamentalmente para a aplicação das directivas comunitárias.

— A liquidação nas áreas organizadas do regime de exclusividade da recolha de leite por parte das cooperativas, o que está já criando progressivas áreas marginais, onde a produção e a recolha se tornarão inviáveis a curto prazo.

(...) Por mais inconcebível que se afigure, a verdade é que decorridos que foram cerca de oito anos de negociações e de pré-adesão, mais dois anos e meio de integração, nos encontramos nesta situação inadmissível:

— Não existe nenhuma orientação ou medidas e acções integradas de fomento da produção que contribuam para a redução da nossa dependência externa em bens agro-alimentares estratégicos, para a diversificação e para o aumento das exportações;

— A investigação e a experimentação aplicadas são manifestamente insuficientes e a vulgarização é praticamente inexistente.

— A formação profissional e a extensão rural não respondem minimamente, nem na qualidade, nem na quantidade, às necessidades do sector, sobretudo se tivermos em conta o escasso período de transição que dispomos até nos confrontarmos com a concorrência comunitária em toda a sua dimensão.

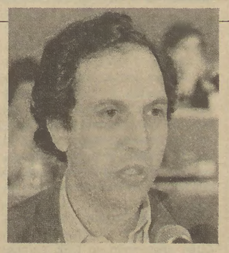
— Não se dispondo nem de uma política agro-alimentar, **nem de um ordenamento agro-florestal definido em bases científicas e económico-sociais, criaram-se as condições propícias para vingarem as pressões das celuloses e da CEE**. Neste contexto, assiste-se à expansão desordenada da floresta industrial, nomeadamente do eucalipto, à invasão da área agrícola e à subalternização da floresta de uso múltiplo. Simultaneamente desprezam-se vastas áreas de incultos, que devem ser florestados e que o não são porque não proporcionam rendimentos directos e de curto prazo.

(...)

No que respeita ao Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP):

— Em lugar de privilegiar programas de investigação, experimentação e vulgarização, de formação e de apoio aos agricultores, de melhoramento das estruturas da produção, o Governo canaliza, logo nos primeiros três anos do período de transição, cerca de 50% dos recursos financeiros do PEDAP para a florestação e mais 30% para programas de construção de caminhos e electrificação. (...)

Em relação ao Regulamento (CEE) 797 — Apoio à modernização das explorações agrícolas, e tendo



em conta o reconhecimento por parte da CEE da especialidade da agricultura portuguesa e a possibilidade da sua articulação com um regime de ajudas nacionais, pelo menos durante o período de transição, poderia e deveria constituir um importante contributo para o desenvolvimento da nossa agricultura.

A possibilidade da adequação do Regulamento 797 a este regime transitório poderia e deveria realmente tê-lo transformado num instrumento para a modernização das explorações agrícolas, para fomentar o associativismo de produção, para reduzir as assimetrias regionais e apoiar os agricultores das zonas mais atrasadas e em desertificação.

A verdade é que a orientação política do Governo tem sido no sentido contrário como se depreende, aliás, dos resultados apurados até ao final de 1987.

Até esta altura, **foram recusados 32% do total dos projectos apresentados ao abrigo do regulamento 797, sendo as percentagens registadas em Trás-os-Montes e na Beira Interior particularmente elevadas, o que reflecte a situação de marginalização e as dificuldades que se colocam às regiões interiores da pequena propriedade e mais atrasadas**.

(...)

No respeitante ao Regulamento (CEE) 355 de apoio à infra-estruturação nas áreas da comercialização e transformação de produtos agrícolas,

— Quando se impunha encurtar os circuitos comerciais, reforçar as infra-estruturas de apoio à produção e a capacidade dos produtores intervirem nos mecanismos de regulação do mercado, de valorização dos produtos e de formação dos preços, **o Governo de Cavaco Silva tem entregue a orientação dos investimentos e do mercado à «lei do mais forte», sem ligar à eficiência económica, à repartição dos rendimentos e aos custos sociais económicos** endossando, sobretudo ao grande comércio e indústria, os mecanismos fundamentais de controlo e captação dos rendimentos.

Os projectos aprovados ao abrigo do Regulamento 355 traduzem uma orientação que desfavorece manifestamente as organizações cooperativas — dos cerca de 7 milhões de contos de subsídios aprovados até Dezembro de 1987, só 30% são atribuídos a cooperativas.

(...)

A persistir esta política, em que se não pode deixar de integrar a aberração que constitui o denominado «pacote agrícola», que premeia o absentismo, repõe formas arcaicas na relação entre senhorios e rendeiros, que põe em causa direitos legítimos dos pequenos agricultores, que visam liquidar definitivamente a Reforma Agrária e reconstituir o regime de propriedade latifundiária sem olhar a custos económicos e sociais, a persistir esta política, diziamos, e com ela o acentuado atraso da nossa agricultura, o sub-aproveitamento, má gestão e delapidação dos nossos recursos naturais, humanos e técnicos, e o baixíssimo grau de auto-abastecimento de produtos agro-alimentares, **é o futuro dos nossos agricultores e da nossa agricultura e a independência nacional que estão comprometidos.**

O prosseguimento desta política traduzir-se-á no agravamento das assimetrias regionais. Acentuar-se-ão os já evidentes desequilíbrios na repartição dos investimentos decorrentes dos fundos comunitários. Crescerá o peso da agricultura de subsistência ou complementaridade. Serão liquidadas milhares de pequenas e médias explorações agrícolas cuja economia assenta na produção para o mercado. Agravar-

➤

-se-á a nossa dependência agro-alimentar.

Avolumar-se-ão rapidamente os factores de pressão para que a nossa área agrícola seja drasticamente reduzida e para que sejamos amarrados no quadro da integração na CEE, ao estatuto de país de economia agro-alimentar marginal vocacionado para a «monocultura» florestal, exceptuando algumas áreas da faixa litoral, a escassa área dos perímetros regados e a manchas diminuídas de vinha e olival. ■

PCP

ENCONTRO DO PCP SOBRE A CEE

18.6.1988 – LISBOA

ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)

O desafio político-ideológico da CEE

■ ***Aboim Inglês***

A enorme e intensa campanha ideológica que a CEE desenvolve, quer a partir dos seus centros institucionais, quer através dos círculos dominantes dentro de cada Estado membro, actua como uma cortina de fumo para ocultar a natureza objectiva das política que promove no interesse das grandes empresas monopolistas e transnacionais, europeias e não só. Não podemos por isso alhear-nos dessa campanha, tanto mais que os órgãos da CEE e as organizações «europeístas» que giram à volta deles preparam o lançamento de novas ofensivas de propaganda, em ligação com as próximas eleições para o Parlamento Europeu e o acelerar do processo de realização do chamado «grande mercado interno» em 1992.

Somos de opinião que o principal desafio político-ideológico que hoje a CEE nos coloca radica na questão da **supranacionalidade** acrescida para que se pretende avançar, usando inclusive a bandeira de uma aparente maior democracia na CEE. O *lobby* dos chamados «federalistas» está particularmente activo no Parlamento Europeu e fora dele, promovendo abaixo-assinados, realizando seminários, conferências e encontros, influenciando a redacção de estudos e relatórios, com vista a dar novo impulso à chamada «construção europeia», quiçá preparando o caminho para novas «fugas para a frente» que criem factos consumados pelo que respeita à criação, que clamam urgente, de uma «**União Europeia**» ou de uns «**Estados Unidos da Europa**».

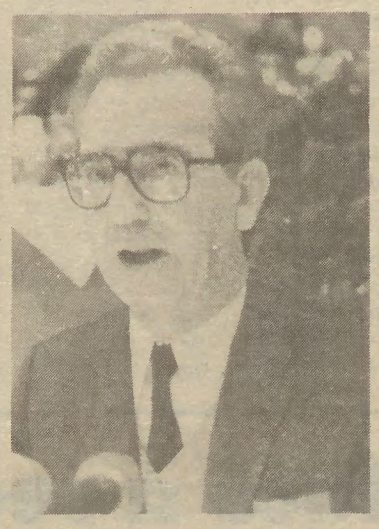
Há diferenças, sem dúvida, na motivação e na concepção dos que defendem a criação, a mais ou menos curto prazo, de uma mais sólida estrutura política supranacional comum para o conjunto dos Estados membros da CEE. Mas não podemos subestimar (mesmo tendo em conta as reticências de alguns Estados e forças políticas várias a este respeito) a grande convergência que se verifica em relação a alguns passos imediatos concretos.

Foi recentemente subscrita por mais de 260 deputados europeus (a maioria, o que lhe confere força decisória) uma declaração reivindicando do Conselho o poder para o Parlamento Europeu redigir um «Tratado de União Europeia» ainda em 1989, para ser adoptado no que chamam «Estados Gerais da Europa», que elegeriam também o Presidente do Conselho Europeu e o Presidente da Comissão. Para tanto insistem em que as próximas eleições, em Junho de 1989, sejam simultaneamente uma espécie de referendo que atribua, para aquele efeito, poderes constituintes ao Parlamento Europeu. Tudo isto em nome de uma maior democracia e eficiência. Na sessão deste mês subiram a discussão e votação no Plenário três relatórios convergentes neste sentido, todos saídos da Comissão dos Assuntos Institucionais (o relatório Toussaint, liberal belga, sobre o chamado «défice democrático da Comunidade Europeia»; o relatório Bru Puron, socialista espanhol, sobre «as modalidades de consulta dos cidadãos europeus relativamente à União Europeia»; e o relatório Catherwood, conservador inglês, sobre «as implicações institucionais do custo da **não-Europa**»)

São outras tantas vertentes da ofensiva ideológica tendente a **forçar novas abdicações da soberania nacional, a favor da constituição de um mais forte poder de Estado supranacional** que, tal como os Estados nacionais, utilizaria a força coerciva para fazer impor as soluções e políticas que interessam à classe dominante, no caso as grandes empresas monopolistas e transnacionais dos Estados mais poderosos — dominando os Estados mais fracos e as empresas mais débeis, provocando nova onda de falências e lançando na ruína milhões de pequenos empresários, acentuando a desigualdade do desenvolvimento regional e nacional e a clivagem social, impondo graus mais elevados de exploração dos trabalhadores, lançando novos milhões de trabalhadores para o exército dos desempregados (que já vai nos 17 milhões) e para a pobreza, em que já hoje vivem mais de 30 milhões de europeus nos países da CEE.

A propósito deste novo ímpeto que as teses da supranacionalidade estão assumindo na CEE parece-nos necessário combater energicamente a **falsa tese mecanicista** (conducente ao capitulacionismo de classe e nacional) **de que se trata de uma consequência superestrutural inevitável** do carácter objectivo, e até progressista, que assume o processo actual de internacionalização da vida económica e, mais decisivamente, da produção. Passa-se hoje uma situação semelhante à dos inícios do século, com o surgir dos monopólios, também eles sem dúvida um processo objectivo e progressista, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas e da socialização da produção, mas que alguns pretenderam assimilar à «racionalização» e transformação «socialista» do capitalismo e até à sua «democratização» por via das «sociedades anónimas» por acções — quando afinal os monopólios aprofundavam mais ainda a exploração capitalista, ampliavam as relações de dependência colonial, agudizavam a congénita anarquia da produção capitalista, desencadeavam crises cíclicas ainda mais destruidoras, tendiam a limitar ainda mais a democracia. Também hoje a passagem do capitalismo monopolista de Estado a uma esfera superior, a da supranacionalidade, não altera a natureza do capitalismo, antes aprofunda e amplia a sua exploração de classe e nacional, acumula contradições ainda mais agudas, socava a democracia colocando os centros reais de decisão ainda mais longe das massas.

Convém aliás ter em conta que, por um lado, sendo a internacionalização da produção sem dúvida um fenómeno objectivo universal e de carácter progressista, **há que distinguir esse processo objectivo**



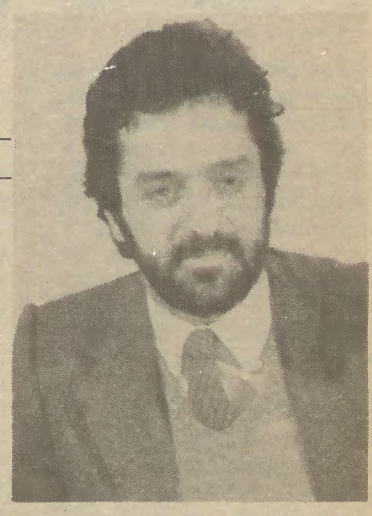
das formas concretas que ele assume em condições socioeconómicas diferentes (opostas), no quadro de tal ou tal tipo de relações de produção (capitalista ou socialista), na base de leis económicas e mecanismos próprios a diferentes formações económico-sociais. E por outro lado, há que verificar que, mesmo no mundo capitalista, o tipo concreto, muito desenvolvido, de regulação supra-estatal que é o da CEE, não é nem a único, nem será o mais desejável.

A propósito, tem interesse referir os dados coligidos pelo investigador soviético Yuri Chischkov, no seu livro **CEE: Ambições e Realidades** (tradução francesa, APN, 1987, pp 18-20).

Utilizando os coeficientes de medida da concentração dos laços económicos elaborados pelos economistas americanos Savage e Deutsch, aplicados a diversas zonas do mundo capitalista desenvolvido, mostra que «na época de elaboração e conclusão do Tratado de Roma, a intensidade dos laços económicos exteriores da zona da CE era, apenas, um pouco mais forte que na Europa Ocidental no seu conjunto (...). Mas não ultrapassava o grau de intensidade desses laços na região da América do Norte— EUA-Canadá — e era muito inferior à dos grupos dos países da Europa setentrional». E mesmo já posteriormente, em 1972, sendo o índice de concentração para a CEE dos 6 Estados iniciais de 1,76, ele era de 1,91 para a AECL, 1,88 para a região dos Estados Unidos-Canadá, e 4,49 para os 4 países escandinavos. Por isso Chischkov observa: «Se nos baseássemos apenas no facto económico, os Estados Unidos e o Canadá e, por maioria de razão, os 4 países setentrionais da Europa Ocidental deveriam ter-se antecipado muito ao grupo inicial da CE na fusão dos seus Estados nacionais numa espécie de Estado supranacional. Mas todos sabem que não se passou nada disso. À evidência, o objectivo ambicioso dos organizadores da CE não era de inspiração económica, se bem que fosse totalmente inconcebível sem uma base económica sólida». De facto, são bem conhecidas as **razões políticas de classe** que foram a mola real da chamada «construção europeia». (...) ■

As eleições para o Parlamento Europeu

■ ***Luís Sá***



Estamos a um ano das eleições para o Parlamento Europeu. Não é cedo para iniciar a preparação das eleições. De algum modo, este Encontro é uma contribuição para esse objectivo.

Às eleições, a receptividade das campanhas e pré-campanhas eleitorais não podem ser desligadas do trabalho anterior e constante, das batalhas de massas e junto da opinião pública que se travam ao longo dos anos. Está na hora, porém, de iniciar o trabalho especificamente eleitoral com vistas às chamadas eleições europeias de Junho de 1989.

São eleições que se destinam a eleger deputados do Parlamento Europeu. Mas é evidente que terão reflexos na situação política interna que poderão ser importantes. Por outro lado, o PCP e a CDU estão interessados em obter resultados eleitorais que assegurem a eleição de deputados portugueses competentes e combativos em defesa dos interesses nacionais, apegados ao tratamento de problemas concretos e não a grandes tiradas sobre a «construção» e a «união europeia», que nas actuais condições só pdoeriam conduzir ao fortalecimento do poder do capital e a maiores limitações da soberania dos Estados.

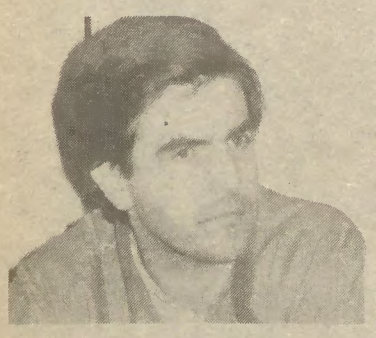
Esta eleição é tanto mais necessária quanto os portugueses que participam nas instituição da CEE – do PSD, do CDS e do PS – e o Governo português preferem multiplicar elogios e palavras ocas sobre a CEE em vez de se empenharem a fundo, em limitar os prejuízos da integração e conseguir contrapartidas para Portugal e para os trabalhadores, agricultores, jovens e pequenos e médios empresários.

As eleições de 1989 não são um referendo a favor ou contra a adesão à CEE. Esta é uma decisão que está tomada. As posições do PCP sobre esta matéria são conhecidas. Não temos que alterá-las. Não temos que mudar a caracterização da CEE como união monopolista de Estado nem o seu papel no processo de restauração monopolista em Portugal e numa especialização produtiva do nosso país que não serve os interesses nacionais nem corresponde às nossas aptidões produtivas.

Mas hoje, após a integração, a nossa política não é a do «quanto pior, melhor». A nossa intervenção no Parlamento Europeu e a nossa intervenção nas eleições de 1989 não se dirige apenas aos descontentes e às vítimas da integração. Esses continuarão a poder, como é evidente, contar com a nossa solidariedade e apoio. Mas somos e seremos também, e sobretudo, a voz dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, dos jovens, das autarquias, de todos os que esperam fundos, apoios, políticas que os favoreçam e rejeitam o arbítrio, o compadrio, o desperdício e até a corrupção na sua distribuição. Actuamos e actuaremos para que encontrem efectivamente soluções para os seus problemas e não para que se desiludam. Sem retirar uma linha à caracterização de classe da CEE, sabemos também que a luta de classes atravessa as instituições comunitárias, que nelas também se faz ouvir a fome de justiça, de desenvolvimento regional equilibrado, de uma efectiva coesão económica e social. Sabemos que o poder político nacional de direita tem peso e agrava as consequências da adesão e que por isso mesmo é mais importante ainda que se oiçam vozes firmes em defesa dos interesses nacionais. Não semeamos ilusões. Sabemos que na CEE são muitos e poderosos os meios para realizar os interesses do grande capital transnacional e quase insignificantes os meios para aproximar as políticas sociais, caminhando para a igualdade no progresso ou para realizar uma efectiva aproximação do desenvolvimento das diversas regiões. Sabemos também que as regiões e os sectores mais atrasados das economias da CEE serão os mais duramente afactados pela integração económica capitalista mais completa. Sobre tudo isto temos muito a denunciar e a esclarecer. Mas que se desiludam os nossos adversários. O nosso combate desde já e nas eleições não será só de denúncia e mobilização do descontentamento. Multiplicaremos as intervenções e as propostas concretas e levá-las-emos à opinião pública e às massas apesar da barreira de silêncio que pretendem criar acerca delas. As posições de fundo do PCP sobre a CEE não só não impedem uma intervenção construtiva como constituem a melhor garantia de que será efectiva. É exactamente porque não precisa de apresentar a CEE como o paraíso de onde só pode sair leite e mel que o PCP está em condições de lutar e de lutar muito pelos interesses dos trabalhadores e de Portugal. A acção dos nossos deputados mostra aliás, desde já, que o PCP é uma voz activa, interveniente e respeitada no Parlamento Europeu.

Não será facil, porém, fazer chegar a nossa mensagem e as nossas propostas à opinião pública. Há uma barreira de calúnias e de desinformação. Mas podemos melhorar a intervenção na comunicação social, tendo em conta a importância especial das rádios locais e da imprensa regional. Podemos também melhorar o contacto directo com as massas e multiplicar iniciativas. Temos que multiplicar contactos com organizações de trabalhadores, populares e sociais. Temos que criar condições para que a sua voz e os seus problemas cheguem desde já ao Parlamento Europeu e para que constem dos nossos programas e propostas eleitorais.

Estas não são tarefas que possam caber apenas aos deputados comunistas nem sequer apenas aos futuros candidatos, que serão só 24 efectivos. Têm que caber às organizações do Partido em geral e às diversas frentes de trabalho. É todo o Partido que se tem que empenhar na batalha das eleições para o Parlamento Europeu. (...) ■



PORTUGAL e a CEE hoje

PCP

ENCONTRO DO PCP SOBRE A CEE

18.6.1988 – LISBOA

ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)

Sector Empresarial do Estado

■ **J. Pina Moura**

Se há áreas da vida nacional em que a integração de Portugal na CEE foi e é usada como «arma de arremesso» contra o património democrático e progressista do 25 de Abril, o Sector Empresarial do Estado é, sem dúvida, uma delas. (...)

Depois das eleições de 19 de Julho e, mais acentuadamente ainda, depois da Cimeira de Bruxelas, em Fevereiro passado, a intensidade e extensão destas e doutras mistificações, longe de ser atenuada, acentuou-se. Às imposições ou pseudo-imposições da CEE em relação ao Sector Empresarial do Estado junta-se agora a tecla do chamado desafio do Grande Mercado Único europeu, como mais uma pretexto para aumentar a «pressão» para a inevitabilidade da demolição e reprivatização do Sector Empresarial do Estado.

Parece, pois, ser tempo de o nosso Partido encarar de frente, também neste terreno, o combate ao desmantelamento do SEE e à campanha de intoxicação ideológica que o acompanha.

Ou, dito doutra forma, é indispensável responder com clareza e fundamentação à seguinte questão: são as perspectivas de desenvolvimento e modernização da economia portuguesa — mesmo num quadro de integração e interdependência económica como o que a CEE define — incompatíveis e inconciliáveis com a coexistência de formações económicas diversas, nomeadamente com a coexistência entre um Sector Empresarial do Estado e um sector privado capitalista cujo peso económico se tem acentuado nos últimos anos?

A nossa resposta é claramente que não. E mais, nas condições estruturais da economia portuguesa e da sua inserção na divisão internacional do trabalho, na perspectiva de aceleração dos fenómenos de integração e interdependência económica que se desenham com a criação do Mercado Único em 1992, **a existência de uma forte formação económica de propriedade social** — coexistindo com um sector privado — é não só conciliável como indispensável a um projecto de desenvolvimento económico que aposte na mutação das estruturas produtivas do País, visando superar o perfil de especialização frágil e de acentuada dependência externa que actualmente caracteriza a economia portuguesa e hipoteca a independência nacional (...)

Na verdade, a alienação à crueldade social das chamadas «forças do mercado» dum património tão valioso como o das Empresas Públicas mais lucrativas que só será financeiramente «absorvível» com a participação maciça de capitais estrangeiros, arrastará, do ponto de vista da independência e soberania nacionais, um efeito duplamente perverso.

Por um lado são algumas das melhores, mais lucrativas e modernas empresas portuguesas a serem «tomadas» de assalto por capitais transnacionais.

Por outro lado é o Estado Português a perder, por iniciativa própria, o principal «trunfo» económico de salvaguarda da soberania e da capacidade de decisão nacionais sobre a política económica e isto numa altura em que seria mais necessário que nunca (até por causa do processo do Mercado Único) mantê-lo e reforçá-lo.

Para terminar, uma ideia síntese que decorre das conclusões do Encontro do PCP sobre o Sector Empresarial do Estado recentemente realizado.

Defender, reestruturar e dinamizar o Sector Empresarial do Estado condensa simultaneamente, um **projecto de desenvolvimento e modernização económica** do País, **uma aposta na melhoria das condições de vida** dos portugueses, **uma garantia de salvaguarda da independência nacional** num tempo histórico em que o natural e o desejável acentuar das interdependências não pode querer significar nem o abastardamento da soberania nem a hipoteca da independência nacional. ■

Os «dez desmandamentos» do cavaquismo na gestão da integração europeia

■ **Carlos Brito**

(...) O Governo PSD/Cavaco Silva tem desenvolvido uma política desastrosa para o país em áreas particularmente importantes e sensíveis num conjunto de actuações que podemos caracterizar, como «os dez desmandamentos» do cavaquismo na gestão da integração europeia.

O primeiro, refere-se **à concepção do processo da integração como uma coutada do Governo e do PSD**. De acordo com esta atitude o Governo afasta do processo ilegal e inconstitucionalmente, as forças políticas da oposição e até as instituições de que não detém o controlo absoluto. Desrespeita a lei que confere à Assembleia da República competência para participar na definição das políticas comunitárias (que aliás num primeiro impulso após as eleições tentou revogar, recuando depois), não cumpre o Estatuto da Oposição, paralisa a Comissão de Assuntos Europeus existentes na Assembleia da República, negoceia em Bruxelas sem dar ao Parlamento qualquer informação do que se vai passar, criando uma situação em que, a oposição, as forças sociais, os agentes económicos e o país só são informados depois das decisões já estarem consumadas. Por esta forma o Governo procura monopolizar os benefícios polícos e partidários decorrentes do controlo exclusivo do processo de integração e da manipulação dos fundos comunitários a favor das suas clientelas e dos interesses por si apadrinhados. Mas a consequência desta atitude é o grave enfraquecimento do poder negocial do país e a prática impossibilidade da mobilização da opinião pública nacional em apoio de grandes objectivos a atingir dentro da CEE.

Um segundo desmando do Governo refere-se ao **irresponsável tratamento do processo de integração como matéria de propaganda**. Esta atitude está em íntima ligação com a anterior. O Governo sobrepõe os interesses de classe do grande capital aos interesses nacionais, mas não se limita a isso, sobrepõe também os interesses propagandísticos do PSD aos interesses do país. Ao apresentar como vitórias suas aquilo que decorre do aprofundamento do próprio processo de supranacionalidade, como aconteceu após a cimeira de Bruxelas, o Governo desarma a opinião pública nacional para as pesadissímas consequências que decorrerão para o nosso país em resultado dessa cimeira e especialmente com a realização do mercardo interno. Ao propagandear freneticamente os 100 milhões de ECU da linha do PEDIP, o Governo esconde aos portugueses a enorme desvantagem em que se encontra o nosso país relativamente aos outros países mais pobres da comunidade — a Irlanda e a Grécia — no respeitante às transferências financeiras da CEE. (...)

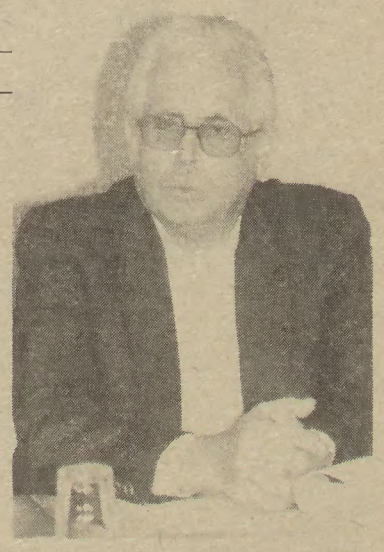
Um terceiro aspecto característico da actuação governamental refere-se **ao desbaratamento de verbas e fundos e a sua utilização clientelista**. A este propósito salienta-se a escandalosa delapidação fraude e utilização irregular de milhões de contos do Fundo Social Europeu desviados das suas funções para os bolsos de apaniguados e compadres do Governo, canalizados para fins diferentes ou destinatários diferentes dos que foram inicialmente aprovados, utilizados mesmo nas suas aplicações mais positivas em pseudo-programas de formação que só servem para criar ilusões aos jovens que os frequentam uma vez que raramente conseguem ocupação com esses cursos. Entretanto continuam sem funcionar os previstos novos centros de formação. Muito justamente tem sido denunciada a incapacidade do Governo para conceber a inclusão no financiamento dos fundos comunitários de actividades do sistema educativo a braços com uma enorme escassez de recuros. Em relação ao FEDER não negando algumas aplicações positivas no plano autárquico é mais que evidente o escasso aproveitamento das suas potencialidades e as condições de compadrio e descriminação que continua a envolver a sua atribuição. Quanto ao FEOGA pode dizer-se que dele ainda não se encontra rasto na agricultura portuguesa. Quanto ao PEDAP basta lembrar a vergonhosa situação verificada em 1986, de terem ficado por aproveitar os 20 milhões de ECU orçamentados o que não serviu de lição pois continuam em atraso os programas relativos à extensão rural, a formação e a outros aspectos relevantes para a sua aplicação. (...)

Um quarto aspecto característico da gestão governamental de integração é **a submissão e a docilidade com que o Governo aceita os mais graves e afrontosos atentados à soberania e interesse nacionais.** A manifestação mais grave desta atitude é a posição do Governo português em relação ao Acto Único, que agravou súbida e drasticamente as condições de integração e a sua acomodação ao papel que nos reservam as multinacionais e os estrategas da comunidade na divisão de trabalho da CEE, como o país do eucalipto e das esplanadas. As esta atitude manifesta-se também de maneira exuberante na gestão corrente. (...)

Um quinto desmandamento da gestão cavaquista da integração traduz-se na **concepção de ser mais papista que o Papa, isto é, a antecipação de medidas de integração antes dos prazos fixados e com séria perturbação das respectivas áreas**. Esta atitude inicia-se com a antecipação aventureira, impreparada e inconsiderada da entrada em vigor do IVA que além das crispações provocadas na vida do país e da sobrecarga fiscal que representou para os portugueses só por acaso não teve sérias consequências no domínio das transferências financeiras com a CEE. O Governo cavaquista prossegue essa mesma política ao promover a aproximação de preços internos agrícolas (leite e cereais, designadamente) dos preços da CEE mais rapidamente do que o exigido pelo Tratado de Adesão e com grave sacrífio para os agricultores portugueses. O proclamado propósito do Ministro das Finanças de aceitar a antecipação da liberalização da circulação de capitais pode ser muito favorável a sectores da intimidade do Senhor Ministro, mas é, sem dúvida, fortemente contrária aos intersses da economia nacional.

Um sexto traço característico da actuação do Governo no processo de integração é a de que **o Governo faz o que não deve, mas não faz o que deve. (...)**

Ao contrário do que fizeram os outros países da CEE, o Governo PSD/Cavaco Silva não tomou até agora qualquer medida com vista a regulamentar o direito de estabelecimento e não revela qualquer intenção de o fazer. Apesar do verdadeiro assalto à compra de propriedades agrícolas por estrangeiros verificada no sul do país, o Governo não tomou e tudo indica não tenciona tomar qualquer iniciativa com vista a condicionar o acesso à propriedade da terra por estrangeiros como acontece noutros países da CEE. Pelo contrário, os deputados do Governo têm bloqueado na Assembleia da República o processo de discussão de um projecto de lei do PCP dedicado a esta importante matéria. O Governo também não se preocupou



até hoje em definir normas técnicas, como faz por exemplo a Espanha, para a defesa e valorização da produção nacional. (...)

Um sétimo aspecto da actuação do Governo traduz-se precisamente, no sério agravamento de dependência externa do país e a inquietante evolução da balança comercial. Este aspecto está abordado com profundidade no documento base e já o foi noutras intervenções.Um só comentário: se a situação é esta numa altura em que ainda dispomos de elevados níveis de protecção pautal, onde iremos parar quando esta desaparecer?

Passamos assim ao oitavo aspecto que se prende com a brutal **ofensiva do Governo para a destruição do Sector Empresarial do Estado.** O agravamento da dependência externa e as enormes ameaças que se perfilam com o aproximar da realização do mercado interno recomendam, não a liquidação, o enfraquecimento ou a desestabilização do Sector Empresarial do Estado como pretende fazer o Governo através do seu plano de privativações, mas precisamnte o contrário. Uma política determinada pelo interesse nacional só pode nas circunstâncias presentes promover a defesa e a existência de um forte Sector Empresarial do Estado como barreira a avanço de imposições e dominações externas e base para um desenvolvimento autónono do país.

É também claramente atentatório não só dos interesses dos trabalhadores mas também dos interesses do país no quadro da integração um nono aspecto da actuação governamental que **procura utilizar a CEE como um pretexto para a redução dos direitos e garantias dos trabalhadores especialmente no que respeita ao emprego**. (...)

Finalmente um décimo desmandamento da actuação governamental no quadro da integração é o que se traduz **no retardamento do processo da regionalização.**

Com esta atitude o Governo PSD/Cavaco Silva visa manter sob o seu controlo exclusivo a gestão dos fundos comunitários, especialmente do FEDER, e através dele assegurar-se de meios poderosos de intervenção e de ingerência directa ou indirecta através das CCR's nas autarquias locais. A actuação governamental neste domínio torna-se assim responsável pela travagem de uma reforma capaz de produzir os mais benéficos resultados no domínio da descentralização da administração e especialmente na área do desenvolvimento regional. ■

Pontos Cardeais

Ministro negro

O presidente do regime racista sul-africano, Pieter Botha, anunciou no parlamento que «a partir de Agosto o governo de Pretória poderá contar com o seu primeiro ministro de raça negra».
O Botha esqueceu-se de acrescentar que, em contrapartida, tal hipotético ministro de raça negra não poderá, obviamente, contar com o governo de Pretória. É que um governo racista de brancos ter um ministro negro não é, propriamente, a mesma coisa que um ministro negro ter um governo racista branco...

Um jardim de risos

Tinha de ser. Numa sala como a do Coliseu, num congresso como o do PSD, tinha de haver algum circo. Desde os aplausos frenéticos a Leonor Beleza, desde os auto-elogios de Cavaco, foi um fartote. Nem faltou o já tradicional «show» de Alberto João Jardim para alegrar. De resto, sem tais aperitivos, o Congresso monolítico, monocolor e monocavaquista do PSD corria o risco de se transformar numa maçada.
A propósito de riso, o próprio Jardim fez questão de dizer algumas piadas:
«Se há gente sem humor em Portugal são aqueles desengraçados da esquerda, sempre tristes.»
Esta frase era espantosamente uma crítica à censura feita ao programa de Herman José.
De facto, os da esquerda têm razão para andarem tristes. Mas têm também uma sabedoria própria destas coisas. Sabem, por exemplo, que quem ri por último ri melhor.

Mais humor

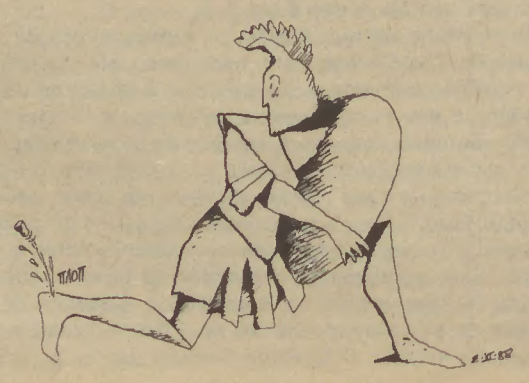
O riso, decididamente, do lado do PSD, não pára. E Cavaco Silva é mestre em humor... negro. Então não é que há dias, perante uma data de governantes de países europeus — só ministros eram dezanove! — o Primeiro-Ministro português afirmou que o seu executivo «tem procurado tornar efectivo o acesso dos cidadãos à Justiça»? Então não é que ele disse que o seu Governo tem procurado «assegurar a protecção dos mais desfavorecidos»?
É claro que os ministros estrangeiros não riram. Não eram nem cidadãos portugueses nem sequer eram «os mais desfavorecidos».
É claro que os cidadãos portugueses e entre estes «os mais desfavorecidos» nem sequer terão sabido de tais incongruências. Se soubessem não podiam deixar de rir. Mesmo que as gargalhadas doessem.

Corre «correio», corre...

O sensacional matutino do senhor «VD», que dá pelo nome de «Correio da Manhã», não pára. Adquiriu mesmo velocidade nestes últimos dias, decerto empurrado pelo sopro que veio do Coliseu dos Recreios. Os seus gordos títulos dos últimos dias dão mesmo a ideia de que uma grande vertigem tomou a primeira página daquele pasquim que, no domingo, anunciava o espectáculo: «Beleza e Jardim animam Coliseu».
Na segunda-feira, assegurava que «Cavaco não vai parar», e explicava que «É ele próprio quem o diz enquanto remodela o partido».
Na terça afirmava que «Vamos "rodar" mais na CEE».
Ontem brincava já aos santos populares e anunciava, a despropósito da marcha em defesa da Reforma Agrária, que a «CGTP vai na "marcha"».
De arquinho e balão, o «Correio» corre, roda, baila e não pára. Mas as festas têm sempre um fim. Como disse a formiga à cigarra.

Sondagens

Freitas do Amaral, que tem acerca da actividade política a filosofia hermaniana dos interruptores (umas vezes em cima, outras vezes em baixo, ou mais exactamente, no seu caso, umas vezes dentro, outras fora) é de novo o líder do CDS, o que lhe despertou a eloquência.
Vai daí, disse há dias que as críticas do seu partido ao Governo «estão plenamente justificadas pelos resultados das sondagens».
É criativo. Em geral os resultados das sondagens é que costumam brotar de certos jornais para justificar as críticas aos partidos destes senhores.



Gazetilha

por Ignotus Sum

Fumos do tesouro ou tesouro de «fumos»?...

Não sei se estão lembrados.
Levantaram-se uns brados
no caso da SONAE.
Disse o Governo: Ena, o que aí vai...

Que não, que ideia,
nenhuma coisa feia
havia por detrás
com cheiros no sovaco
pois ali, no Governo de Cavaco,
é tudo bom rapaz...

Ora um dos tais falados, esse, agora
depois de trouxa feita, foi embora...

Tempo de se servir
e tempo de partir!

Só faltava mais esta!

O Governo taful em carambola eleitoral
quis fazer uma escola
pra mostrar que protege o ensino em Portugal...

Ontem uma numerosa cavalgada
apeia-se ao portão
limpa-se do pó, sobe a escada,
para fechar a escola, de roldão
pois do Governo muita massa resta
para tudo pagar ao empreiteiro!

Só nos faltava esta:
ter um Governo assim – e caloteiro...

A lição de Bertolt Brecht

Não se pode brincar
não se pode pensar
não se pode sorrir
não se pode falar
não se pode bulir
se a TV não gostar
quem manda é a gerência
e santa paciência...

Andou-se em Portugal para trás a valer
mas tanto, custa a crer.

Quem os braços cruzar neste golpe que já
atinge a liberdade, caro bem,
saiba, saiba que um dia chegará
a sua vez também...

Os comedores e os comidos

Estatisticamente, e não escrita oca
ou trinta e um oral:
carne come-se pouca
em Portugal.

Em Portugal, ou seja, o povo. Porque há quem
entre a valer no lombo e no acém.
A maior parte nem sopinhas molham.
Uns comem – outros olham
e esses, fracos, doentes, mal nutridos
esses, são comidos...

Comem a carne dos pobres e entre os destroços
não lhe querem depois roer os ossos...

Agenda

Avante!

Ano 58 – Série VII
N.º 756
23 de Junho de 1988
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

I Encontro Nacional do PCP Sobre o Sector Automóvel

Lisboa
Sábado – Novotel

Acerca da Perestroika – Política Interna e Externa do PCUS

Ciclo de Conferências
com o camarada **Igor Malachenko,**
candidato a Doutor em Filosofia.

Dia 23 — 21.00 – No CT Vitória para as organizações dos **Sectores Intelectuais** e **Saúde**
Dia 24 — 21.30 – Para a organização de **Loures**, no SG Sacavenense.
Dia 25 — 16.30 – Para a organização de **Cascais**, no salão dos Bombeiros Voluntários da Parede
Dia 27 — 21.30 – Para a organização de **Amadora** e **Sintra**, nos Recreios da Amadora (ex-Plaza)

PCP

ENCONTRO SOBRE DESENVOLVIMENTO CULTURAL

MAIS CULTURA
MAIS DEMOCRACIA

25 JUNHO 88
FORUM PICOAS

ANTOLOGIA

SAJDIK, Ferenc *(Hungria)* in *«La Nouvelle Critique» n.º 87, Outubro de 1975*

Quinta 23

• **MONTEMOR-O--NOVO**
Homenagem a Germano Vidigal, José Adelino dos Santos e a todos os antifascistas de Montemor-o-Novo falecidos, por ocasião do 30.º aniversário da jornada de protesto contra a burla eleitoral de 1958: às 19.00, romagem ao cemitério local, promovida pelo núcleo concelhio da URAP.

Sexta 24

• **BARREIRO**
Que Informação no Portugal de Abril? — mais um debate promovido pela SIP da DORS com a participação de profissionais da comunicação social. Às 21.00 no CT do Barreiro.

• **ZIBREIRA**
Plenário de militantes da freguesia, às 21.30

Sábado 25

• **LISBOA**
Encontro da ORL sobre Desenvolvimento Cultural — no Forum Picoas, das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00. Em dois paineis: 1. Cultura, sociedade, identidade nacional e 2. Desenvolvimento cultural na região de Lisboa.

1.º Encontro Nacional do PCP sobre o Sector Automóvel — no Novotel (Av. José Malhoa, à Praça de Espanha) a partir das 10.00

• **PORTO**
Encontro do Sector Metalúrgico e Metalomecânico do distrito do Porto: das 9.30 às 18.30 no pavilhão do Centro de Trabalho da Boavista.

• **RIACHOS**
Porta-a-porta na freguesia, a partir das 15.00; às 21.30, reunião geral de militantes.

• **VILA NOVA DE OURÉM**
Jornada de convívio da CDU no Parque Municipal.

Domingo 26

• **ALCABIDECHE**
Inauguração do Centro de Trabalho do Partido: convívio a partir das 15.00; às 17.00, intervenção sobre a situação política pela camarada Bernardina Sebastião

• **SOBRAL DE M. AGRAÇO**
3.ª Assembleia da Organização concelhia do PCP. A partir das 15.00, com intervenção de encerramento pelo camarada **José Casanova**

• **CARTAXO**
3.ª Assembleia da Organização concelhia do PCP. A partir das 9.00 na Casa do Povo do Cartaxo.

TV O Programa

Quinta 23

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela**: «Selva de Pedra» (50.º epis.)
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.35 – **Ciclo Preparatório TV**
17.35 – **Sumário**
17.40 – **Brinca Brincando**
18.05 – **Estúdio 4**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Telenovela**: «Roque Santeiro» (180.º epis.)
21.15 – **Primeiro Andamento**
21.40 – **Telemundo**
22.10 – **Série**: «Contactos Íntimos»
23.05 – **24 Horas**
23.35 – **Remate**

RTP2

13.15 – **Totally Live**
14.10 – **Pano para Mangas**
15.35 – **Série**: «Campos de Fogo»
16.35 – **Trinta Minutos Com...**
17.10 – **Telenovela**: «Os Imigrantes» (277.º epis.)
18.00 – **Ponto por Ponto**
19.05 – **Formula One**
20.00 – **Série**: «O Fugitivo»
20.50 – **Cem Obras de Arte Portuguesa**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Montra de Livros**
21.35 – **Magazine de Cultura**: «Convite»
22.05 – **Série**: «As Teias da Lei»
22.55 – **Século XX**

Sexta 24

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela**: «Selva de Pedra»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.35 – **Ciclo Preparatório TV**
17.35 – **Sumário**
17.40 – **Brinca Brincando**
18.05 – **Estúdio 4**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Telenovela**: «Roque Santeiro»
21.15 – **Série**: «A Vida ao Pé de Nós» – «Era Uma Vez um Alferes» (últ. epis.)
22.20 – **O Programa das Festas**
22.50 – **Série**: «Tribunal de Polícia»
23.20 – **24 Horas**
23.35 – **Remate**
00.10 – **Pela Noite Dentro**: «A Dama Perversa», real. Michael Winner (Grã-Bretanha/1983)

RTP2

13.15 – **Totally Live**
14.10 – **Agora Escolha**
15.40 – **O Sonho de Voar**
16.40 – **Trinta Minutos Com...**
17.10 – **Telenovela**: «Os Imigrantes»
18.00 – **Ponto por Ponto**
19.00 – **Atletismo**
21.25 – **Cem Obras de Arte Portuguesa**
21.30 – **Jornal das Nove**
22.05 – **Montra de Livros**

22.10 – **Série**: «Terra Vermelha»
23.05 – **Clube de Jornalistas**
23.40 – **Entre Barreiras**
00.05 – **Troféu**

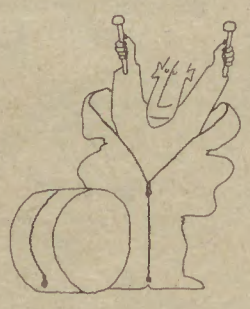
Sábado 25

RTP1

09.00 – **Juventude e Família**
12.05 – **Trânsito**
12.30 – **TV Mulher**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Concurso**: «Sobe e Desce»
14.05 – **Desenhos Animados**
14.25 – **Campeonato da Europa de Futebol** (transmissão directa)
16.45 – **Sessão da Tarde**: «Novas Aventuras de Lucky Luke», real. René Goscinny (Bélgica/1981)
18.10 – **Série**: «Capitão Power»
18.35 – **Vivamúsica**
19.45 – **Totoloto**
19.50 – **Sete Folhas**
20.30 – **Jornal de Sábado**
21.45 – **Boletim Meteorológico**
22.00 – **Série**: «Alf, Uma Coisa do Outro Mundo»
22.30 – **Clubíssimo**
23.40 – **Cinema da Meia-Noite**: «O Beijo Fatal», real. Robert Aldrich (EUA/1955)

RTP2

09.00 – **Compacto**: «Totally Live»
13.05 – **Compacto**: «Selva de Pedra»
16.00 – **Troféu**



20.00 – **Music Box**
20.50 – **Uma Boa Ideia**
22.15 – **Série**: «Albert Schweitzer» (1.º epis.)
22.40 – **Concordo ou Talvez Não**
23.40 – **Música na América**

Domingo 26

RTP1

09.00 – **Juventude e Família**
11.15 – **Missa**
12.05 – **70x7**
12.30 – **TV Rural**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **A Cidade e o Rio**
13.40 – **O Director de Turma**
14.05 – **Série**: «O Mundo da Natureza»
14.55 – **Primeira Matiné**: «Quatro no Texas», real. Robert Aldrich (EUA/1963)
17.00 – **Festival de Folclore**
18.30 – **Dia Internacional Contra a Droga**
20.00 – **Jornal de Domingo**
20.35 – **Boletim Meteorológico**
20.40 – **Variedades**: «Fantástico» (Itália)

21.35 – **Série**: «Acasos da Guerra»
22.40 – **Domingo Desportivo**

RTP2

09.00 – **Music Box**
10.00 – **Troféu**
13.00 – **Music Box Especial** (Stevie Wonder)
14.00 – **Caminhos**
14.30 – **Novos Horizontes**
15.00 – **Troféu**
17.00 – **Frutos do Mar**
17.45 – **Desenhos Animados**
18.10 – **5.ª Dimensão**
19.00 – **Piano Bar**
20.00 – **Série**: «Quem Sai aos Seus...»
20.25 – **Artes e Letras**
21.25 – **Cineclube**: «Brandos Costumes», real. Alberto Seixas Santos (Portugal/1974)

Segunda 27

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela**: «Selva de Pedra»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Série**: «Império de Carson» (1.º epis.)
14.25 – **Série**: «Guimarães. Dia Um de Portugal»
14.50 – **Concurso Internacional de Flauta**
15.50 – **Brinca Brincando**
17.00 – **Ponto por Ponto**
18.00 – **Estúdio 4**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Telenovela**: «Roque Santeiro»
21.10 – **Série**: «Mátria» (últ. progr.)
21.40 – **Concurso**: «Com Pés e Cabeça»
23.30 – **24 Horas**
24.00 – **Remate**

RTP2

14.30 – **Série**: «Filhos e Filhas» (1.º epis.)
15.00 – **Agora Escolha!**
16.30 – **Trinta Minutos Com...**
17.10 – **Telenovela**: «Os Imigrantes»
17.45 – **Série**: «Tudo é Comédia» (1.º epis.)
18.00 – **Série**: «Um Amigo Especial» (1.º epis.)
18.30 – **Histórias Maravilhosas**
19.30 – **Music Box**
20.00 – **Série**: «O Fugitivo»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.35 – **Ópera**: «Othello»

Terça 28

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela**: «Selva de Pedra»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.35 – **Série**: «Fama» (5.ª Série – 1.º epis.)
14.25 – **Série**: «Animais»
15.50 – **Brinca Brincando**
17.00 – **Ponto por Ponto**
18.00 – **Estúdio 4**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Vamos Jogar no Totobola**
20.50 – **Telenovela**: «Roque Santeiro»
21.40 – **Programa da Direcção de Informação**
22.35 – **Série**: «Pulasky, Detective Privado»
23.40 – **24 Horas**

RTP2

14.30 – **Série**: «Filhos e Filhas»
16.30 – **Trinta Minutos Com...**
17.00 – **Telenovela**: «Os Imigrantes»
17.45 – **Série**: «É Tudo Comédia»
18.00 – **Série**: «Histórias Fantásticas de Ray Bradbury» (1.º epis.)
18.30 – **Music Box**
20.00 – **Série**: «O Fugitivo»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.35 – **Série**: «Lá em Casa tudo Bem»
22.00 – **Cinemadois**: «Kanal»

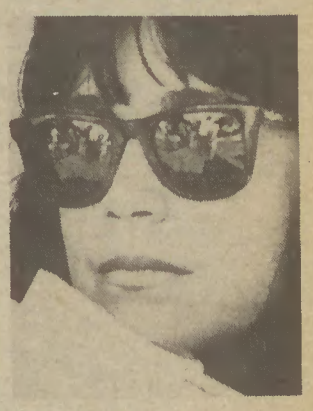
Quarta 29

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela**: «Selva de Pedra»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.35 – **Série**: «Fama» (5.ª Série – 1.º epis.)
14.25 – **Série**: «Animais»
15.50 – **Brinca Brincando**
17.00 – **Ponto por Ponto**
18.00 – **Estúdio 4**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Telenovela**: «Roque Santeiro»
21.10 – **Lotação Esgotada**: «Pelo Vale das Sombras», real. Cecil B. de Mille
23.45 – **24 Horas**
00.15 – **Remate**

RTP2

14.30 – **Série**: «Filhos e Filhas»
15.00 – **Agora Escolha!**
16.30 – **Trinta Minutos Com...**
17.00 – **Telenovela**: «Os Imigrantes»
17.45 – **Série**: «É Tudo Comédia»
18.00 – **Série**: «A Viagem de Mimi» (1.º epis.)
18.30 – **Série**: «Hans, o Felizardo» (1.º epis.)
19.30 – **Music Box**
20.00 – **Série**: «O Fugitivo»
20.50 – **Cem Obras de Arte Portuguesa**
21.00 – **Jornal das Nove**



21.30 – **Série**: «Joana»
22.25 – **Clube de Imprensa**
23.10 – **Mestres do Cinema de Animação**

Teatro O Cartaz

• **LISBOA**

Casa dos Tabuenses, R. Poiais de S. Bento, 75-B. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Lisboa Monumental**, de Fialho de Almeida, enc. Silvina Pereira, pelo Grupo **Maizum**.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45; dom. às 21.30; sáb. e dom. também às 16.00. **Olha a Bolsa ó Zé**, de César de Oliveira/H. Santana/Gonçalves Preto, enc. de Paulo César.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A Rua**, de Jim Cartwright, enc. de João Lourenço, pelo **Novo Grupo.**

Teatro Ibérico, R. Xabregas. De 3.ª a sáb. às 21.30, com. às 17.00. **Os Velhos Não Devem Namorar**, de Alfonso Daniel Castelão, enc. Blanco Gil, pelo **Teatro Ibérico**.

Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **Crimes do Coração**, de Beth Henley, enc. João Canijo, pela Comp. de Teatro Luzes.

Teatro da Nova, Universidade Nova. De 2.ª a sáb. às 21.45. **Prometeu**, enc. Carlos Fogaça.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

• **PORTO**

Cooperativa do Povo Portuense, R. de Camões, 578. **Antígona** de Sófocles-/Brecht, enc. de Júlio Cardoso, pela **Selva Trupe.**

TEP – Sala Estúdio, R. do Pinheiro. 5.ª, 6.ª, sáb. às 21.45, sáb. e dom. também às 16.00. **Médico à Força**, de Molière, enc. Roberto Merino.

• **ALGÉS**

1.º Acto – Clube de Teatro. 6.ª e sáb. às 21.30. **Memórias de Guerra**, textos de Ruzante e Brecht, enc. de Armando Caldas.

• **ALMADA**

Teatro Municipal de Almada, R. Conde Ferreira. **Dona Rosinha Solteira**, de Federico Garcia Lorca, enc. Joaquim Benite, diariamente às 21.30, sáb. e dom. Também às 16.00.

Tabela de assinaturas (12 números)

Continente e ilhas	770$00
Europa	2070$00
P. Exp. Portuguesa	2870$00
Extra-Europa	3620$00

Pagamento em cheque ou vale de correio dirigido à
Central Distribuidora Livreira, SARL
Av. Santos Dumont, 57, 2.º
1500 Lisboa

Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	O Feitiço da Lua	★★★	—	★★	★★	★★
B	Império do Sol	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
C	A Insustentável Leveza do Ser	—	★★★	—	★	—
D	Na Vigília da Noite	—	★★★	★★★	—	★★★
E	O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Norman Jewison – **S. Jorge/3** (15.00, 18.30, 21.30) – **Lisboa**
B — Real. Steven Spielberg – **Alfa/1** (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); **Nimas** (13.45, 16.15, 19.00, 21.30) – **Lisboa**.
C — Real. Philip Kaufman – **Hollywood** (14.30, 18.00, 21.30); **Las Vegas** (15.00, 18.15, 21.30); **Londres** (15.00, 18.15, 21.30) – **Lisboa**.
D — Real. Ridley Scott – **Ávila** (15.00, 17.00, 19.00, 21.45); **Lisboa**.
E — Real. Bernardo Bertolucci – **Fonte Nova/1** (14.15, 17.45, 21.00); **Lisboa**..

Exposições

• LISBOA

Álvaro Carneiro e Carlos Dutra — Escultura. Gal. Míron, R. do Mirante, 14-r/c. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 30/6).

Álvaro Martins — Fotografia. Associação Portuguesa de Arte Fotográfica, R. das Chagas, 17, 2.º. Das 18.30 às 22.30 (até 28/7).

Arquitectura Industrial — Fotografia. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 30/6).

Arquitectura e Urbanismo — Trabalhos concorrentes ao Concurso de Ideias para a Renovação da Zona Ribeirinha de Lisboa. Estação Marítima de Alcântara, todos os dias das 14.00 às 19.00 (até 1/7).

Artur Bual — Pintura. Gal. Multiface, Centro Comerical Gemini. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.30, sáb. e dom. das 13.00 às 20.00 (até 3/7).

Chargesheimer (RFA) — Fotografia. Instituto Alemão, Campo Mártires da Pátria, 17 (até 30/6).

Colectiva de Artes Plásticas, no 1.º aniversário da Galeria da Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00 e das 20.00 às 22.00 (até 2/7).

A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro». — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Espiga Pinto — Pintura e desenho. Gal. Triângulo, Av. D. Vasco da Gama, 48. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 25/6).

Filipe Rocha da Silva – Pintura. Espaço Poligrupo-Renascença, R. Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00.

Gonçalo Ruivo — Pintura. Loja do Desenho, R. Academia das Ciências, 2-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 14/7)

Isabel Augusta — Pintura. Espaço Poligrupo-Renascença. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 30/7).

Isabel Mendes Ferreira — Pintura. Gal. Interni, R. Rodrigo da Fonseca, 51. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00; sáb. das 10.00 às 13.00 (até 30/6).

João Hogan — Pintura. Gal. Ana Isabel, R. da Emenda (até 25/6).

Joaquim Bravo — Desenho. Galeria de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna (até 27/6).

Jorge Dentinho — Pintura. Gal. A Janela Verde, R. do Olival, 9. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00 (até 30/6).

Jorge Martins — Desenhos. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30.

Jorge Martins — Desenhos para uma edição de «Mensagem». Gal. EMI-Valentim de Carvalho.

José Correia — Pintura. Gal. Santa Justa, R. Santa Justa, 93, 2.º. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00 (até 28/6).

Luís Badia — Pintura. Gal. Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18-C (até 23/6).

Luís Lemos — Pintura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1.º. De 3.ª a 6.ª, das 17.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00 (até 20/7).

Lurdes Leite — Pintura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00; sáb. das 10.00 às 13.00 (até 25/6).

Margarida Dias — «Notes», fotografia. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 14.00 às 17.00 (até 30/6).

Maria Irene Ribeiro — Desenho e gravura. Atelier 15, R. Freitas Gazul, 24-D. De 2.ª a 6.ª das 18.00 às 21.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 12/7).

Maria Tomás — Pintura e desenho. Gal. Diferença, R. S. Filipe Neri, 42. Das 15.00 às 20.00 (até 3/7).

Miguel Alarcão — Gravura. Coop. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4-r/c. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30 e das 15.00 às 19.00 (até 30/6).

Museu da Água de Manuel da Maia — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

Nuno Siqueira — Pintura recente. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30 (até 30/7).

O Ouro e a história pré-colombiana» — Esculturas, joias, objectos de culto. Galerias das Exposições Temporárias do Museu Gulbenkian. 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30; 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00.

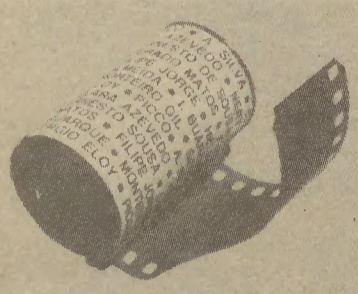
«Por Mar e Terra...» — Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 16.00 (até finais de Junho).

Ribeiro Farinha e J. Catrola — Pintura. Gal. Escada, R. Bela Vista à Graça, 81-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 14.00 (até 25/6).

Vieira da Silva — Pintura (80 obras de várias colecções). Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30.

Vieira da Silva — Gravura. Alliance Française, R. Braamcamp, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 19.00 (até 29/6).

Rogério Ribeiro na Galeria Municipal da Amadora



Colectiva de fotografia no Museu Municipal de Loures

• PORTO

Fernando Lanhas — Pintura. Casa de Serralves, R. Serralves, 997. De 3.ª a dom. das 14.00 às 19.00.

Fernando Pinto Coelho e Helena Liz – Pintura. Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 67. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.30; sáb. e dom. das 15.00 às 19.30.

Júlio Resende — Pintura recente. Gal. JN, R. Gonçalo Cristóvão. de 2.ª a sáb. das 14.30 às 19.30.

Nikias Shapinakis — Pintura e desenho. Gal. Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 18/7).

Rui Anahory — Pintura. Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 23/6).

Gil Teixeira Lopes— Pintura, desenho, escultura. Gal. da Universidade BRAGA.

Gravuras da Colecção Gulbenkian — Exposição itinerante. Museu Machado de Castro (até 3/7) COIMBRA.

Luís Camacho — Pintura. Gal de Colares, R. Fria, 2. 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 26/7) COLARES.

Rogério Ribeiro — Pintura 1957-1987. Gal. Municipal de Arte, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 74-B. De 3.ª a dom. das 15.00 às 22.00 (até 17/7) ALMADA.

Matilde Marçal e **Joaquim Magalhães** — Pintura. Gal. do Monte, R. Alexandre Herculano, 109 (até 25/6) SANTARÉM.

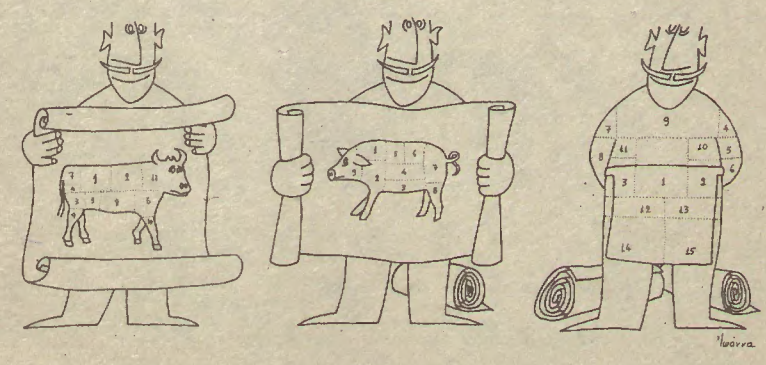
«Na Fotografia, a Diferença» — Colectiva de fotografia. Museu Municipal/Casa do Adro. De 3.ª a 6.ª das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.00, sáb. e dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.30 (até 11/7). LOURES.

Fernando Pinheiro — Pintura. Casa Museu Álvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00. TAVIRA

• OUTRAS LOCALIDADES

Aníbal Falcato Alves — Colagens. Galeria Municipal. ESTREMOZ.

Argentina Zamora – Pintura. Centro Cultural de S. Lourenço (até 24/6) ALMANSIL.



...e ainda

Música, debates, etc.

Escultura no Vitória

A 1.ª exposição colectiva de escultura organizada pela célula dos artistas plásticos de Lisboa e pela DORL será inaugurada na próxima 2.ª feira pelas 19 horas. **António Trindade, João Duarte** e **Virgílio Domingos** são os autores representados.

A exposição estará patente até 8 de Julho no salão do CT Vitória com o seguinte horário: de 2.ª a 6.ª das 12.00 às 14.00 e das 17.00 às 22.00, ao sábado das 10.00 às 17.00.

Festas do PCP

Neste fim-de-semana são muitas as organizações do Partido que se empenham na organização de convívios e espectáculos ao ar livre.

É o caso de **Aveiro**, onde na sexta-feira à noite, no páteo do Centro de Trabalho, terá lugar o **Arraial de S. João** organizado pela Comissão Concelhia do PCP. Com passatempos, pestiscos e música.

Ainda na sexta-feira à noite é a festa de **Santarém**. No Largo dos Pasteleiros, a partir das 21.30, com sardinhada e baile.

Igualmente em **Ílhavo**, no Jardim Municipal, com um espectáculo em que participa o grupo *rock* «Hertz».

No dia 25, sábado, aqui se refere uma das iniciativas de Lisboa: piquenique com sardinhada no **Alto da Ajuda**, junto à escola primária. Durante toda a tarde, com almoço, espectáculo e uma intervenção política pelo camarada **António Andrez**.

Neste fim-de-semana realiza-se ainda a **Festa do Futuro** — uma iniciativa já tradicional da organização do PCP de **Moscavide.**

Começa no sábado à noite, na Casa da Cultura, com uma Discoteca da responsabilidade da JCP aberta a todos os jovens.

No domingo: manhã infantil, durante toda a tarde música popular, às 21.00 espectáculo com os «Peace Makers».

Às 17.30: comício com a participação do camarada **Carlos Brito.**

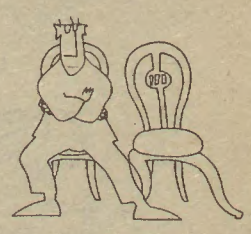
O programa de domingo decorre no Jardim de Moscavide, onde também haverá bar, bancas e exposições.

Cinema

O ABC Cineclube de Lisboa programou para esta semana dois filmes: hoje, às 18.45, no Quarteto, **As Mãos e a Morte**, um filme realizado em 1939 por Lewis Milestone a partir de «Ratos e Homens» de Steinbeck; na terça-feira, na Sociedade Portuguesa de Autores, às 18.30, **Gigantes em Fúria**, de Raoul Walsh (1953).

São filmes integrados no ciclo «Mestres do Cinema Clássico Americano»

Na **Cinemateca** prossegue um ciclo preenchido com Prémios Louis Delluc. Filmes de Astruc. Tati, Clouzot, Malle, outros. Mas hoje, às 18.30, exibe-se **Carmen Jones**, de Otto Preminger.



Música

Em Sintra já começou o XXIII Festival de Música, este ano sob o tema «O Piano e o Romantismo», com intérpretes de várias nacionalidades. Dois concertos esta semana: hoje, às 21.30, no Palácio Nacional da Pena, **Michael Levinas** interpreta obras de Beethoven, Schmann e Weber; no domingo, na mesma sala, às 18.30, Elena Baschkirowa com obras de Liszt e Schumann.

No Algarve chega ao fim o Festival Internacional de Música deste ano. O Coro da Câmara Gulbenkian apresenta-se em dois concertos: na Igreja do Carmo em **Tavira** (sábado às 21.30) e na Sé Catedral de **Silves** (domingo, às 21.30). No concerto de encerramento, dia 30, na Igreja Matriz de **Vila Real de St.º António** vai estar a **Nova Filarmonia Portuguesa** com direcção do maestro Álvaro Cassuto.

X FESTA DA ALEGRIA
BRAGA
8, 9 e 10 JULHO

PARQUE E PALÁCIO MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES E DESPORTOS

ESPECTÁCULOS

Grandes concertos musicais, com alguns dos mais qualificados nomes da música portuguesa

6.ª feira • 8 Julho • noite
SÉRGIO GODINHO • RÁDIO MACAU

Sábado • 9 Julho • noite
Conj. ANTÓNIO MAFRA • Grupo da Galiza **NA LUA FAUSTO**

Domingo • 10 Julho • tarde e noite
PAULO DE CARVALHO • BRIGADA VITOR JARA
Grupo Rock **GNR**

ARRAIAL POPULAR

Um espaço com as características próprias das nossas festas e romarias
RANCHOS DE FOLCLORE • BANDAS DE MÚSICA
GRUPOS DE MÚSICA TRADICIONAL • «ZÉS PEREIRAS» E GIGANTONES
ESPECTÁCULOS DE FOGO DE ARTIFÍCIO • JOGOS TRADICIONAIS PORTUGUESES
FADO AMADOR • BAILE POPULAR

ESPAÇO DA JUVENTUDE

Um grande espaço, montado com base numa tenda de circo, onde funcionarão:
DISCOTECA GIGANTE • FESTIVAL DE CANÇÃO JUVENIL • DESPORTO

STANDES DO PARQUE

A representação de todas as regiões do país, através das respectivas organizações do PCP e outras, que apresentarão nos seus standes:
ARTESANATO • UTILIDADES
VINHOS E PETISCOS • PRATOS REGIONAIS
MERCADO DO LIVRO E DO DISCO

Este ano maior e melhor! A grande Festa do Norte!

Tempo

Fim de Semana

Períodos de céu muito nublado. Vento fraco. Aguaceiros, em especial no Norte e Centro. Condições favoráveis à ocorrência de trovoadas na 6.ª feira.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

Excursão jovem à URSS

Moscovo-Kiev-Leninegrado

Inscrições já abertas na sede da JCP (Rua Sousa Martins, 8 – Lisboa, telefones 530944 e 557364). Preço: 80 mil escudos, para jovens até 35 anos.

De 26 de Agosto a 5 de Setembro

a TV

Juro que não é anedota!

Não está evidentemente em causa o direito do PSD ao tratamento noticioso do seu congresso.

Há coisas porém que não nos devemos esquecer, como seja a presença constante de dirigentes do PSD, disfarçados de membros do Governo.

Digo **disfarçados** porquê? Porque eles não sejam, de facto, governantes, sendo ao mesmo tempo **governantes**, mas isso é outra história?

Não. Estão empossados (ou empoçados?) segundo os trâmites legais e a qualidade de membros do Governo não se lhes pode ser negada.

Como igualmente se lhes não poderia ser negada a ida ao **Telejornal** para comunicar decisões do Governo. Mas na maioria dos casos, eles vão ao Telejornal à molhada, sem nenhuma justificação legítima. Posso-lhes garantir que ministros têm lá ido para dizer... que nada podem dizer... Acreditem-me. Não se trata de uma anedota.

Daí que a visita dos ministros não passe de um pretexto, de mero disfarce, cobertura de expressão partidária ou de ambição pessoal.

Apesar do domínio absoluto do partido governamental na grande informação da RTP, pois apesar disso o PSD ainda mantém o seu **tempo de antena** e o tratamento noticioso do seu congresso.

Enfim...

O povo é que não percebe...

O que não deixa de provocar estranheza é o tempo de emissão concedido ao dito congresso. No **Jornal de Sábado**, por exemplo, cerca de 15 minutos foram dedicados à sessão do Coliseu!

E houve de tudo. Houve informações, entrevista e imagens de arquivo, aquelas que melhor exprimem a aura de Cavaco Silva.

Estranho tanto tempo porquê?

Soubemos que o único móbil que guia a informação na RTP é o critério jornalístico... Paremos de rir com esta anedota e perguntemos: que critério jornalístico presidiu ao tempo dedicado à reunião no Coliseu, se o próprio repórter de serviço declarou tratar-se de «um congresso pacífico»? Que raio de interesse público pode esperar-se de um acontecimento de que nada se espera? Se tudo foi como estava previsto e se tudo quanto estava previsto previa sem falhas o que viria a acontecer dentro das previsões já conhecidas (reforço de Cavaco, mais homens da confiança de Cavaco na engrenagem partidária, linha política aprovada, etc.) para quê dedicar tanto tempo ao que se passou no Coliseu?...

Que interesse pode ter a declaração de Marcelo Rebelo de Sousa segundo a qual Cavaco Silva seria Primeiro-Ministro nos próximos oito anos? Isto é informação ou propaganda?...

Houve, decerto, quem adiantasse que «alguns grãos de areia estão a emperrar a máquina laranja»...

Mas ficaram por aí. Não se curou de saber que grãos de areia eram esses. Até porque os «grãos de areia» podiam revelar-se do tamanho de pedregulhos...

Na longa entrevista a Cavaco Silva sobressaíram sofismas de raro descaramento.

Na sua opinião, os aplausos dos congressistas a Leonor Beleza significavam que a ministra está a governar bem, porque os congressistas representam a maior parte dos portugueses (!!!) enquanto a razão é simples e outra: os congressistas não se tratam nos hospitais civis...

Outra opinião: os governos não são empossados para serem populares. Pois está claro. Os votos escolheram a impopularidade. Cidadãos masoquistas!

Ainda por cima, tolos. O Cavaco quer o seu bem (as privatizações, o desemprego, a destruição da Reforma Agrária, etc., etc.) e o povo não percebe...

As sondagens mostram a política de Cavaco em queda livre. Ele diz que não sabe, que ainda não leu mas que está convencido de que, etc., etc.

Tout va bien, madame la marquise...

Cada presença de Cavaco Silva na Televisão não se salda nunca por uma análise política razoável, inteligente, aprofundada, como se esperaria de um estadista. Mesmo as suas elocubrações sobre as forças partidárias no nosso país, pronunciadas no Coliseu (seria em louvor das conotações tradicionais que o local tem com o circo?) são próprias não de um dirigente político, mas de um qualquer comentador ranhoso de uma folha sem crédito.

Ele vai à televisão — para fazer propaganda. Pura e simples. Ele coloca-se no altar a si próprio e depois ajoelha diante do altar!

Mas, quando ele diz que em Portugal diminuíram as tensões sociais e quando afirma que nunca se viveu tão bem, lá vem um pequeno pormenor que desarranja tudo.

Refiro-me àquela sondagem encomendada pela RTP e através da qual se concluiu o seguinte: mais de metade dos portugueses não gozam férias e a grande explicação são as dificuldades económicas!

Depois disto, quem lhe prestará um mínimo de credibilidade? A menos que ele pense que os portugueses não querem sair de casa para não perderem as suas charlas no **Telejornal**...

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

Os semanários do último fim-de-semana encontraram-se (naturalmente!) num tema comum: o congresso do PSD que iria realizar-se. Comentaristas que a nenhum *pêessedê* passaria pela cabeça chamar de intolerantes e muito menos de inimigos deixaram porém uma sábia advertência: no Congresso do PSD, o que vai parecer *— não é!*

«O Congresso do vazio»

• «Há dois anos, no último Congresso, o líder do PSD pediu aos congressitas para o deixarem sonhar. O apelo foi de imediato aceite e os resultados estão à vista. Pela primeira vez em Portugal, um partido obteve sozinho a confiança da maioria absoluta dos portugueses.

Não foi preciso esperar pela alteração da legislação eleitoral, sempre complexa e sujeita a demoradas negociações, para Portugal ser governado por um Executivo homogéneo com um sólido apoio parlamentar.

A instabilidade governativa que caracterizava o regime saído de 25 de Abril parecia ter acabado nessa data histórica.

Puro engano.

Se antes de 19 de Julho o álibi supremo do Executivo minoritário de Cavaco Silva era o Parlamento, essa instituição paralisante das reformas estruturais e apostada acima de tudo em tentar o Governo a reger-se por leis que contrariavam o seu programa, depois dessa data o álibi continuou a ser, pasme-se, o Parlamento.Mais recentemente, o Governo voltou as suas baterias contra o Tribunal Constitucional porque aquele órgão de soberania teve o desplante de chumbar o famoso pacote laboral.

— Atirando à esquerda e à direita, apagando fogos aqui e acolá, o Executivo de Cavaco Silva tem sido uma grande desilusão para os portugueses.

— O Congresso deste fim-de-semana poderia ser o local ideal para os sociais-democratas analisarem com serenidade as razões para tal fracasso.

Pelo que se sabe, o Congresso do PSD não irá analisar coisa nenhuma.»

(Ribeiro Ferreira, «Tempo», 16 Jun.)

«O pecado mora ao lado»

• O Partido Social Democrata chegou, este fim-de-semana, a um congresso nacional em que, a bem dizer, não se passará nada que verdadeiramente interesse ao exterior. Pode a oposição imaginar, em maré optimista, que Cavaco está sentado sobre um barril de pólvora que irá explodir a qualquer momento: quem conheça minimamente o partido saberá que, por esse lado, o primeiro-ministro não tem, a curto prazo, grande coisa que o aflija e que, se há vozes que murmuram, não há cabeças que se levantem nem dedos que o acusem. Podem os jornais, à falta de melhor «puxar» pelo significado das eleições na Assembleia Distrital de Lisboa, ela surda quezília que reina entre alguns ministérios ou pelo descontentamento no grupo parlamentar: o único facto político que essas e outras suposições do mesmo género denotam é o não serem ainda nenhum facto político. Quando muito, são ensaios, pré-avisos sem data fixada no horizonte mais próximo.

Com um partido assim, qualquer Governo estaria, aparentemente, a vender tranquilidade e energia. Não é o caso, como se sabe (...) A verdade é que, desde o princípio do ano, a sua existência tem sido marcada por sucessivos dissabores, para os quais não se vislumbra uma saída fácil. Com uma agravante: é que, de tanto se falar nela, a remodelação ministerial já começa a ser vista como uma das condições indispensáveis para se alcançarem os objectivos anunciados aos eleitores, atenuando assim a ideia de que «o pecado mora ao lado» e todas as dificuldades provêm ou dos adversários ou do sistema.

Tempos houve em que a simples atitude adoptada pelo primeiro-ministro perante as crises era já meia solução. Os problemas poderiam, às vezes, persistir, mas o eleitorado sempre era informado de que havia uma «maioria obstrucionista» apostada em travar o desenvolvimento do país e salvar unicamente os seus interesses partidários. O Governo era vencido, mas quantas mais derrotas dessas sofresse mais adeptos angariava para a vitória final que veio efectivamente a obter em Julho de 87. Vitória, repare-se, não apenas do PSD mas da própria função governativa, que por esse meio se via consideravelmente prestigiada, aparecendo aos olhos da opinião pública como um poder efectivo e não apenas como uma câmara de eco dos interesses dos seus apoiantes ou como uma espécie de lugar geométrico de opções ditadas por grupos em litígio. O problema agora é saber se essa atitude continuará a compensar, a partir do momento em que se invertem os papéis e se cria a suspeita de querer que todo o universo político seja uma câmara de eco das opções governamentais.

O ponto a que chegou o caso das leis laborais é prova bastante de que algo mudou neste capítulo. O Governo, perante a sentença do Tribunal Constitucional, deitou obviamente mão do recurso responsável por tantos dos seus êxitos e fez fogo à sua volta. Fê-lo com a rapidez e a frontalidade do costume. Os resultados, porém, não parecem ter sido os mesmos, a avaliar pelo clima reticente que se gerou em torno desta questão. Nos meios sindicais, as reticências e estragos já causados entre os social-democratas pela greve geral viram-se reforçados por este revés que surpreendeu o Executivo. E na opinião pública, como alguém já notou, foram escassas as vozes que se levantaram a acusar o Tribunal, ao passo que foram muitas a denunciar uma alegada tentativa de governamentalização do sistema.

(...)

Possivelmente, nada disto tem a ver com a agenda de trabalhos do Congresso do PSD. E, no entanto, toda a gente sabe que é isto o que, por outras palavras ou por interposta matéria, lá se discute.»

(D. Pires Aurélio, «Expresso» 18 Jun.)

«Heterónimo»

• «Cavaco Silva está para a política como Fernando Pessoa para a literatura. Um e o outro servem da alteridade para resolver problemas, um e o outro não deixam cair as suas «máscaras». Pessoa, de nome completo Ferando António Nogueira Pessoa — e que, portanto se poderia chamar tão-só Fernando Nogueira —, inventou heterónimos enquanto pôde. Ao contrário de poetas como Ezra Pound e T.S. Elliot, não consta que tivesse tentado desfazer-se da família literária. Cavaco Silva, também à sua maneira sofredor, também à sua maneira fingidor, também à sua maneira sentado num Martinho (com mesas de fórmica), não entendeu o Governo como uma conjugação de autonomias, mas como o inverso: a projecção da sua forte personalidade em diferentes nomes dele próprio (...)

Sendo que dele se trata, Cavaco a todos ama. Porque o que os une é muito mais do que o que os separa. Separa-os diferença que vai do dedo ao braço, da cabeça aos pés, mas une-os o mesmo ser. Nas suas diferenças são todos iguais, são todos uma e a mesma pessoa. Em Leonor Beleza, Cavaco inebria-se no aventureirismo político, na ambição napoleónica, na arte-pela-arte do confronto. Em suma, numa espécie de anti-Clausewitz civil, num Fernando Nogueira ao contrário. E, atestando que ninguém é nocivo neste Governo, está Silva Peneda. De modo nenhum como exemplo negativo, de modo nenhum como indicador do que se não deve fazer em casos controversos. De facto, o ministro do Emprego provou que Cavaco escreve direito por linhas tortas. Melhor: guiando-lhe nas leis laborais a mão inábil pacientemente. Cavaco conduziu-o aonde quis — a um beco sem saída. E para quê?, há-de pretender saber-se. Para, tão-só, explicar que a Constituição revista em 1982 é um portão fechado às reformas, é um inimigo a abater, é a desculpa para a ineficácia do Governo.

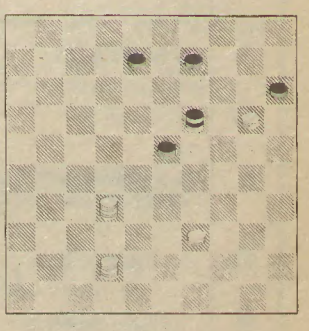
Quase perfeito, Cavaco acumula as pastas todas parecendo que tem um Conselho de Ministros. É o reino das imagens, cujo maior inconviente consistirá no desgaste que as imagens têm. Daí, pois, os rumores sobre a necessidade de substituir algumas. Com um importante senão: embora se desconheça do que são feitas, Cavaco já se afeiçoou a elas. Interiorizou-as. Não se lhe peça, asim, que serre um braço como se fosse um pendente cadilho; que corte um polegar como se fosse um inerte penedo; que elimine Deus como se fosse um vulgar pinheiro; que disfigure o rosto — deixando-o sem beleza. Pode fazê-lo, é certo. A coragem política pode muito. Mas compreenda-se Cavaco: enquanto um qualquer primeiro-ministro arranja novos ministros por mero convite, ele, não. Ele tem mais trabalho: o doloroso trabalho de criar, a partir do nada, novos heterónimos.»

(J. Carreira Bom, «Expresso», 19 Jun.)

Damas

CLIX – 23 de Junho de 1988
Proposição N.º 159
Por: M. J. Kuipers
– Holanda, 1976

Pr.:[5]: 8-9-15-(19)-23



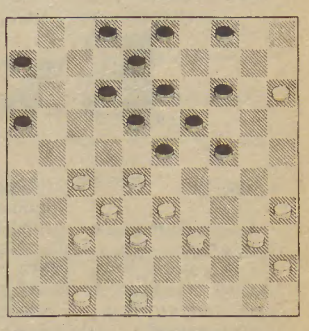
Br: [4]: 20-(32)--39-(42)

Jogam as brancas e ganham

— O —

Golpe N.º 159
Por: Herman de Jongh
– Holanda, 1949

Pr.: [:13]: 2-3-4-6-8-12-13-14-16--18-19-23-24



Br.: [13]: 15-27-28-32-33-35-37--38-39-40-45-47-48

Jogam as brancas e ganham

— O —

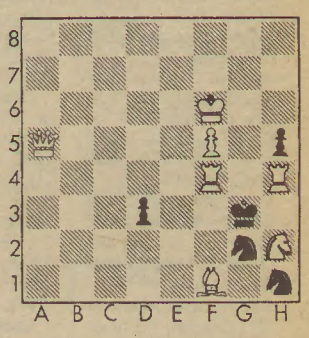
Soluções do N.º CLIX
N.º 159 (M.J.K.):39-33! (15X24); 33-29! (24X33*); 42X14! por: 29X12X3X14 e +
Golpe N.º 159 (H. de J.): 27-22 (18X27); 32X21 (23X34); 40X7 (2X11); 35-30 (16X27); 37-31 (27X36); 47-41 (36X47) = D: 30--24 (47X20); 15X2 +.

A. de M.M.

Xadrez

CLIX – 23 de Junho de 1988
Proposição n.º 159
Por: R. J. Millour
— 1965

Pr.: [5]: Ps.d3,h5-Cs.g2,h1-Rg3



Br.: [7]: Pf5-Ch2-Bf1-Ts.f4,h4--Da5-Rf6

Mate em dois lances

— O —

Jogo n.º 159
Amsterdão, 1988
Br.: G. Kasparov
Pr.: J van der Wiel

1. d4, Cf6; **2.** ç4, é6; **3.** Cf3, b6; **4.** a3, Ba6; **5.** Dç2, Bb7; **6.** Cç3, ç5; **7.** é4, ç:d4; **8.** C:d4, Bç5; **9.** Cb3, Cç6; **10.** Bg5, a6; **11.** 0-0-0, Dç7; **12.** Rb1, 0-0-0; **13.** Dd2, d6; **14.** f3, h6; **15.** Bf4, Cé5; **16.** h4, Rb8; **17.** h5, Td7; **18.** Tç1, Tç8; **19.** Bé2, Ra7; **20.** Thd1, Tdd8; **21.** g4, Cg8; **22.** Bg3, Cé7; **23.** f4, C5ç6; **24.** Bf3, Tb8; **25.** Bh4, Td7; **26.** Cb5+, a:b5; **27.** ç:b5, Ca5 **28.** C:a5, b:a5; **29.** T:ç5, d:ç5; **30.** D:d7, D:f4; **31.** Td6 e as pretas abandonam.

— O —

Solução do n.º 159

Chave: **1.** Dç7! (Ameaça: **2.** Dg7)
1. ..., Cf2; **2.** Tfg4++
1. ..., Cé3; **2.** Th3++
1. ..., C:f4; **2.** D:f4++
1. ..., C:h4; **2.** Tf3++

A. de M.M.